

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**LÍNGUA, SUJEITO E HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA
NOÇÃO DE FUNÇÃO-AUTOR NA PRODUÇÃO
DICIONARÍSTICA DE CALDAS AULETE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daiane Siveris

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

LÍNGUA, SUJEITO E HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE FUNÇÃO-AUTOR NA PRODUÇÃO DICIONARÍSTICA DE CALDAS AULETE

Daiane Siveris

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras.

Orientadora: Profª Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2012

S5871 Siveris, Daiane
Língua, sujeito e história : implicações da noção de função-autor na produção
dicionarística de Caldas Aulete / por Daiane Siveris. – 2012.
131 p. ; il. ; 30 cm

Orientador: Verli Fátima Petri da Silveira
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes
e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2012

1. Dicionário 2. Prefácio 3. Função-autor 4. Língua portuguesa I. Silveira,
Verli Fátima Petri da II. Título.

CDU 801

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Terezinha Branco Gallotti – CRB 10/1109
Biblioteca Central UFSM

©2012

Todos os direitos autorais reservados a Daiane Siveris. A reprodução de partes ou do todo
deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**LÍNGUA, SUJEITO E HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE
FUNÇÃO-AUTOR NA PRODUÇÃO DICIONARÍSTICA DE CALDAS
AULETE**

elaborada por
Daiane Siveris

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

José Horta Nunes, Dr. (UNESP)

Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2012.

Dedico este trabalho aos meus pais, Marino e Claci, os primeiros professores da minha vida e os meus maiores incentivadores.

Agradeço

À professora Dr. **Verli Fátima Petri da Silveira**, minha orientadora, pelo apoio, incentivo e ajuda constantes, pelo rigor teórico-metodológico exigido e por ter me ensinado os significativos primeiros passos na pesquisa científica.

Às professoras doutoras **Amanda Eloina Scherer**, **Ana Zandwais**, **Eliana Rosa Sturza** e **Graziela Lucci de Angelo**, pelo valioso conhecimento compartilhado em suas aulas.

Às colegas **Susana da Silveira Gonçalves** e **Viviane Teresinha Biacchi Brust**, pela disponibilidade e atenciosa leitura do texto e pelas importantes contribuições.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Letras**, em especial à **Irene de Moraes Teixeira** e ao **Jandir Martins**, pela atenção e ajuda nas questões burocráticas.

Aos **Integrantes do Laboratório Corpus**, pelo diálogo, pelas discussões teóricas e pela amizade.

À **Capes**, pelos doze meses de bolsa concedida, imprescindível ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, **Marino** e **Claci**, pelo carinho, pela compreensão, pelo apoio de sempre e por terem me dado a vida, a coragem e a confiança necessárias para ir em busca da realização dos meus sonhos. Obrigada por não terem medido esforços para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu noivo, **Leandro**, pelo amor e carinho dedicados, pela compreensão e amizade essenciais para esta etapa de minha vida e por sempre ser paciente comigo. Obrigada por ter apostado nos meus sonhos.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

LÍNGUA, SUJEITO E HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES DA NOÇÃO DE FUNÇÃO-AUTOR NA PRODUÇÃO DICIONARÍSTICA DE CALDAS AULETE

AUTORA: DAIANE SIVERIS

ORIENTADORA: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2012.

Neste trabalho, temos por objetivo a análise do funcionamento da noção função-autor nos prefácios do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCA)*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicado entre os anos de 1881 e 1986. Para o desenvolvimento desta pesquisa, tomamos como objeto de estudo o dicionário e como corpus de análise os prefácios das oito edições do *DCA*, três edições portuguesas – 1881, 1925 e 1948 – e cinco edições brasileiras – 1958, 1964, 1974, 1980 e 1986, sob a luz dos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso em consonância com a História das Ideias Linguísticas, tal como ambas foram concebidas na França e como vêm sendo desenvolvidas no Brasil. O gesto de interpretação sobre os prefácios nos conduziu a dois pontos primordiais para compreender o funcionamento da função-autor. O primeiro ponto refere-se ao processo de colonização/descolonização linguística no Brasil e, o segundo, à constituição dos dicionários em redes de memória. Sobre o primeiro ponto, as análises realizadas nos levaram a compreender que as edições portuguesas do *DCA* primam pela unidade linguística do português, pois se procura a gramatização de uma só língua, a língua portuguesa, e as edições brasileiras são determinadas pela diversidade; observamos que há, em alguns casos, a inclusão de brasileirismos e, em outros momentos, a gramatização de uma língua pautada nos moldes brasileiros. Nesse processo, ganha destaque a função-autor no *DCA*, pois, na medida em que se tem a elaboração de um dicionário, visa-se também a sua constituição, formulação e circulação; é nessas relações que entra em funcionamento a função-autor, pois, no processo de constituição dos sentidos, temos a interpelação do indivíduo em sujeito, a constituição de sua forma-sujeito histórica e os efeitos que produz a partir de sua posição-sujeito no discurso; no processo de formulação, temos a relação do discurso com o texto, que atualiza a memória em presença, a individua(liza)ção do sujeito pela sua função-autor; na circulação, temos o funcionamento das circunstâncias de enunciação e os sujeitos sociais que assumem a função-autor em seus percursos, nos diferentes lugares, seja em Portugal, seja no Brasil. Além disso, a constituição dos dicionários em redes de memória, em que um dicionário remete a outros já publicados, também determina o funcionamento da noção de função-autor, pois, na medida em que outros e novos instrumentos linguísticos vão sendo constituídos e publicados, outras e novas são também as posições de sujeito. Isso se deve aos diferentes discursos em circulação na sociedade, às diferentes condições de produção desses discursos, bem como à forma de o sujeito se significar e significar a sua língua.

Palavras-chave: Dicionário. Prefácio. Função-autor. Língua portuguesa.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduation Program in Languages
Federal University of Santa Maria

LANGUAGE, SUBJECT AND HISTORY: IMPLICATIONS OF THE FUNCTION-AUTHOR NOTION IN THE DICTIONARY WORK OF CALDAS AULETE

AUTHOR: DAIANE SIVERIS

ADVISER: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Place and Date of Defense: Santa Maria, February 27, 2012.

In this paper, the objective is to analyze how the function-author notion works in the prefaces of the *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCA)*, by Francisco Júlio Caldas Aulete, published between the years 1881 and 1986. In this research, we considered the dictionary as the object of study and the prefaces of eight editions of the DCA as the corpus of analysis, three Portuguese editions -1881, 1925 and 1948 – and five Brazilian editions - 1958, 1964, 1974, 1980 and 1986 - in light of the Discourse Analysis theoretical and methodological principles in consonance with the History of Linguistic Ideas, as they both were conceived in France and as they have been developed in Brazil. The interpretation about the prefaces conducted us to two main points to understand how the function-author works. The first point refers to the linguistic colonization/decolonization in Brazil and the second point relates to the establishment of the dictionaries as memory networks. About the first point, the analysis performed led us to realize that the DCA Portuguese editions lay emphasis on the linguistic unit of the Portuguese language, as it searches for the grammaticalization of a single language, Portuguese language, and the Brazilian editions are determined by diversity; we observed that there is, in some cases, the inclusion of brazilianisms and, in other cases, there is the grammaticalization of a language based on the Brazilian patterns. In this process, the function-author notion in the DCA is highlighted since the elaboration of a dictionary aims also at its constitution, formulation and circulation; the function-author works in these relations, because, in the process of sense constitution, there is the interpellation of the individual into subject, the constitution of its historical form-subject and the effects produced by its subject position in discourse; in the formulation process, there is a relation between the discourse and the text, that upgrades the memory in presence, the subject individuation by its function-author; in the circulation, there is the functioning of the enunciation circumstances and the social subjects that assume the function-author in their routes, in different places, whether in Portugal or in Brazil. Furthermore, the dictionaries establishment into memory networks, where a dictionary refers to others already published, also determines the functioning of the function-author notion, as other and new linguistic tools are being constituted and published, other and new are the subject positions. This is due to the different discourses that circulate in society, the different production conditions of these discourses, as well as the way the subject means himself and his own language.

Key-words: Dictionary. Preface. Function-author. Portuguese language.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Instrumentos linguísticos constitutivos da rede de memória do DCA.....	65
--	-----------

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 Tabela dos sons da língua portuguesa	131
---	------------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	1	Instrumentos linguísticos pautados no novo Acordo Ortográfico.....	59
---------------	----------	---	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE I – MOVIMENTOS TEÓRICOS: POR UM DISPOSITIVO DE SUSTENTAÇÃO DOS DISCURSOS NO DOMÍNIO DICIONARÍSTICO.....	21
Articulações para o estudo do discurso dicionarístico.....	21
Sobre as noções teóricas mobilizadas.....	29
PARTE II – OS INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO/DESCOLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA NO BRASIL.....	53
Acordos Ortográficos: a busca por uma língua una.....	53
Domínio dicionarístico: metodologia de análise e constituição do corpus discursivo.....	71
PARTE III – MOVIMENTOS DE ANÁLISE: O GESTO DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O DISCURSO DICIONARÍSTICO.....	93
A constituição dos dicionários em redes de memória	93
O funcionamento do <i>DCA</i> no processo de colonização/descolonização lingüística no Brasil	104
Constituição, formulação e circulação do <i>DCA</i> : por uma relação entre função-autor e função-leitor.....	111
CONSIDERAÇÕES EM BUSCA DE UM PONTO FINAL.....	117
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXOS.....	131

INTRODUÇÃO

Ao começar esta dissertação, ressoa em nós um caminho já percorrido durante o curso de graduação em Letras – Habilitação Português e Literaturas da Língua Portuguesa – o qual não podemos deixar de explicitar, pois o consideramos fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho. O caminho que procuraremos delinear nos é caro por duas razões: a primeira, pelo fato de ter-nos possibilitado conhecer a Análise de Discurso, bem como a História das Ideias Linguísticas, campos disciplinares esses que não constavam em nossa grade curricular e com os quais, portanto, não tínhamos contato a não ser nos projetos de Iniciação Científica; e, a segunda, em decorrência da primeira, por tornar possível o desenvolvimento desta dissertação, levando em conta que, em determinado momento de nossa trajetória no curso de Letras, estávamos decididas a interromper nossa caminhada e ingressar em outro curso.

A Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas são dois campos disciplinares que consideramos decisivos para que pudéssemos dar continuidade aos estudos no curso de Letras. Expliquemo-nos. No ano de 2006, após dois semestres quase findados desde o ingresso no curso de graduação, ocorreu o momento decisivo para estar hoje apresentando esta dissertação. Na ocasião em que já estávamos quase desistindo do curso de Letras e ingressando em outro, de uma área totalmente diferente, uma aula da disciplina de Oficina Introdutória à Pesquisa em Letras, ministrada pela professora Dr. Giovana Gonçalves Bonilha, parecia apresentar o caminho. Quase ao final da disciplina, a professora Giovana convidou os docentes do curso de Letras para falarem sobre projetos de pesquisa que estavam desenvolvendo, para que a turma pudesse tomar conhecimento não só do que estava sendo trabalhado por eles, como também dos campos de pesquisa em que se situavam.

Um dos docentes convidados para falar de seus projetos foi a professora Dr. Verli Fátima Petri da Silveira, que há pouco tempo tinha defendido sua tese de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e trazia questões que nos tocavam desde a quarta série do Ensino Fundamental; ela trabalhava questões voltadas ao Rio Grande do Sul, em especial, questões ligadas ao sujeito gaúcho e à

literatura gauchesca. Após conversar com a professora, em 2007, começamos a participar do seu grupo de estudos e passamos a desenvolver um projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), intitulado *A Literatura Regionalista Gaúcha na História das Ideias Linguísticas*¹. No decorrer do desenvolvimento desse projeto, tivemos nosso primeiro contato com a História das Ideias Linguísticas.

A partir do primeiro projeto, outros foram desenvolvidos: i) um de ensino – *O lugar do dicionário como instrumento didático-pedagógico no ensino de Língua Portuguesa*; ii) outro de extensão – *O lugar do dicionário como instrumento didático-pedagógico no ensino de Língua Portuguesa: da pesquisa à prática de sala de aula*; e iii) outros ainda de pesquisa – *A constituição de imagens de sujeito gaúcho na língua e pela história: um estudo dos dicionários de regionalismos gaúchos* e *Língua, Sujeito e História: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua Portuguesa no/do Brasil* – a partir dos quais foi possível entender um pouco mais sobre a relação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, despertando em nós o interesse em saber mais sobre os dicionários.

Durante esse período, e ainda hoje, questionamo-nos a respeito da relação entre essas duas disciplinas, isto é, qual o lugar da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas nos estudos da linguagem, qual o lugar de onde falamos e a partir do qual procuramos apresentar nossas reflexões. Ao trabalharmos esses dois campos disciplinares do conhecimento, destacamos que essa articulação não se dá de modo interdisciplinar ou complementar, mas de modo constitutivo.

Para explicitar essa formulação, recorremos ao trabalho de Nunes (2008). Segundo o autor, os trabalhos em História das Ideias Linguísticas no Brasil tiveram início com um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas, coordenado pela professora Eni Orlandi, em colaboração com um grupo de pesquisadores franceses da Universidade Paris 7, coordenado por Sylvain Auroux

¹ No decorrer desta dissertação, empregamos a ortografia segundo o que consta no Novo Acordo Ortográfico. Entretanto, manteremos a ortografia anterior ao Novo Acordo em citações, títulos de livros e de projetos.

(NUNES, 2008). A partir disso, o autor afirma que alguns pontos de contato entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas foram sendo estabelecidos.

O primeiro ponto destacado por Nunes (2008) se refere à visão histórica da ciência, mais precisamente às Ciências da Linguagem². Para o autor, essas ciências surgiram em diversas regiões do mundo, seja de modo espontâneo, seja de modo marcado pelo contato com diferentes tradições. Em relação a este contato entre tradições, o autor afirma que se situam os casos dos países de colonização nos quais houve transferência tecnológica (AUROUX, 1992). Em relação às Ciências da Linguagem, Auroux (1992) afirma que “o saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante” (Ibid., p. 16). Esse saber pode ser epilinguístico – não representado, ou metalinguístico – representado, construído, manipulado. O ponto que queremos destacar se refere ao saber metalinguístico, pois ele pode ser de natureza especulativa ou de natureza prática. Quando o saber é de natureza especulativa, o autor afirma que ele está situado no elemento da representação abstrata; quando ele é de natureza prática, ele necessariamente se situa em um domínio, seja este o domínio da enunciação, o domínio das línguas ou o domínio da escrita. Esses domínios dão lugar às técnicas e às competências. A partir disso, Auroux (1992) pontua que, “em matéria de linguagem, a forma especulativa, entretanto, nunca foi suficientemente dominante para que se possa rigorosamente pensar sua relação com a prática, sob o modo da aplicação” (Ibid., p. 17), pois a natureza experimental das Ciências da Linguagem raramente ultrapassa a manipulação das formas. É assim que se apresenta todo um horizonte de objetos ao analista-historiador (NUNES, 2008).

O segundo ponto apresentado por Nunes (2008) se refere a esse horizonte de objetos que possibilita a articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas na medida em que a Análise de Discurso, sustentada “por um

² Segundo Guimarães e Orlandi ([2006] 2010), “Com o advento da lingüística no século XIX e com o *Curso de Lingüística Geral* de Saussure, no início do século XX, os estudos sobre a linguagem, que em verdade se fazem desde a Antigüidade, se desenvolveram de maneira mais específica e em diversas direções. Disto resultou todo um conjunto de disciplinas que compõem este domínio que podemos chamar *As Ciências da Linguagem*” (p. 7). A partir do que explicitam os autores, entendemos que as *Ciências da Linguagem* são constituídas por um conjunto de disciplinas, tais como Fonologia, Sintaxe, Semântica, Pragmática, Lexicografia, dentre outras. Os *estudos sobre a linguagem*, a nosso ver, incluem as Ciências da Linguagem, conseqüentemente, o conjunto de disciplinas que as constitui.

dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos” (Ibid., p. 110), traz sua contribuição para o estudo da História das Ideias Linguísticas. Essa contribuição se dá a partir das diferentes leituras que são feitas, as quais “remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-se tomá-los como documentos transparentes” (Ibid., p. 110), isto é, sustentados pela evidência em sua ordem cronológica na história.

Tendo em vista o nosso objeto de estudo desta dissertação, qual seja, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, ancoramo-nos nessa articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Conforme Nunes (2008), quando a Análise de Discurso se posiciona no entremeio com a História das Ideias Linguísticas, o “modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem” (p. 111). Além disso, o autor afirma que o entremeio “tem uma história e resulta de um longo e contínuo trabalho acadêmico de configuração e de reconfiguração das fronteiras dos conhecimentos, trabalho esse que se debruça inclusive sobre as contradições entre os diferentes domínios de saber” (Ibid., p. 121).

Apresentada a articulação entre os dois campos disciplinares em que nos inscrevemos e inscrevemos nosso trabalho, delimitemos nosso corpus de análise. A delimitação desse corpus é fruto do projeto desenvolvido durante a Iniciação Científica – *Língua, sujeito e história: o gaúcho no processo de dicionarização da Língua Portuguesa no/do Brasil* – do qual fomos bolsista nos anos de 2007, 2008 e 2009. Com esse projeto, buscávamos contribuir com a reflexão acerca da constituição/instituição de sentidos capazes de revelar o imaginário sobre o sujeito, a língua e a história, via dicionários de Língua Portuguesa e dicionários de Regionalismos Gaúchos. Os dicionários, nessa pesquisa, foram tomados como importantes instrumentos linguísticos, a partir dos quais se pôde resgatar traços da História das Ideias Linguísticas no/do sul do Brasil, revelando características próprias do sujeito que é gaúcho e que é brasileiro; que representa e é representado na e pela língua; um sujeito que conta sua história e vive sua cultura, estabelecendo relações com a produção/circulação dos sentidos através dos tempos.

Nosso recorte estabelecia como lugar fundacional as publicações de dicionários/glossários/vocabulários produzidos no Brasil do século XIX. Tais publicações manifestavam seu objetivo de reunir designações e descrições próprias da Língua Portuguesa Brasileira; o mesmo seria observado em relação aos dicionários/glossários/vocabulários regionalistas, que revelavam as peculiaridades de uma língua que é o português do Brasil, nacional; mas que é gaúcha, portanto também regional. Para o desenvolvimento desse projeto, realizamos um inventário, buscando constituir um arquivo de pesquisa que reunisse dicionários/glossários/vocabulários que se revelassem como fundantes da constituição/institucionalização da Língua Portuguesa no/do Brasil, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito regional gaúcho. Além disso, selecionamos os dicionários/glossários/vocabulários publicados no século XIX, constitutivos do arquivo, que melhor representassem as relações entre língua, sujeito e história, revelando possíveis distanciamentos/aproximações entre a formação da identidade nacional brasileira e a regional gaúcha. Também buscamos reconhecer os tipos de relações que se estabelecem entre os instrumentos linguísticos de cunho nacional e os de cunho regional gaúcho, constitutivos da História das Ideias Linguísticas no/do Brasil, e identificamos as marcas linguístico-discursivas nos processos de dicionarização da língua em, pelo menos, duas formações imaginárias: a do brasileiro e a do brasileiro-gaúcho.

Ademais, explicitamos o lugar do dicionário como instrumento linguístico na constituição do imaginário coletivo do/sobre o gaúcho e analisamos as formas de apresentação (prefácio) de cada instrumento linguístico, a fim de explicitar o lugar do sujeito-lexicógrafo, estabelecendo relações com a explicitação dos verbetes e das definições no interior de cada dicionário selecionado. Também elencamos as principais formas de designação e descrição relativas ao sujeito brasileiro-gaúcho no dicionário de Língua Portuguesa (nacional e regional) e analisamos o discurso que revela as relações que se estabelecem entre as designações e as descrições presentes nos dicionários nacionais e nos regionais, constitutivos da identidade do brasileiro que também é gaúcho. Estabelecemos, além disso, as devidas relações entre alguns verbetes e as definições oriundas desses dicionários, buscando

explicitar as aproximações/os distanciamentos, as reiteraões/as alterações de sentidos, bem como o funcionamento do diferente no interior do mesmo.

Trabalhando mais especificamente com dicionários do século XIX – dentre eles o *Novo Dicionário Universal Portuguez*, de Francisco de Almeida, publicado em 1891; o *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, publicado em 1899; e o *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*, de Caldas Aulete, cuja primeira edição data de 1881 – algumas questões nos chamaram atenção e, com isso, o desejo de dar continuidade aos estudos em nível de Mestrado se instaurou. Elaboramos um projeto a partir de um recorte no nosso corpus de análise do período da Iniciação Científica, selecionando, assim, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, para ser o nosso objeto de estudo na dissertação, pois, inicialmente, interessou-nos o fato de que esse dicionário tenha sido publicado durante mais de cem anos (entre as publicações portuguesas e brasileiras), mesmo que Caldas Aulete, a quem é atribuída a autoria, tenha falecido quando a elaboração da primeira edição ainda estava no final da redação da letra A³. Assim, para a elaboração desse dicionário, o sujeito dicionarista se apropria da língua como se fosse sua e toma a posição de lexicógrafo, tentando apagar a relação primeira, qual seja, a sua constituição enquanto sujeito na e pela língua, e passa a “trabalhar sobre a língua, sobre uma língua imaginária, resultado da gramatização e da cientifização do objeto língua” (PETRI, 2009, p. 330). Segundo a autora, o dicionarista enquanto sujeito constituído na e pela língua tem a ilusão de completude e da transparência da língua. Essa ilusão se faz necessária para o desenvolvimento do trabalho do lexicógrafo, que seleciona, na tentativa de dar ao dicionário um sentido completo, a dispersão dos sentidos e as diferentes formas de opacidade que constituem a língua (cf. Ibid.). A partir disso e tendo em vista que o plano do dicionário é de Caldas Aulete, mas cuja produção do instrumento linguístico a ele não foi possível, surgiu nossa questão de pesquisa: como se dá o funcionamento da função-autor nesse dicionário, levando em consideração que a autoria de um dicionário também passa pela constituição identitária do sujeito falante da língua?

³ Essa informação consta no prefácio da primeira edição brasileira (1958).

Questionamo-nos a respeito da função-autor tendo em vista que, no meio acadêmico e escolar, o nome do autor funciona atualmente também como título da obra, ou seja, o título da obra – *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCLP)* – geralmente é silenciado em prol do nome do autor – *Caldas Aulete*. De acordo com Orlandi ([1992] 2007a)⁴,

o silêncio não é pois, em nossa perspectiva, o ‘tudo’ da linguagem. Nem o ideal do lugar ‘outro’, como não é tampouco o abismo dos sentidos. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (p. 23-24).

Sendo assim, tendo em vista que o título é silenciado, no decorrer das exposições desta dissertação, quando nos referirmos ao título do dicionário, escreveremos a sigla *DCA*, que corresponde a *Dicionário Caldas Aulete*.

Neste trabalho, analisaremos os prefácios das oito edições do *DCA*, três publicadas em Portugal e cinco no Brasil⁵. As edições portuguesas datam de 1881, 1925 e 1948. As edições brasileiras, por sua vez, foram publicadas nos anos de 1958, 1964, 1974, 1980, 1986. Destacamos que as edições portuguesas, embora publicadas em Portugal, também circularam amplamente no Brasil. Nesses prefácios, buscaremos compreender, conforme já explicitamos, como se dá o funcionamento da noção função-autor.

A partir da noção função-autor, mobilizamos outras noções relacionadas a esta para tentar responder quatro questões que se colocam ao analisarmos o dicionário sob uma perspectiva discursiva: quem fala? – a posição do sujeito lexicógrafo que assume a função-autor; o quê? – o imaginário que se tem do

⁴No desenvolvimento do presente estudo, buscamos explicitar o ano da primeira edição entre colchetes, principalmente nas obras de Pêcheux, Foucault e Orlandi, e, logo na sequência, o ano da obra que consultamos.

⁵ Gostaríamos de destacar que, além das oito edições do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, publicadas ora pela editora Parceria Antônio Maria Pereira de Portugal, ora pela editora Delta do Rio de Janeiro, a editora Nova Fronteira publicou o *Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* em 2004 e, em 2005, o *Caldas Aulete – dicionário escolar ilustrado com a turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo*, preparado pelo Conselho editorial dos dicionários Caldas Aulete. Além disso, a tradição de publicar dicionários atribuindo a autoria a Caldas Aulete continua com a publicação do *Caldas Aulete Digital*, em 2006, pela editora Lexikon.

dicionário; para quem? – o imaginário do sujeito-leitor de dicionário; e sob quais circunstâncias? – as condições de produção que permeiam a constituição, a institucionalização e a circulação do dicionário. Ao partirmos dessas questões, buscamos explicitar o discurso lexicográfico na sociedade e na história (NUNES⁶), ou seja, o discurso que circula em determinado território e que estabelece as relações do sujeito com a língua.

As considerações expostas até o presente momento conduzem-nos a explicitar a estruturação deste trabalho. Nossa dissertação apresenta três partes. A **PARTE I – Movimentos teóricos: por um dispositivo de sustentação dos discursos no domínio dicionarístico** – apresenta algumas articulações teóricas que realizamos, a fim de explicitar o lugar em que se inscreve o nosso trabalho, isto é, na Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, bem como apresentar as noções teóricas que dão consistência ao nosso trabalho de análise. Apresentamos as noções de língua, sujeito e história, tal como são concebidas na perspectiva discursiva, e, além disso, procuramos explicitar as noções de discurso, interdiscurso, intradiscurso, memória discursiva, formação discursiva, formação ideológica, formações imaginárias, condições de produção, função-autor e função-leitor, dentre outras que estejam relacionadas às três noções primordiais de nosso trabalho, a de língua, a de sujeito e a de história.

Na **PARTE II – Os instrumentos linguísticos no processo de colonização/descolonização linguística no Brasil** – na subseção *Acordos Ortográficos: a busca por uma língua una*, fizemos uma explanação sobre os acordos ortográficos entre Brasil e Portugal, levando em conta a sua contribuição no processo de colonização e de descolonização linguística no Brasil. Apresentamos, além disso, o que se entende por essas noções – colonização e descolonização linguística – a partir dos trabalhos de Eni Orlandi (2009), Bethania Mariani (2004) e José Horta Nunes (2008a). Buscamos explicitar também como os acordos ortográficos podem contribuir com o processo de dicionarização, pensando na questão da normatização e da instrumentação da língua. Ainda nesta segunda parte, na subseção intitulada *Domínio Dicionarístico: metodologia de análise e constituição*

⁶ Texto disponível em <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/texto%20jhn%20prefacios%20de%20dics%20as%20imagens%20do%20leitor.htm>. Acesso em 08 de junho de 2011.

do corpus discursivo, apresentamos os conceitos de dicionário, de prefácio e outras que são constitutivas do dicionário, tais como verbete, nomenclatura, contextualização, a fim de podermos explicitar os procedimentos metodológicos adotados para a realização do gesto de interpretação.

A PARTE III – Movimentos de análise: o gesto de interpretação sobre o discurso dicionarístico – apresenta as análises realizadas do nosso corpus discursivo. Essa parte de nossa dissertação é constituída por três seções. Na primeira, *A constituição dos dicionários em redes de memória*, visamos apresentar o modo como se dá o funcionamento dos dicionários constituídos a partir da retomada de outros instrumentos linguísticos, da retomada de discursos e de sentidos; buscamos explicitar como os dicionários se constituem a partir de outros já existentes, pois não se pode conceber um dicionário como independente da rede de memória que constitui e que o constitui.

A segunda seção, intitulada *O funcionamento do DCA no processo de colonização/descolonização linguística no Brasil*, procura explicitar como o nosso objeto de análise pode contribuir com a colonização e/ou instaurar o processo de descolonização linguística no Brasil, via unidade e diversidade da língua portuguesa.

E, na terceira e última seção, *Constituição, formulação e circulação do DCA: por uma relação entre função-autor e função-leitor*, procuramos estabelecer alguns recortes discursivos que possibilitam analisar o imaginário de função-autor e de função-leitor, o qual contribui para compreender o espaço de circulação do instrumento linguístico em análise.

Para desenvolver este trabalho, estabelecemos alguns recortes discursivos que nos possibilitaram a realização do gesto de interpretação sobre o nosso objeto. As análises foram desenvolvidas levando em conta o que propõe Pêcheux ([1983] 2006), isto é, a necessidade do movimento entre leitura, descrição e interpretação.

PARTE I

MOVIMENTOS TEÓRICOS: POR UM DISPOSITIVO DE SUSTENTAÇÃO DOS DISCURSOS NO DOMÍNIO DICIONARÍSTICO

Articulações para o estudo do discurso dicionarístico

No desenvolvimento de nosso trabalho, visamos analisar o funcionamento da noção função-autor a partir dos prefácios do *DCA*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicado entre os anos de 1881 e 1986. Para tanto, nesta primeira parte da dissertação, abordamos algumas noções que consideramos fundamentais para o trabalho desenvolvido. Partimos das noções de língua, sujeito e história porque entendemos que, no domínio dicionarístico, é possível observar a articulação entre elas na medida em que se pode analisar a noção de língua e que sujeitos são esses que tomam posição e produzem sentidos, representando a função-autor, bem como a noção de história, que será tomada como historicidade⁷ e é constitutiva da elaboração e da publicação das diferentes edições do *DCA*, conforme apresentado na introdução desta dissertação.

Destaquemos, de início, que a Análise de Discurso se constitui no entremeio de três domínios do saber: o Materialismo Histórico, a Psicanálise e a Linguística. Cada um desses domínios contribui para que a Análise de Discurso possa se configurar como uma forma de conhecimento que se realiza no discurso. Conforme Pêcheux e Fuchs, temos a

contribuição do materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. ([1975] 1997, p. 163 – 164)

Sendo assim, a Análise de Discurso busca no materialismo histórico a noção de história⁸; na linguística, a noção de língua, que não mais será concebida como nos estudos estruturalistas; e, na teoria do discurso, os processos semânticos⁹. Para investigar tais processos, Michel Pêcheux, na década de 1960, na França, ao dar

⁷ Ressaltamos que, em Análise de Discurso, história e historicidade não são sinônimos, cf. p. 32.

⁸ A noção de história é tomada do materialismo histórico, mas não é necessariamente trabalhada da mesma forma em Análise de Discurso, pois pode-se fazer deslocamentos e tomá-la como historicidade.

⁹ Esses processos semânticos permitem aos analistas de discurso o acesso aos sentidos possíveis.

início à elaboração da teoria discursiva, toma como objeto de análise o discurso e propõe uma mudança nos estudos da linguagem que vinham sendo realizados – ele interroga a linguística saussuriana sobre a historicidade e o sujeito. Ao interrogar a linguística sobre essas duas noções, o modo de conceber a língua também passa a ser diferente. Para Pêcheux ([1975] 2009), a língua “se apresenta, assim, como a base comum de *processos* discursivos diferenciados”¹⁰ (p. 81), ou seja, a língua é tomada como o elemento indispensável para que o processo discursivo se realize. Ela constitui as práticas discursivas do sujeito na sociedade. É por meio dela que o sujeito se significa e significa suas práticas.

Para o autor citado, “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Ibid., p. 82). Os processos discursivos, ao se inscreverem nessa relação, mantêm entre si contradições, pois são “la fuente de producción de los efectos de sentido” (PÊCHEUX, 1975, p. 243), e a língua, por sua vez, “constituye el *lugar material* donde se realizan estos efectos de sentido” (Ibid., p. 243). O lugar material de que nos fala Pêcheux (cf. Ibid.) é entendido como o sistema signifiante, que é capaz de falhas e afetado pelo real da história¹¹. Conforme Orlandi ([2001] 2005a, p. 40), “é um sistema pensado no funcionamento da língua com homens falando no mundo”. Ademais, a autora explicita que a língua em sua ordem própria, como sistema signifiante sujeito a falhas, inscreve-se na história para significar, produzindo a possibilidade do equívoco.

A partir da afirmação de Pêcheux ([1975] 2009) de que a língua “se apresenta como a base de *processos* discursivos” (p. 81), compreendemos que, ao trabalhar a relação língua/discurso em Análise de Discurso, instaura-se a *condição material*¹² de base e processo. Tem-se, assim, as relações língua-base e discurso-processo, pois a realização dos processos discursivos se dá na língua, na base material de constituição dos sentidos. E, quando a produção de sentidos é afetada pela contradição, dizemos que esta reside no fato de o mesmo discurso poder se inscrever em formações discursivas diferentes e, assim, também estar sujeito a

¹⁰ Itálico é do próprio autor.

¹¹ Cf. p. 25.

¹² Orlandi ([2001] 2005a, p. 34).

interpretações que advém de classes sociais antagônicas. E, segundo o autor, o lugar onde isso se torna possível é a materialidade da língua.

Com isso, há um deslocamento da noção de função da língua para a de funcionamento (ORLANDI, [2001] 2005a). Esse funcionamento

supõe a relação estrutura/acontecimento [da qual nos fala Pêcheux, 1983; 2006], articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco (ORLANDI, [2001] 2005a, p. 21).

Entende-se, então, que a língua deixa de ter uma única função e passa a ser objeto de uma ciência, cujo funcionamento pode ser descrito, analisado e interpretado. Isso pode se dar porque, em Análise de Discurso, reconhece-se que não há um acesso direto ao sentido, mas é o lugar que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. A partir disso, acreditamos que seja a língua que possibilita o acesso ao sentido, uma vez que as marcas linguístico-discursivas podem ser descritas, analisadas e também interpretadas.

Sendo assim, a língua, em Análise de Discurso, é tomada como o lugar da materialização do discurso, o lugar em que se realizam os efeitos de sentido oriundos dos processos discursivos. Sobre essa noção, Gadet (1997) afirma que Michel Pêcheux trabalha a dicotomia língua/fala “por meio de uma reflexão sobre o pólo da oposição menos desenvolvido por Saussure: a fala” (p. 42), pois essa oposição não poderia se ocupar da problemática do discurso, tendo em vista que a Análise de Discurso se centra nos processos discursivos. A partir do estudo sobre o polo da dicotomia menos desenvolvido nos estudos saussurianos – a fala, pode-se pensar que, se há fala, também há sujeito. Logo, não haveria essa separação entre língua e fala, mas ambas seriam constitutivas do discurso.

Desse modo, é a partir da base dos processos discursivos que se chega à Análise de Discurso, pois a língua é posta em relação com a ideologia e com a história e ambas são constitutivas do sujeito. Essa língua (na/da Análise de Discurso) é permeada de falhas e de faltas, passível de deslize e de equívoco. O sistema da língua não é fechado, abstrato, mas suscetível a rupturas, ao jogo, ao sentido outro, às contradições. Nessa linha teórica, não se trabalha com uma concepção de língua autônoma, fechada, perfeita. Ao contrário, embora Pêcheux

([1975] 2009) (e a teoria do discurso) tome a língua em sua unidade, em sua ordem própria, a diferença dessa concepção em relação àquela está em que, na Análise de Discurso, a língua é afetada pela incompletude, é passível de falhas; portanto, não se constitui em uma unidade fechada, não é perfeita.

Contribui para isso o que Milner ([1978] 1987)¹³ trabalha sobre a língua no campo psicanalítico, ou seja, ele aponta para um impossível que seria próprio à língua. Esse impossível seria o real da língua, que “não é suturado, ele é percorrido de falhas – que se fazem notar do lugar mesmo da ciência.” (cf. Ibid, p. 8). Segundo Petri (2004), a noção de real da língua deriva da concepção de real de Lacan, o qual também reúne, no campo psicanalítico, as noções de imaginário e simbólico. Segundo a autora, Lacan estabelece dois momentos quando se refere ao imaginário: o primeiro “é concebido como termo correlato ao ‘estádio do espelho’, a partir do qual o sujeito mantém uma relação dual com a imagem de seu semelhante” (p. 114), e o segundo momento, que interessa à Análise de Discurso, pois influenciará na concepção de sujeito porque admite o “sujeito clivado” (Ibid.) que tem ilusões bem próprias e necessárias à sua constituição, caracteriza-se pela associação entre o imaginário, o real e o simbólico, vindo a significar “o lugar do eu por excelência, com seus fenômenos de ilusão, captação e engodo” (cf. Ibid.). Em relação ao simbólico, a autora afirma que ele é concebido como um “sistema de representações baseado na linguagem, um sistema capaz de determinar o sujeito à sua revelia, via simbolização” (Ibid.). É nessa relação entre simbólico e linguagem, conforme Petri (2004), que o sujeito representa a si e ao outro. Sobre o real, a autora afirma que este designa “uma realidade constituída por significantes rejeitados pelo simbólico (...) uma realidade impossível de se simbolizar” (Ibid., p. 114). O real é tudo o que escapa às esferas do imaginário e do simbólico, conforme a autora. Dessa concepção de real deriva a noção de real da língua de que nos fala Milner ([1978] 1987), que comporta o possível e o impossível da língua, o lugar da incompletude. Conforme Morales (2002), esse real é definido como o impossível de ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita, ou seja, entendemos que a

¹³ A obra é publicada originalmente em francês sob o título *L'Amour de la Langue*, no ano de 1978.

ordem do real é ideológica e histórica, portanto, não tangível no seu todo, uma vez que está submetida à não transparência dos sentidos.

Além disso, a língua também suportaria, para Milner ([1978] 1987), “o não-todo da alíngua, que o autor considera como uma “língua entre outras” (p. 15), como o “registro que a [a língua] consagra ao equívoco” (Ibid.). Ao considerar que a alíngua é uma “língua entre outras”, o autor explicita que é um modo singular de produzir equívoco. A alíngua se caracteriza por ser uma coleção de lugares, os quais são singulares e heterogêneos (cf. Ibid.). Para que este “não-todo da alíngua” se faça objeto da ciência, é preciso que ele [o não-todo da alíngua] seja apreendido como uma completude: a língua é a rede pelo qual a alíngua falta, mas em si mesma a rede não deve comportar nenhuma falta” (p. 26). Para exemplificar o exposto, o autor propõe que pensemos na gramática – e estendamos esse exemplo também ao dicionário, pois começamos a compreender, a partir das leituras que realizamos, que o modo de funcionamento desses instrumentos linguísticos seja semelhante. Milner ([1978] 1987) afirma que “a gramática representa a língua.” (p.26). Para o autor, essa representação não se dá por uma escrita simbólica, mas pela construção de uma imagem de completude. A gramática e o dicionário precisam então ser perfeitos e completos, segundo o autor, para que sejam concebidos enquanto tal¹⁴. Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) questionam esse posicionamento de Milner ([1978] 1987) ao abordar o real da história como uma contradição em que o impossível também é constitutivo dos sentidos. Ao entendermos que o real da história é o lugar de possibilidade da contradição, também assim compreendemos que seja a língua, isto é, passível de jogo, de rupturas e de falhas. Há um real que afeta o funcionamento dessa língua. Esse real, ao afetar o funcionamento da língua, possibilita afirmar que a gramática e o dicionário são instrumentos linguísticos constituídos e determinados pela incompletude, pois há faltas, falhas; há lacunas não preenchidas; há sentidos que não dão conta e não respondem o que buscamos nesses instrumentos linguísticos.

¹⁴ Mais adiante, no capítulo em que abordaremos a noção de dicionário, será possível observar que, na perspectiva teórica a qual nos filiamos, não concebemos o dicionário como um instrumento linguístico completo, perfeito, sem falhas, mas como um objeto discursivo em que o sentido sempre pode ser outro, pois no dicionário não estão todos os sentidos possíveis em uma língua.

Conforme Orlandi (2009, p. 12), “o lugar da falha e a incompletude não são defeitos, são antes a qualidade da língua em sua materialidade: falha e incompletude são o lugar do possível”. A língua é o lugar material, a materialidade do discurso, a base na qual se realizam os processos discursivos, que, segundo Pêcheux ([1975] 2009), designam “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (p. 148), onde emergem tanto os sentidos quanto os sujeitos nas suas relações com a historicidade. Sendo assim, temos, na linha teórica à qual nos filiamos, a relação língua-discurso, a língua em funcionamento, constitutiva das práticas discursivas dos sujeitos.

Contudo, embora o sistema linguístico seja o mesmo para os diferentes sujeitos na sociedade, conforme afirma Pêcheux ([1975] 2009, p. 81), “não se pode concluir que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso”. Isso acontece porque cada sujeito se relaciona de modo singular com a língua. Assim, a língua em si é indiferente à luta de classes, por exemplo, mas isso não significa que as classes também sejam indiferentes à língua. Pêcheux ([1982] 1990) afirma que, com a política burguesa,

para tornar-se cidadãos, os sujeitos deviam, portanto, se libertar dos particularismos históricos (...) e a ‘questão lingüística’ chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional (p. 10).

Busca-se, assim, a popularização do ensino de línguas, mas continua-se realizando a divisão social do trabalho da leitura (PÊCHEUX, 1997a), pois o Estado submete o sujeito, através da escola, por exemplo, à ideologia dominante. Isso é possível constatar em trabalho realizado por Delevati e Siveris (2011), no qual foram analisadas as imagens de leitores no prefácio do *Minidicionário Luft* (2001). Segundo as autoras, este minidicionário se caracteriza por ter integrado o Programa Nacional do Livro Didático, criado em 1985, pelo Ministério da Educação do Brasil. Em 2001, o minidicionário foi doado aos alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas e no prefácio desse instrumento linguístico constava, conforme as autoras, que o minidicionário apresentava em torno de 40 mil verbetes e subverbetes. Essa limitação do número de verbetes é o que atesta a divisão social

do trabalho da leitura, de que fala Pêcheux (1997a). É dado a conhecer aos alunos um número limitado de palavras como se não fossem capazes ou como se não necessitassem aprender novos e outros verbetes, além dos 40 mil, nos anos iniciais do ensino fundamental.

Pensando, por esse viés, na luta de classes, Pêcheux ([1982] 1990) apresenta três “espaços históricos” (p. 9) a partir dos quais busca explicitar as relações entre classes antagônicas que podem contribuir para compreendermos a relação que elas estabelecem com a língua. O primeiro *espaço histórico* do qual fala o autor é o da Revolução Francesa. Esse acontecimento histórico, no qual a burguesia toma o poder político, “é uma revolução nacional, democrática e popular; é também uma revolução lingüística no sentido próprio do termo” (cf. Ibid., p. 9). Antes de a classe burguesa tomar o poder, as ideologias feudais consideravam a existência de uma barreira lingüística que separava a nobreza do povo, isto é, aqueles que eram capazes de entender uns aos outros daqueles que eram considerados inaptos para se comunicar. A mudança que acontece quando a burguesia assume o poder é uma mudança na estrutura das lutas ideológicas. Não há mais choque de classes antagônicas separadas pela língua, mas confrontos em um mesmo mundo, em uma mesma língua (cf. Ibid.).

O segundo *espaço histórico* apresentado pelo autor se refere à revolução socialista a partir do século XIX. Conforme já havia se estabelecido na Revolução Francesa, o jogo entre as forças antagônicas se edificava em torno da mesma língua. A partir do século XIX, a burguesia organiza uma nova divisão da sociedade pautada no Direito e isso exige que se estabeleça um ideal de igualdade perante a língua, pois se constitui como uma forma de proporcionar a liberdade aos cidadãos. Porém, a divisão entre burguesia e proletariado se tornava visível pela divisão no ensino de língua e de gramática. Esta nova barreira, não mais em línguas diferentes, separa dois mundos em que as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua não têm o mesmo sentido (PÊCHEUX, [1982] 1990).

O terceiro e último *espaço histórico*, corresponde às revoluções do século XX; com elas, estabelecem-se as fronteiras entre o capitalismo e o socialismo e nestas também “a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o ‘mesmo sentido’”

(Ibid., p. 15). Sendo assim, partindo do que explicita o autor, haveria, em todas as sociedades, duas classes, uma que domina e dispõe dos modos e meios de produção, e outra que é dominada e, por sua vez, em geral, caracteriza-se por ser uma força revolucionária.

Retomando, então, o que afirma Pêcheux ([1975] 2009) sobre os diferentes discursos de diversos personagens, podemos entender que eles correspondem aos diferentes interesses das classes na forma de produção do conhecimento de tal modo que, historicamente, se opõe a ciência burguesa à ciência proletária, a ciência capitalista à ciência socialista. É uma mesma língua, mas são diferentes discursos, na medida em que busca atender diferentes classes e, conseqüentemente, diferentes funcionamentos ideológicos; quanto mais se trabalha pela igualdade mais a ideologia está funcionando pela diferença. E, além disso, conforme afirma Petri (2010a), “a ideologia funciona mesmo, e sobretudo, quando parece não estar funcionando” (p. 33).

Sobre as noções teóricas mobilizadas

Discurso, história e historicidade

Segundo Orlandi ([1999] 2005), a noção de discurso não se opõe à noção de língua, pois, em Análise de Discurso, não se toma o discurso como sinônimo de fala. Língua e discurso são noções constitutivas uma da outra. O discurso tem sua regularidade e um funcionamento possível de ser apreendido ao considerarmos “o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo e o produto” (Ibid., p. 22) como constitutivos e não como oposição de um em relação ao outro.

Segundo Nunes (2006, p. 18), “o discurso pode ser considerado uma *prática*” na medida em que o sujeito coloca em funcionamento o código linguístico na realização de seu discurso. Assim, língua e discurso são duas noções indissociáveis e não podem ser tomadas uma em oposição à outra. E é no dicionário que podemos observar essa relação quando entendemos que ele é resultado de práticas de sujeitos em determinadas condições sócio-históricas.

Ao partirmos da relação entre o social e o histórico do discurso, bem como do discurso como resultante de práticas, buscamos compreender o funcionamento da noção de história em Análise de Discurso. Nesta perspectiva teórica, a noção de história é fundamental na medida em que ela não se caracteriza como uma história cronológica, diacrônica, de relatos de fatos ocorridos. Falar de história, sob o viés discursivo, corresponde a explicitar os fatores extralinguísticos constitutivos do discurso.

Ao tratarmos da noção de história, buscamos no campo disciplinar da História¹⁵ a sua definição. Contudo, o que encontramos não dava sustentação teórica ao nosso trabalho. Encontrávamos a história¹⁶ cronológica, historiográfica,

¹⁵ Ao tratarmos a História como disciplina e área de conhecimento, grifamo-la com letra maiúscula. Quando remetemos à história como constitutiva dos discursos, escrevemo-la com letra minúscula.

¹⁶ Agradecemos à professora Dr. Beatriz Weber, docente e pesquisadora do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, pela disposição em atender-nos e pelas indicações bibliográficas que tratam das relações políticas, econômicas, sociais e literárias entre Brasil e Portugal no período colonial, mais especificamente. Destaquemos, também, que as leituras indicadas possibilitaram compreender as relações entre os dois países que têm a língua portuguesa como oficial, bem como a relação de colonização/descolonização existente entre Brasil e Portugal.

tomada como algo exterior e linear, diferente do que buscávamos, isto é, compreendê-la como constitutiva do discurso dicionarístico.

Na tentativa de buscar uma definição que tomasse a história como constitutiva da produção dicionarística no período de 1881 a 1986, encontramos em Paul Henry ([1984] 1994) nosso ponto de apoio. Em seu texto, intitulado *A história não existe?*, o autor apresenta algumas considerações sobre a noção de história no campo das ciências humanas e sociais. Para ele, nesse campo, a história seria o lugar em que se articulam e se complementam os processos de diferentes áreas, sejam elas de natureza econômica, sociológica ou psicológica.

A posição que as diferentes áreas, inclusive as ciências humanas e sociais, têm tomado frente à história pode ter sido a de “uma condição de sua possibilidade enquanto ciência” (Ibid., p. 31), ou seja, as demais ciências podem ter se constituído enquanto tal na relação que estabelecem com a história. É o que podemos entender na Análise de Discurso, isto é, ela se constitui na relação com a língua, com o sujeito e também com a história.

Henry pontua que

não há ‘fato’ ou ‘evento’ que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisto que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. ([1984] 1994, p. 52).

Não podemos, no entanto, buscar na história uma questão de origem ou então esperar que ela traga respostas e explicações sobre o que existe. Trata-se de entender que a cada momento histórico, a cada novas condições de produção, a história requer sentidos, sejam os que estão sempre já-lá, sejam outros, novos, diferentes, os quais (re)clamam por interpretações.

Orlandi ([1996] 2007) apresenta as noções de história e de historicidade como determinantes uma da outra. Embora a autora as distinga, afirma que, se podemos falar de temporalidade histórica, isto é, de história, é de uma “temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele” (Ibid., p. 55). A autora acrescenta que pode haver, no entanto, uma ligação entre a história lá fora e a historicidade do

texto, mas, se isso ocorre, não é uma relação que se dá de forma direta, não é automática, nem de causa e efeito e nem se dá termo-a-termo (Ibid.). Se há uma exterioridade constitutiva do discurso, é devido à inscrição da “história na língua que esta significa” (Ibid., p. 70).

A história, em nosso entendimento, não é evolutiva e cronológica, nem se caracteriza somente pela descrição de fatos. Ela é resultado de práticas sociais dos sujeitos na relação com a exterioridade. De acordo com Vargas (2008), “o dizer tem uma história constitutiva que não é nem evolutiva, nem natural, mas resultado da práxis dos sujeitos, de suas lutas que intervêm no real, produzindo historicidade” (p. 14). Assim, por uma analogia com o que se entende sobre a noção de real da língua, que está sujeito a falhas, entendemos que o real da história estaria sujeito a rupturas. Busca-se compreender o “real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído” (GADET e PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 52). O que está sujeito a rupturas também significa, mesmo que de modo diferente; o impossível também é constitutivo, seja ele da ordem do dizível, seja ele da ordem do não dizível, do silenciamento; é nisto que reside para nós pensar o real da história: como uma contradição e como impossível.

No caso dos dicionários, entende-se que não há uma coincidência entre a ordem histórica e as formas de simbolização nos discursos, pois essa relação é determinada pela formação discursiva em que a tomada de posição do sujeito lexicógrafo se inscreve e pelas formações imaginárias que a constituem. Sendo assim, podemos pensar que, na medida em que as formações discursivas têm fronteiras porosas e se caracterizam por serem unidades heterogêneas, são elas que possibilitam as mudanças, as rupturas e a inserção de saberes advindos de outras formações discursivas, de modo que elas se constituam como o lugar da constante contradição.

Concordamos com Nunes (2007) quando afirma que analistas de discurso, ao falarem de historicidade, entendem que a história, tal como a consideram os historiadores, passa a ser “constitutiva da produção de sentidos” (p. 373), isto é, ela deixa de ser exterior ao acontecimento e passa a fazer parte dele, constituindo os sentidos. Assim, para os historiadores, a noção de história é entendida como um

conteúdo, ao passo que, pelos analistas de discurso, é compreendida como efeito de sentido.

Ao realizarmos o deslocamento da noção de história para a de historicidade¹⁷, em *Análise de Discurso na articulação com a História das Ideias Linguísticas*, “o sufixo –idade nos parece funcionar aí como um indício desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação” (Ibid., 374). Além disso, o sufixo –idade parece dar um sentido de continuidade e remete ao estar *in*, dentro, incluído no processo de constituição dos sentidos e constitutivo do gesto de interpretação. Caracteriza-se como algo difícil de discernir, pois envolve as condições de produção do discurso e, ao mesmo tempo, o gesto de interpretação do analista. Há, assim, um deslocamento da noção de história para a de historicidade. Conforme Schneiders (2011), “a história não se trata da evolução, ou da ordem cronológica de fatos descritos, mas do(s) sentido(s) que dela resulta(m) numa materialidade discursiva” (p. 22). Além disso, a autora afirma que “a noção de historicidade se relaciona com a noção de história, sendo resultante da inscrição da história na língua” (p. 21). Desse modo, a noção de historicidade nos é muito cara, porque ela determina os sentidos que podem emergir dos gestos de interpretação e das condições de produção constitutivas dos discursos, apontando para a memória que constitui o discurso (cf. Ibid.).

Ferreira (2001) busca estabelecer a diferença entre o que é a história e a historicidade em *Análise de Discurso*. Segundo a autora, a história se organiza a partir das relações de poder e está ligada às práticas sociais dos sujeitos na sociedade; todo o “acontecimento histórico significa, precisa ser interpretado, e é pelo discurso que a história deixa de ser apenas evolução” (cf. Ibid., p. 17). A historicidade seria o modo pelo qual a história se inscreve no discurso; ela é entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história. Interessa, a partir disso, ao analista compreender “como os sentidos são produzidos. A esse trabalho

¹⁷ Quando falamos do deslocamento que se produz da noção de história para a de historicidade, entendemos que esse deslocamento reside no fato de que, em *Análise de Discurso*, o termo história é tomado como parte constitutiva da produção de sentidos, daí a possibilidade de falar de historicidade, que é compreendida como efeito de sentido e não como um conteúdo, externo a toda análise, conforme o conceito é tomado pelos historiadores (NUNES, 2007).

dos sentidos no texto e à inscrição da história na linguagem é que se dá o nome de historicidade” (FERREIRA, 2001, p. 17).

Quando analisamos uma materialidade que é linguístico-discursiva, o que faz a diferença é a história enquanto determinante dos sentidos; a história pensada enquanto historicidade, enquanto constitutiva do processo como um todo, isto é, da leitura, da descrição e da interpretação, conforme Petri (2011)¹⁸. A historicidade é, então, compreendida como a possibilidade de produção de sentidos devido à relação que ela estabelece com a linguagem; podemos dizer que é a inscrição da história na língua (ORLANDI, [1996] 2007) que nos possibilita afirmar que a historicidade seja constitutiva do sentido. A partir disso, instaura-se um possível efeito de encadeamento e de articulação entre os sentidos. Esse efeito de encadeamento nos remete ao que Pêcheux ([1975] 2009) denomina interdiscurso e intradiscurso.

Interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva

Conforme Pêcheux ([1975] 2009), o interdiscurso se caracteriza pela “objetividade material, a qual reside no fato de que ‘algo fala’ sempre antes em outro lugar e independentemente” (p. 149). O interdiscurso é considerado o lugar do já dito, o lugar em que estão inscritos todos os sentidos, os quais serão mobilizados conforme a formação discursiva em que o sujeito está inscrito ao formular (dizer) seu discurso e dependendo da historicidade que o constitui. O interdiscurso é a memória, o saber discursivo, a memória do dizer sobre a qual não temos controle (ORLANDI, [2001] 2005a). Ele se configura como um já-dito sobre o qual se constroem os sentidos de nossos discursos. Nele estão todos os discursos já feitos e esquecidos, ele é o eixo da constituição dos sentidos. A noção de intradiscurso é tomada por Pêcheux ([1975] 2009) como sendo o eixo do “funcionamento do discurso com relação a si mesmo” (p. 153), isto é, o fio do discurso. Entende-se que

¹⁸Texto *Leitura, descrição e interpretação* apresentado no Seminário Aberto, realizado pelo Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb – da Unicamp, em Campinas, SP, no dia 27 de abril de 2011.

este seja o eixo da formulação do discurso, é o momento em que se tem o dizer exteriorizado, linearizado pelo sujeito falante.

Courtine (2009), ao trazer à baila a noção de interdiscurso, afirma que este deve ser pensado como um “processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior de si mesmo” (p. 100). A partir das considerações do autor, entende-se que o interdiscurso é o lugar da formação, da reformulação, da transformação e também da repetição, logo, da constituição de elementos que compõem o discurso (o dizer) dos sujeitos em diferentes formações discursivas. Para este autor, o interdiscurso é a “dimensão vertical, a estratificação e o desnivelamento” (cf. Ibid., p. 100) das formulações. Já o intradiscurso, Courtine (2009) aponta como o “lugar onde se realiza a *sequencialização dos elementos do saber*, onde o desnivelamento interdiscursivo dos [E]¹⁹ está linearizado, colocado em uma superfície única de [e] articuladas” (p. 101). Sobre essa noção, entende-se que se constitui como o eixo da formulação em que se tem, conforme destaca o autor, uma horizontalização. O discurso (o dizer) é exteriorizado pelo sujeito, é o ato de proferir o dizer, é a instância da enunciação.

Sobre essas noções, Orlandi ([1999] 2005) afirma que todo discurso se constitui na relação entre os dois eixos, o da constituição, que é o eixo do interdiscurso, e o da formulação, o eixo do intradiscurso. O eixo da formulação, o horizontal, está determinado pelo vertical. O sujeito só produz sentido em seu discurso se aquilo que ele enuncia num momento dado, em condições dadas, está já-lá na rede de sentidos constituídos. Assim, conforme a autora, “só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)” (Ibid., p. 33). Entende-se, então, que os discursos estão relacionados entre si pelos dois eixos – o da memória e o da atualidade, o do interdiscurso e o do intradiscurso, respectivamente.

Isso também pode ser observado em Courtine (2009) quando ele estabelece a relação entre esses dois eixos, ou seja, de que há uma “memória que irrompe na

¹⁹ Conforme o autor, [E] corresponde aos enunciados e [e] às formulações.

atualidade do acontecimento” (p. 103). Uma memória que é repetição, reformulação e transformação. O autor ainda ressalta que os enunciados (da ordem do interdiscurso) existem no longo tempo de uma memória, ao passo que as formulações (da ordem do intradiscurso) existem no tempo curto da atualidade de uma enunciação. A partir da leitura realizada de Courtine (2009), entendemos que a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso produz um efeito discursivo a partir do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma conjuntura discursiva que é designada como efeito de memória.

A relação que se estabelece entre as noções de interdiscurso e intradiscurso leva-nos a refletir sobre o que Courtine (2009) propõe sobre a noção de corpus de arquivo e sobre a noção de corpus experimental, relacionando-as ao interdiscurso e ao intradiscurso, respectivamente. Para o autor, o corpus de arquivo é constituído por materiais preexistentes com os quais os sujeitos são confrontados, e o corpus experimental equivale à produção de sequências discursivas por locutores colocados em uma situação experimental definida (cf. Ibid.). Entendemos, a partir disso, que o corpus de arquivo remete ao interdiscurso, à memória discursiva de uma formação discursiva, e o corpus experimental ao intradiscurso.

Indursky (2003) ressalta que “o discurso de um sujeito, vale dizer, sua formulação, produz-se no ponto em que o interdiscurso se encontra com o intradiscurso. E é nesse momento que a repetição tem lugar” (p. 103). Segundo Pêcheux ([1983] 2006), esse é o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade. Para nós, é o lugar onde o enunciado é inscrito no intradiscurso, instaurando o efeito de memória e possibilitando a produção de sentidos, os quais são rememorados, atualizados e re-significados.

Nunes (2006) entende que o interdiscurso é o “horizonte de tudo o que já foi dito antes, independentemente de um enunciado. Trata-se do fato de que nenhum discurso é uma origem absoluta, sempre há um já-dito que precede o dizer.” (p. 24). Sobre a noção de interdiscurso estendida ao estudo sobre os dicionários, entendemos que estes são constituídos a partir de uma memória discursiva em que estão os diferentes sentidos e discursos, isto é, uma memória que é mobilizada no sentido de trazer à tona diferentes discursos que são selecionados, recortados,

retomados e até transformados. Essa memória não é a memória psicológica, tomada como uma “esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria homogêneo” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 56), mas um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Ibid., p. 56).

Em estudo realizado sobre os modos de funcionamento da história/memória na produção de sentidos observáveis nas relações entre diferentes práticas sociais e os modos de designar um espaço público de Santa Maria, qual seja, o Viaduto sobre o Vale do Menino Deus, ou Garganta do Diabo, Petri (2010b) afirma que “a história está vinculada ao que é oficial – ao nome, e a memória funciona no dizer que produz sentidos sobre o nome” (p. 72). Além disso, a autora destaca que, no caso do espaço público analisado, “embora a memória seja, ao mesmo tempo, lacunar e saturada, é pelo seu funcionamento que o nome ganha outro estatuto, o de designação. História e memória, neste caso, funcionam coladas uma à outra, retornando sempre” (cf. Ibid.).

Sendo assim, a partir do que explicita a autora, estendamos as considerações sobre história e memória ao nosso objeto de análise – o *DCA*, de Caldas Aulete. A constituição deste dicionário se dá a partir de um plano elaborado por Caldas Aulete, a quem é atribuída a autoria, embora este autor não tenha contribuído para a elaboração do instrumento linguístico, vindo a falecer antes da constituição do mesmo. Entretanto, historicamente, as diferentes edições publicadas em Portugal e no Brasil remetem a autoria a ele. Observa-se aí o funcionamento de uma história e de uma memória que sempre retornam, a cada nova publicação do dicionário. Além disso, conforme explicita Davallon ([1983] 2010), “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória” (p. 26). No caso do *DCA*, história e memória são constitutivas do processo de elaboração do dicionário, em especial à atribuição da autoria a Caldas Aulete, pois há uma memória que promove o retorno do nome do autor, já estabilizado historicamente como nome também do dicionário; há uma memória que produz efeitos de sentidos que voltam a qualquer tempo e lugar, desde que inscritos no interdiscurso.

Ao trabalharmos a noção de memória discursiva como o lugar que permite o acesso ao funcionamento do interdiscurso, no qual estão todos os saberes já formulados, retomados, esquecidos e silenciados, remetendo-nos à constituição dos dicionários, entendemos que essa constituição se dá em redes de memória. Petri (2008), ao realizar um estudo sobre a produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito, estabelece alguns pontos de contato entre o *Dicionário Aurélio* (1986), consagrado pelo uso e pela circulação no Brasil, e um *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul* (1984)²⁰. A partir disso, a autora explicita algumas questões que nos levam a refletir sobre a constituição dos dicionários em redes de memória. Ao tratar do *Dicionário Aurélio*, ela afirma que há um diálogo desse dicionário com sua tradição de existir, com as edições anteriores, com outras edições de outros dicionários de língua portuguesa, com outros dicionários do mesmo porte do mundo inteiro. O *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, por sua vez, dialoga, segundo a autora, com um passado mitológico, com a tradição de um povo que evoca sua diferença linguística como marca identitária, dialoga com o estrangeiro, com ideologias separatistas, com a literatura regionalista, com outros dicionários, vocabulários e glossários de cunho regional (cf. Ibid.). Esse diálogo, essas relações entre diferentes dicionários, diferentes edições, é o que configura uma rede, ou seja, cada dicionário ao ser elaborado parte de outros já existentes; um sempre retoma outros, retoma discursos, retoma sentidos e, até mesmo, retoma determinados dicionários para criticá-los e/ou tomá-los como exemplo. Exemplifiquemos.

A produção do DCA no Brasil, segundo Nunes (2008a), é tomada como uma atualização de um instrumento linguístico português. Assim, cada nova edição publicada remete à anterior, de modo a explicitar que a edição mais recente é “mais completa”, possui “mais verbetes e apresenta maior número de definições”. No caso da primeira edição portuguesa (1881), edição esta que inaugura a publicação dessa obra que se estenderá por mais de cem anos, parece não haver um discurso

²⁰ NUNES, R. C.; NUNES, Z. C. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

fundador²¹, um discurso de origem, mas sim a retomada de instrumentos linguísticos que antecedem a obra. No texto introdutório designado como *Plano*, o sujeito lexicógrafo da primeira edição portuguesa, retoma três autores de dicionários: Roquette, Lacerda e Moraes. Ao retomar esses autores, o sujeito lexicógrafo critica-os pelo fato de seus dicionários serem cópias umas das outras e/ou do *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau, publicado em 1712. Sendo assim, observa-se que há remissão de um dicionário a outro, constituindo redes de memória, tecendo discursos, colocando a história em relação a diferentes memórias e diferentes tradições, mas que se retomam, se repetem, se reconfiguram e acabam contribuindo para a elaboração/produção/publicação de diferentes dicionários. Entendemos que a noção de rede aqui apontada se caracteriza por ser esse “espaço de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos de regularização”, o qual propõe Pêcheux ([1983] 2010, p. 56), que caracteriza a memória.

As redes de memória das quais tratamos neste trabalho se configuram como um emaranhado de discursos, como uma teia, em que estão interligados diferentes discursos, diferentes sentidos, diferentes condições sócio-históricas. Na constituição do dicionário de Caldas Aulete, o ponto de partida é o dicionário de Bluteau (1712). A partir deste instrumento linguístico, o sujeito lexicógrafo do *DCA* retoma e desloca sentidos, estabelece relações entre os dicionários que se seguem ao *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Bluteau, e que antecedem a produção do *DCA*, especialmente o dicionário de Roquette, o de Lacerda e o de Moraes. A constituição dos dicionários em redes de memória se caracteriza como um processo de projeção, conforme afirma Orlandi ([1993] 2003), para a frente e para trás, podendo fazer intervir e também estabelecer o novo como permanente, produzindo, assim, um

²¹ Orlandi ([1993] 2003), ao trabalhar os discursos fundadores em relação à história de um país, afirma que estes são “discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (p. 7). Assim, de acordo com a autora, pensa-se o discurso fundador como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido. Neste presente texto, tomaremos o conceito de discurso fundador conforme Orlandi (Ibid.), ou seja, buscando compreender “a sua relação particular com a filiação” (p. 13). Segundo a autora, “cria tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (Ibid., p. 14).

efeito presente no intradiscurso e que se fixa na memória discursiva, fazendo parte dos saberes inscritos no interdiscurso.

Formação discursiva, formação ideológica, formações imaginárias e condições de produção

Ao tratarmos da constituição dos dicionários em redes de memória, em que intervém o interdiscurso e o intradiscurso, consideramos importante abordar outra noção que está relacionada a essas duas – a de formação discursiva. Essa noção se vincula, especificamente, à de interdiscurso, pois é entendida como um conjunto de discursos específicos que têm certa regularidade. Esses discursos são agrupados em diferentes formações discursivas, as quais se inscrevem no interdiscurso.

Para tratarmos da noção de formação discursiva, buscamos em Foucault ([1969] 2000) nosso primeiro ponto de ancoragem. Foucault ([1969] 2000) afirma que temos formação discursiva toda vez que “se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade” (Ibid., p. 43). Para o autor mencionado, há necessidade de descrever o jogo entre as diferentes noções e as suas formas de unidade e dispersão, para poder pensar tanto na formação discursiva como uma unidade heterogênea quanto nas relações entre as diferentes formações discursivas. Nota-se que o autor fala de regularidades. É isso, para nós, que determina o agrupamento de diferentes discursos sob uma formação discursiva. Cada formação discursiva é constituída por saberes específicos, por dizeres/enunciados que apresentam regularidades e que são determinados pelas instâncias discursivas e pelas condições sócio-históricas em que se inscreve o sujeito ao enunciar. Essas regularidades caracterizam dada formação discursiva.

Nosso segundo ponto de ancoragem é em Pêcheux ([1975] 2009). O autor, em texto apresentado em conferência no México, em 1977, faz uma crítica à definição de formação discursiva apresentada por Foucault ([1969] 2000). Essa crítica reside no conceito de contradição, não abordado por Foucault. Conforme

salienta Pêcheux (1977²²), “a ausência da categoria de contradição em Foucault é responsável pelo retorno de noções como aquelas de estatuto, norma, instituição, estratégia, poder, etc. que contornam indefinidamente a questão do poder do Estado como lugar da luta de classes” (s.p.). Sendo assim, ao contornar essa questão, Foucault ([1969] 2000) não estaria contemplando e avançando em conceitos muito caros ao materialismo histórico e, conseqüentemente, à Análise de Discurso. A partir do conceito de contradição, não trabalhado por Foucault ([1969] 2000), mas que já vinha sendo abordado por Pêcheux ([1975] 2009), aparece a ideia de que as formações ideológicas, como as formações discursivas que lhes estão ligadas, possuem, ao mesmo tempo, um “caráter regional” e um “caráter de classe” (1977). Assim, Pêcheux desenvolve seu conceito de formação discursiva pautado na contradição. Segundo o autor, todo sujeito ao enunciar (dizer) não pode se encontrar fora de uma formação discursiva, que é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (p. 147), pois é ela, a formação discursiva, que determina o discurso do sujeito, o que pode ser dito, o que é interditado e o que deve ser silenciado.

Ao encontro dessa definição de formação discursiva temos a noção de formação ideológica. Pêcheux (1977), ao falar de ideologia, aponta para duas teses que seriam divididas em sua unidade. Na primeira, o autor afirma que, no modo de produção regido pela luta de classes, a ideologia da classe dominante domina as classes antagônicas; e, na segunda, que a luta de classes impulsiona a história e produz a história da luta ideológica das classes (cf. Ibid.). O autor explicita essas teses partindo do exemplo das relações de produção capitalistas, isto é, quando a burguesia e o proletariado se constituem no modo de produção capitalista. Contudo, a dominação sobre o proletariado se constitui do exterior – advém da burguesia – mas também é uma dominação interna, pois o proletariado busca se organizar sobre sua própria base. O que se tem com a ideologia é a contradição de duas classes antagônicas em uma só (Ibid.).

²² Texto *Remontemos de Foucault à Spinoza*, apresentado por Michel Pêcheux em novembro de 1977, no simpósio do México, intitulado “O discurso político: teoria e análises.” A tradução a que tivemos acesso foi feita por Maria do Rosário Gregolin.

O ponto de contato entre formação ideológica e formação discursiva se daria a partir da necessidade de analisar a instância ideológica “sob a forma de formações ideológicas que possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 132). Segundo Pêcheux (1977), ao analisar as formações ideológicas, levando em conta que elas têm um caráter regional, do ponto de vista regional, observa-se que elas se referem às mesmas coisas, mas de modo diferente, pois elas são práticas de luta de classes; ao serem analisadas como constituídas por posições de classe, elas se referem às mesmas coisas sob modalidades contraditórias ligadas a classes antagônicas (cf. Ibid.). Essas modalidades contraditórias, através das quais são designadas as coisas, é o que constitui as formações discursivas.

A partir das modalidades contraditórias, que determinam e são determinadas pelas relações antagônicas, entendemos que as formações discursivas são regionalizações do interdiscurso (ORLANDI, [1999] 2005); elas são constituídas pela contradição, “são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas” (Ibid., p. 44). Os dizeres determinados pelo já dito vão se (re)configurando em suas diferentes relações. Podemos acrescentar que os dizeres inscritos em dadas formações discursivas são determinados na relação com as formações imaginárias e com as condições de produção.

Esses dizeres e seus sentidos, inscritos em diferentes formações discursivas, constituem-se a partir das posições que o sujeito pode assumir no processo sócio-histórico e ideológico do discurso. Esses sentidos são determinados pelas formações imaginárias que “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 82); são projeções de imagens que o locutor (A) faz do outro (B); é a imagem que o sujeito locutor faz de seu lugar (Quem sou eu para lhe falar assim?); a imagem que o sujeito locutor faz do lugar do outro (Quem é ele para que eu fale assim?); a imagem que o outro faz de si mesmo (Quem sou eu para que ele me fale assim?); e a imagem que o outro faz do locutor (Quem é ele para que me fale assim?) (cf. Ibid.)

Pêcheux ([1969] 1997) e, posteriormente, Orlandi ([1999] 2005) afirmam que as formações imaginárias se constituem como um “mecanismo de antecipação” (p. 39). A partir desse mecanismo de antecipação, o sujeito tem a capacidade de se colocar no lugar de seu interlocutor de modo que possa compreender possíveis efeitos de sentidos que suas palavras podem produzir. Segundo a autora, é isso que possibilita ao sujeito dizer de um modo e não de outro.

Petri (2004) afirma que a noção de formações imaginárias

viabiliza a efetivação das relações sociais e têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentidos e silenciando outros (p. 120-121).

A partir do que a autora explicita, compreendemos as formações imaginárias como projeções que os sujeitos fazem de seus interlocutores e de si mesmos em relação a si e aos outros. É o imaginário construído a partir do lugar que o sujeito ocupa, bem como o lugar em que o sujeito inscreve seu discurso. São essas projeções que tornam possível a relação entre diferentes sujeitos em determinadas condições sócio-históricas, fazendo emergir determinados sentidos em detrimento de outros. No caso do *DCA*, as formações imaginárias consistem na(s) imagem(ns) que o lexicógrafo faz de si e de seus leitores, de qual é o público a que se destina a obra, de quais são os conhecimentos veiculados nesse instrumento linguístico, de que discursos circulam na sociedade em determinada época para que os dizeres e os silenciamentos sejam constitutivos de sentidos, de quais são os discursos interditados e (de) quais (seriam) os silenciamentos presentes num dicionário de língua portuguesa no século XIX e no século XX. Entendemos, assim, que as formações imaginárias podem regular o discurso dos sujeitos em circulação na sociedade num dado momento histórico-social, pois são determinantes dos dizeres enunciados pelos sujeitos, tendo em vista que é o imaginário que constitui as diferentes posições que o sujeito pode assumir em diferentes condições sócio-históricas.

Para ilustrar o que afirmamos, observemos o verbete “liberdade” e suas definições em dois dicionários de língua portuguesa: o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, datado de 1948, e um atual, o *Dicionário*

Houaiss da Língua Portuguesa, de Antônio Houaiss, que data de 2009. No primeiro desses instrumentos linguísticos, o verbete é definido da seguinte forma:

Liberdade – “faculdade de uma pessoa fazer ou deixar de fazer por seu livre arbítrio qualquer coisa; condição do homem livre; condição daquele que não é propriedade de um dono qualquer; o gozo dos direitos do homem livre; faculdade de cada um se decidir pelo que entende ou pelo que lhe convém; estado da pessoa que não está sujeita a certa ordem de deveres.”

Além disso, o verbete apresenta alguns subverbetes, definidos da seguinte maneira:

Liberdade civil – “faculdade de fazer tudo o que não é proibido pelas leis.”

Liberdade individual – “o direito que todos os cidadãos têm de não serem tolhidos no exercício de suas faculdades ou dos seus direitos, senão nos casos em que a lei o determina.”

Liberdade natural – “o poder que o homem tem de empregar as suas faculdades e a sua aptidão como entender.”

Liberdade de pensamento – “o direito de cada um manifestar as suas opiniões políticas e religiosas.”

No dicionário Houaiss, encontramos a seguinte definição:

Liberdade – “grau de independência legítimo que um cidadão, um povo ou uma nação elege como valor supremo, como ideal; conjunto de direitos reconhecidos ao indivíduo, isoladamente ou em grupo, em face da autoridade política e perante o Estado; poder que tem o cidadão de exercer a sua vontade dentro dos limites que lhe faculta a lei; condição daquele que não se acha submetido a qualquer força constrangedora física ou moral; condição daquele que não é cativo ou que não é propriedade de outrem; possibilidade que tem o indivíduo de exprimir-se de acordo com sua vontade, sua consciência, sua natureza; autonomia, independência, soberania”.

Ambos os instrumentos linguísticos apresentam a definição de *liberdade* como condição relativa ao sujeito que não está preso, que não é escravo, pois não está submetido “a um dono qualquer” e não é “cativo”; um sujeito ao qual seja possível ir e vir na sociedade sem sofrer ameaças, sem ter seus direitos afetados. Entretanto, embora em determinados momentos históricos alguns sujeitos fossem escravos, outros fossem censurados devido à ditadura e outros ainda torturados, todos os cidadãos, independente das condições sócio-históricas e ideológicas pelas quais eram/são afetados, estavam/estão sob o jugo de leis, as quais

determinavam/determinam os costumes, as tradições e convenções de determinado grupo social.

No subverbo *liberdade civil*, observamos a definição “faculdade de fazer tudo o que não é proibido pelas leis”. Tem-se aí a formação imaginária de sujeitos submissos às leis no período ditatorial. É possível ao sujeito fazer apenas o que não é proibido pelas leis, somente aquilo que o Estado permite. No verbo *liberdade*, presente no *Dicionário Houaiss*, por sua vez, observa-se a seguinte definição: “poder que tem o cidadão de exercer a sua vontade dentro dos limites que lhe faculta a lei”. A partir dessa definição, é possível afirmar também que o sujeito dispõe de leis que regem a ordem do Estado, mas essa lei pode ou não ser cumprida; é facultado ao sujeito a submissão a ela. Há determinada flexibilidade que possibilita o cumprimento da lei, mas também permite ao sujeito transgredi-la, o que pode levar à punição, mediante a individua(liza)ção do sujeito pelos Aparelhos Ideológicos do Estado. Na definição do verbo *liberdade* no *Dicionário Houaiss*, de 2009, observa-se a democracia funcionando que faculta ao sujeito cumprir as leis do Estado; e no *DCA*, de 1948, as condições sócio-históricas do pós-guerra, regidas pela ditadura militar. Sendo assim, é possível observar que as definições do verbo *liberdade* são determinadas pelas formações imaginárias, pois são elas que possibilitam ao sujeito lexicógrafo estabelecer, de uma forma ou de outra, os sentidos a serem atribuídos a dado verbo.

Além das formações imaginárias que determinam os sentidos possíveis, os dizeres também se encontram inscritos em dadas formações discursivas e são determinados pelas condições de produção que correspondem “ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 78) em meio ao funcionamento dos fenômenos linguísticos. O autor destaca ainda que esse funcionamento não é apenas linguístico; esse funcionamento é sócio-histórico e ideológico, tendo em vista que “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Ibid., p. 79). Entende-se que as condições de produção colocam em relação os sujeitos, a língua e a história e, além disso, tomam

a exterioridade como ponto fundamental para se pensar o processo histórico de constituição do discurso.

Segundo Orlandi ([1999] 2005, p. 30), as condições de produção “compreendem os sujeitos e a situação”. A autora considera duas formas de condições de produção, as de sentido amplo e as de sentido estrito. Referente ao sentido amplo, temos o contexto sócio-histórico e ideológico, o qual perpassa o discurso. Assim, no nosso caso, tomamos para análise as diferentes edições do *DCA*, nas quais as condições sócio-históricas podem ser diferentes a cada publicação. Algumas, por exemplo, são determinadas pelo Brasil Republicano; outras pelo início dos estudos sobre a linguagem no Brasil, e outras ainda pelo embate com as produções portuguesas. No sentido estrito, por sua vez, consideramos as circunstâncias da enunciação, isto é, quem é o sujeito produtor das edições do dicionário, qual a imagem (imaginário) que ele faz dos leitores, que conceito de língua ali é veiculado, qual a relação da obra com as demais já publicadas no Brasil, qual a importância dessa obra portuguesa ser publicada durante tantos anos no/pelo Brasil.

Ao realizarmos as análises de nosso corpus, buscaremos levar em conta que as condições de produção se referem

à circunstância, a algo que resulta de determinada “situação”, algo que não nos dá liberdade de escolha: a condição se impõe e se aceita, ela já está dada, essa é a sua propriedade essencial. A condição é anterior à produção, ela determina a constituição do produto, pois interfere no processo mesmo de produção (PETRI, 2004, p. 157).

Assim, as condições de produção não nos dão “liberdade de escolha”; elas determinam os sentidos possíveis – os sentidos que se mantêm, os que são atualizados e os que são silenciados. Além de as condições de produção determinarem os sentidos, elas também determinam a produção dos sentidos.

Sujeito, função-autor e função-leitor

Nos estudos discursivos, ao buscar analisar o discurso dicionarístico em instrumentos linguísticos de língua portuguesa, pensamos que este seja o lugar onde sujeitos marcam sua posição em determinadas formações discursivas, um

espaço em que sujeitos, na sua relação com a língua e a história, tentam unificar/homogeneizar a língua portuguesa a partir do imaginário que têm de seus leitores. Além disso, segundo Henry ([1969] 1997, p. 30), “é enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção”, ou seja, é por ser, ao mesmo tempo, livre e submisso que o sujeito assume determinada posição, de acordo com a ideologia dominante – inconsciente e constitutiva das suas práticas discursivas – a qual determina os sentidos na relação com a ideologia dominada.

Conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 150),

a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Além disso, o sujeito “seleciona no interior da formação discursiva que o domina (...) um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva” (Ibid., p. 161) e isso pode ser observado na constituição do dicionário por um sujeito que toma a posição de lexicógrafo. Isso remete-nos ao esquecimento número dois, proposto por esse autor, ou seja, de que o sujeito tem a ilusão da literalidade do sentido. Dito de outro modo, o sujeito acredita que o sentido só pode ser aquele e não outro.

O autor ainda afirma em outra obra (1975) que esse esquecimento se caracteriza pelo fato de o sujeito redizer seu discurso, formulando e reformulando-o de modo a poder chegar mais perto do sentido que ele deseja que o seu interlocutor atribua ao que ele está dizendo. Por isso, o autor afirma que esse é um funcionamento do tipo “preconsciente/consciente” (Ibid., p. 251). Além de ter essa ilusão, a de controlar o sentido, o sujeito “não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (Id., [1975] 2009, p. 161), pois ele também tem a ilusão de que é a fonte de seu dizer, o que caracteriza o esquecimento número um. Conforme afirma Pêcheux (1975), na medida em que no esquecimento número dois se dá o funcionamento do discurso de forma pré-

consciente/consciente, no esquecimento número um esse funcionamento se dá de forma inconsciente, pois o sujeito não tem acesso a essa zona discursiva. É por esse motivo, afirma o autor, que o esquecimento número um é constitutivo da subjetividade na linguagem. Entretanto, Michel Pêcheux propõe uma teoria não subjetiva da linguagem. Isso quer dizer que o sujeito não é a origem e fonte de seu dizer, não há uma oposição entre objetividade e subjetividade; destaca-se nessa teoria o deslocamento da centralidade do sujeito na produção de sentidos, isto é, a questão de que os sentidos se produzem a partir dos esquecimentos número um e número dois.

A partir dos esquecimentos e da tomada de posição do sujeito lexicógrafo do dicionário, dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia (PÊCHEUX, [1975] 2009), podemos pensar na posição discursiva função-autor que esse sujeito assume. Para nós, a noção de sujeito é a de um lugar, uma posição assumida no discurso. Sendo assim, concordamos com Orlandi ([2001] 2005a, p. 65) quando ela afirma que a função-autor “constrói uma relação organizada – em termos de discurso – produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não contradição e fim)”. Assim, embora não se tenha um sujeito dono de seu dizer, pois tudo o que é formulado está na ordem do repetível e em algum lugar, em algum momento, já foi dito, toda vez que se tem um efeito imaginário de unidade, isto é, que se tem função-autor, o sujeito é colocado imaginariamente na origem do sentido e é responsabilizado pela sua produção (ORLANDI, [2001] 2005a).

Acrescentemos, segundo Pêcheux ([1975] 2009), que o sujeito tem a ilusão de ser essa origem do dizer e de poder controlar os sentidos. Essa ilusão se faz necessária para que ele possa se constituir enquanto tal, inscrevendo seu dizer no interdiscurso. Por isso, podemos afirmar que investigar o funcionamento da função-autor nos prefácios das diferentes edições do *DCA* possibilita compreender que relação os sujeitos estabelecem com a língua, que discursos produzem, qual é o recorte feito para a elaboração/reelaboração do dicionário, bem como quais podem ser as condições sócio-históricas e ideológicas em que se insere o instrumento linguístico em questão.

Ainda sobre as noções de sujeito e de função-autor, afirmamos que, no texto *O que é um autor?*, Foucault ([1983] 1992) apresenta esta em sua relação com o texto, com a obra. Quanto à noção de obra, o autor afirma que esta “que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser a assassina de seu autor” (p. 36), ou seja, a obra, assim como a escrita, estaria relacionada ao apagamento da singularidade do sujeito que escreve. Referente à escrita, ele pontua que é um jogo de signos ordenado, mas cuja regularidade está sempre a ser experimentada nos seus limites, pois ela vai

além das suas regras, desse modo as extravasando. Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, nem da fixação de um sujeito numa linguagem: é uma questão de abertura de um espaço onde o sujeito de escrita está sempre a desaparecer (FOUCAULT, [1983] 1992, p. 35).

O referido autor trabalha o nome do autor como um nome próprio, ou seja, o nome remetendo ao sujeito individual, empírico. Esse nome asseguraria uma função classificatória e esta possibilitaria agrupar certos textos, delimitá-los, selecioná-los. Sendo assim, entendemos que, para Foucault ([1983] 1992), a função do nome do autor seria a de caracterizar o discurso e, a partir daí, ser possível agrupar certos textos sob a rubrica de um mesmo nome, isto é, nesse caso, vários textos seriam agrupados e definir-se-ia a função-autor a partir de um nome, de um sujeito empírico.

Nota-se que Foucault ([1983] 1992) restringe a definição de autor à relação que ele tem com a assinatura. Em outro texto, *A ordem do discurso*, Foucault ([1970] 2001) afirma que “pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome; pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa, pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas” (p. 27-28). Tomado dessa forma, o autor estaria limitado a um sujeito empírico, a um jogo de identidade, de individualidade, ao mesmo tempo em que é responsabilizado pelo efeito de unidade do texto por ele produzido. Em nosso trabalho, buscamos compreender e explicitar o autor como sendo uma função e/ou posição discursiva que o sujeito assume ao produzir o discurso. Assim, com a noção de função-autor, concebe-se o discurso enquanto produção de efeitos de sentidos determinados pela ideologia e sob o atravessamento do inconsciente. Concordamos

com Orlandi ([1999] 2005), pois ela desloca a noção de autoria defendida por Foucault ([1970] 2001), ou seja, de que há discursos que precisam de quem os assine, mas não de autores, e afirma que “um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele” (Ibid., p. 75). Sendo assim, em todo e qualquer discurso há um sujeito que se mostra, que se marca, e que marca também a sua posição. E isso não está diretamente ligado a um nome próprio, mas sim a uma tomada de posição do sujeito na produção do discurso.

Orlandi ([1988] 2006), ao discutir a noção de autoria em sua obra *Discurso e Leitura*, aponta para uma função enunciativa do sujeito. Ela afirma, a partir do que aponta Foucault ([1970] 2001), que o autor é o princípio de agrupamento do discurso, com sua unidade, origem e coerência. Pensar essa unidade, que se constitui a partir da heterogeneidade, leva às funções enunciativas do sujeito. Primeiro, o locutor, ou seja, aquele que se coloca como *eu* no discurso; por segundo, o enunciador, isto é, a perspectiva que o *eu* constrói; e, por último, o autor, que é a função social que o *eu* assume enquanto produtor da linguagem. Sendo assim, a autora explicita que é esta, a terceira categoria de sujeito, a mais afetada pela exterioridade e, conseqüentemente, isso se dá pela exigência de efeitos de clareza, de começo, meio e fim do texto.

Em outra obra, *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, a autora afirma que o “sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto” (ORLANDI, [1999] 2005, p. 73). O sujeito resulta da interpelação do indivíduo pela ideologia, e a função-autor, por sua vez, representa a unidade e é uma função específica do sujeito. Entretanto, diferente da obra anteriormente citada – *Discurso e Leitura* –, neste texto – *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* –, a autora fala da autoria como uma função do sujeito e da função-autor como uma função discursiva do sujeito, sempre relacionada à função-leitor. Para Orlandi ([2001] 2005a), em seu texto *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*, a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor. Isso acontece pelo mecanismo de antecipação, pelo qual o sujeito-autor se projeta imaginariamente no lugar em que o outro o escuta. Esse imaginário constitui um leitor virtual que lhe corresponde (cf. Ibid.). O sujeito-leitor se constitui, na relação com a linguagem, em função da

materialidade textual já trazer em si um efeito-leitor que é produzido pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade e pela memória do sujeito que lê (ORLANDI, [2001] 2005a). Isso acontece porque a textualidade, feita de gestos de interpretação, sejam estes do sujeito-autor ou do sujeito-leitor, que se expõe ao sujeito, é efeito da discursividade, mesmo que esta seja permeada por faltas, falhas, defeitos, equívocos. Conforme Orlandi (Ibid., p. 65-66), “se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido”. A partir disso, de acordo com a autora, podemos afirmar que função-autor e efeito-leitor mostram que os sentidos são variados, dispersos, descontínuos no discurso.

Ao lermos um texto, diferentes sentidos são possíveis, pois ele tem pontos de deriva e de deslizamentos que possibilitam diferentes formulações. Sendo assim, fala-se de efeito-leitor, porque este resulta de confrontos e de movimentos de entrega e de recusa frente à materialidade do texto em decorrência da memória e das condições de produção do discurso (ORLANDI, [2001] 2005a). Conforme a autora, se pensarmos que o sentido sempre pode ser outro, na relação entre sujeito-autor e efeito-leitor, teríamos um sentido no meio de outros, pois o efeito-leitor se dá no reconhecimento de uma leitura no meio de outras (cf. Ibid.)

Nunes (1994) afirma que, quando se fala da função-leitor, busca-se explicitar as formações imaginárias que permitem a construção dessa noção. Para isso, descreve-se “a ‘posição’ discursiva do leitor em determinadas conjunturas, e isso depende apenas relativamente da atribuição de um leitor virtual no ato da escrita” (p. 41). A construção de um leitor virtual pode ser considerada um dos fatores que interferem na constituição da posição do sujeito-leitor, pois não tomamos a função-leitor como um interlocutor, mas como o outro na leitura.

Nas nossas análises, o que constituirá o que designamos sujeito-leitor é o outro na leitura. Pêcheux ([1983] 2006) afirma que

é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações

históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes. (p. 54)

Entendemos que a interpretação se instaura com a existência de um outro na sociedade, isto é, o sujeito-autor, pelo mecanismo de antecipação, projeta um outro que é o sujeito-leitor. Essa projeção, sob nossa perspectiva, é o que possibilita a emergência de sentidos na leitura (interpretação) de uma materialidade, pois entram em funcionamento a memória do sujeito-autor e a do sujeito-leitor, as filiações históricas de cada um desses sujeitos, bem como as práticas sociais que cada um estabelece na produção do discurso.

Além disso, acrescentando o que afirma Pêcheux ([1975] 2009), pode-se pontuar que toda prática discursiva do sujeito está inscrita em uma formação discursiva, a qual caracteriza a instância ideológica em um tempo e uma época determinados. Desse modo, toda prática discursiva resulta de sujeitos, pois “não existe prática sem sujeito” (Ibid., p. 197). A partir disso, entende-se que

todo sujeito é constitutivamente *colocado como* autor de e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em ‘sujeito-responsável’ (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 198).

Entendemos que a função-autor se realiza sempre que há um sujeito que toma a posição de produtor da linguagem, produzindo um efeito imaginário de unidade, começo, meio e fim (ORLANDI, [2001] 2005a). Desse modo, a função-autor é afetada pela história e se inscreve em determinada formação discursiva para produzir um discurso interpretável. Toda vez que isso acontece, ou seja, toda vez que o sujeito produz um discurso capaz de ser interpretado, ele está inscrevendo esse discurso (formulação) no interdiscurso (constituição).

Nas análises que realizamos, buscamos explicitar que condições sócio-históricas são constitutivas da produção das diferentes edições do *DCA* para que o discurso apresentado nesses prefácios pela função-autor tenha seu duplo na função-leitor, ou seja, procuraremos apresentar que imagens o sujeito-autor do dicionário projeta sobre seu público leitor, tendo em vista nosso objetivo geral que é

analisar o funcionamento da noção função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete.

PARTE II

OS INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO/DESCOLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA NO BRASIL

Acordos Ortográficos: a busca por uma língua una

A língua portuguesa de Portugal se constitui como uma unidade imaginária da formação do país como uma nação; apoia-se na tradição linguística gramatizada (MARIANI, 2004). Pensar que a nação é portuguesa, e que a língua consequentemente também o seja, é um processo que parece já naturalizado para os portugueses. Essa língua nacional passa a ser reconhecida como língua materna da população, embora os sujeitos não sejam apenas imigrantes portugueses ou nascidos no Brasil, mas também imigrantes italianos, alemães, poloneses, entre outros. Já no caso do Brasil, no processo de colonização linguística, Portugal busca naturalizar esse processo de reconhecimento da mesma forma. Contudo, se a nação é brasileira, logo, a língua também deveria sê-lo. Porém, não é assim que acontece, e o deslocamento produzido de Portugal para o Brasil promove o debate, o que leva à questão bastante discutida até os dias atuais sobre o nome da língua no/do Brasil (cf. Ibid.).

Embora o Brasil tenha se tornado independente de Portugal no plano político e econômico em 1822, no plano linguístico a independência é tardia, haja vista a situação de litígio que circunda as relações linguísticas entre as duas nações, o que parece sempre solucionável no estabelecimento de acordos mútuos. Tais tentativas de acordos entre os dois países, até hoje, não têm apresentado resultados significativos. A partir disso, torna-se necessário apresentar algumas considerações sobre o que se entende por colonização e descolonização linguística.

Orlandi (2009) afirma que o processo de colonização linguística teve início, no Brasil, com os missionários e se estendeu com os relatos dos primeiros viajantes e com os naturalistas no período colonial. Referente à colonização realizada pelos missionários, a autora pontua que esta foi realizada por meio do latim, do qual derivam as outras línguas ocidentais, inclusive a língua portuguesa. Ao tomarem o latim como modelo, deparam-se com a incompreensão das línguas em circulação no Brasil e silenciam, dessa forma, “tudo aquilo que, nelas, é específico e caracteriza sua própria ordem” (cf. Ibid., p. 174). Quanto aos relatos dos viajantes, a autora

afirma que eles buscam construir um conhecimento com finalidades não religiosas, mas não deixam de ter seus parâmetros nos padrões portugueses (ORLANDI, 2009). Quanto aos naturalistas, no início do século XIX, a colonização se dá por meio da descrição, determinação e nomeação das coisas existentes em terras brasileiras, de modo que esses registros tornem possível o conhecimento e a localização das diferentes espécies e fiquem disponíveis em forma de dados (ORLANDI, 1990; 2009). Isso torna possível a formação de listas de palavras com suas respectivas descrições, o que pode passar a integrar uma forma de dicionário. Essas três formas de conhecimento que Orlandi (2009) apresenta, quais sejam, a dos missionários, os relatos dos viajantes e as listas de palavras dos naturalistas, podem contribuir para entendermos que o processo de colonização se caracteriza pelo fato de Portugal instalar “seu poder de dominação desqualificando o número enorme de outras línguas que aqui [no Brasil] se falavam” (Id., 2009, p. 173) em prol de uma língua nacional para o Brasil. Tem-se, assim, o lugar da memória portuguesa funcionando e “pelo qual se significa a língua e seus falantes” (cf. Ibid.). Assim, entende-se que o processo de colonização busca estabelecer formas de conhecimento sobre o Brasil e os brasileiros pautado nos moldes europeus de civilização. A partir do que a autora explicita, compreende-se que a colonização linguística seria um processo de dominação de um país colonizador sobre um país colonizado através da imposição de sua língua e do apagamento das línguas já existentes no território de colonização.

As formas de conhecimento explicitadas podem ter sido a contribuição essencial para que a colonização pudesse se dar, também, por meio da publicação de gramáticas e dicionários que passam a circular no Brasil, estabelecendo e determinando a língua portuguesa de Portugal como língua portuguesa inclusive do Brasil. Os processos de colonização e descolonização linguística estão, dessa forma, relacionados à gramatização das línguas, à dicionarização, pois, no caso dos dicionários portugueses, há, em alguns desses instrumentos linguísticos, a inclusão de brasileirismos, mas, em geral, as diferentes línguas existentes no território brasileiro são silenciadas e/ou apagadas em favor de uma língua dita una, cuja unidade (ilusória) é necessária para que se estabeleça o Estado e uma língua oficial.

Se temos por um lado, na colonização, o lugar da memória portuguesa funcionando, significando a língua e seus falantes, por outro, na descolonização, há uma inversão dessa posição, isto é, “o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local, a do Brasil” (ORLANDI, 2009, p. 172). O funcionamento de uma memória local se torna possível devido à gramatização da língua pelos brasileiros e para brasileiros a partir do século XIX. Nesse período, os brasileiros iniciam a legitimação da língua nacional, isto é, institucionalizam o conhecimento da e sobre a língua portuguesa em circulação no Brasil. Assim, conforme Orlandi (2009), a produção de gramáticas - e a produção de dicionários – “é o lugar em que os gramáticos brasileiros assumem a autoridade de dizer que língua é essa e ‘como’ é essa língua, autorizando-se (-nos) em relação à singularidade do português do Brasil” (p. 175). A produção de instrumentos linguísticos corresponde, então, ao lugar de construção e de representação da identidade e da unidade brasileira.

Em sua obra intitulada *Colonização lingüística*, Mariani (2004) entende a noção de colonização como a “coexistência de povos com histórias e línguas distintas em um dado momento histórico” (p. 23). Para a autora, colonizar pressupõe um contato entre diferenças, o qual se dá pelo uso da força. Ela pontua também que essa noção pode ter mais de um sentido, ou seja, a definição que se dá a ela depende do ponto de vista adotado, seja o do discurso do colonizador, seja o do discurso do colonizado.

No processo de colonização linguística brasileira, busca-se melhorar, corrigir, colocar nos moldes portugueses a língua falada no Brasil. Entretanto, ressaltamos que a constituição da língua se deu de forma diferente nos dois países, pois há memórias diferentes, modos distintos de historicização e maneiras singulares de essas línguas – português do Brasil e português de Portugal – (se) significarem (cf. *Ibid.*).

A língua no/do Brasil é constituída pelas influências de diferentes línguas em circulação nesse território – línguas indígenas, africanas, de imigração, de fronteira e a língua portuguesa. Assim, a formação linguística desse país se dá num sentido muito peculiar frente à língua do colonizador. A partir disso, buscamos entender o que seria a colonização linguística apresentada por Mariani (2004). Conforme a

autora, o processo de colonização linguística supõe a “imposição de idéias lingüísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (p. 25). Esta “imposição de idéias lingüísticas” pode ter sido pensada ao se publicarem gramáticas e dicionários da língua portuguesa que atendessem às necessidades dos falantes dessa língua em diferentes territórios, inclusive no território do Brasil. Contudo, no caso brasileiro, essa questão de língua/nação, quando relacionada à língua portuguesa, não é direta, pois esta é a língua oficial, mas não necessariamente a língua nacional e/ou materna dos sujeitos. Para compreender essas diferenças, explicitamos a seguir o que entendemos por língua nacional, língua oficial e língua materna.

No texto intitulado *Brasil: país multilíngüe*, Guimarães (2005) explicita que língua materna é aquela que se caracteriza como primeira para o sujeito falante; é aquela praticada pelos sujeitos pelo fato de que é a língua praticada na sociedade em que nasceram. Entendemos que é por meio dessa categoria de língua que o sujeito se depara e vivencia o funcionamento da linguagem pela primeira vez. A língua nacional, de acordo com o autor, é a língua de um povo, é a língua que o caracteriza; ela tece uma relação de pertencimento do falante com o seu país; ela é a língua da Nação. Conforme Orlandi (2010), a língua nacional pode ser pensada como o “imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-Nação” (p. 13). A língua oficial, por outro lado, é a língua de um Estado, segundo Guimarães (2005), obrigatória nas instâncias formais e nos atos legais. É a língua dos documentos, das relações institucionais. Essas três línguas podem coincidir ou não. No caso da língua portuguesa, ela é a língua oficial do Brasil e também a língua nacional. Contudo, quando falamos de língua nacional no Brasil, é necessário levar em conta as demais línguas que circulam; elas também são línguas da Nação. A língua materna, por sua vez, nem sempre é a língua portuguesa, principalmente para os falantes de línguas indígenas ou de imigração. O fato de a língua portuguesa ser a nacional, mas sobretudo a oficial, sobrepõe-na às demais línguas nacionais e maternas em circulação na sociedade brasileira. No processo de dicionarização, tem-se a língua oficial, a normatizada, a que se encontra nas gramáticas e nos dicionários; não há geralmente lugar de exclusividade para a dicionarização das línguas maternas dos

sujeitos imigrantes europeus, indígenas e africanos. O que se observa nos dicionários de língua portuguesa é a língua do Estado, uma língua pautada na homogeneidade, mas com abertura às diversidades.

É essa homogeneidade que se visa ao elaborar acordos ortográficos da língua portuguesa. A partir do que Orlandi (2009) e Mariani (2004) explicitam sobre a colonização e a descolonização linguística, buscamos entender o papel que desempenham os acordos ortográficos nesses processos. Assim como as gramáticas e os dicionários, os acordos ortográficos da língua portuguesa também podem ter uma função essencial na elaboração e veiculação de conhecimentos sobre a língua; eles buscam dar unidade à língua, pois normatizam e estabelecem as regras de ortografia de modo que os países que têm a língua portuguesa como oficial possam ter uma escrita unificada, embora a constituição dessa língua, nos diversos países, tenha se dado em circunstâncias únicas e diversas. Conforme Auroux (1992) explicita, o processo de gramatização se dá por meio da produção de instrumentos linguísticos que buscam descrever uma língua. Sendo assim, poderíamos afirmar que os acordos ortográficos também são instrumentos linguísticos, tendo em vista que o seu funcionamento se dá numa mesma instância de gramáticas e de dicionários, com o *plus* de estabelecer relações de política linguística em diferentes nações. Conforme Orlandi (2002) apresenta, são três as posições de política linguística que podem entrar em funcionamento ao tratar de instrumentos linguísticos: a) as políticas linguísticas como razões do Estado, das Instituições que apresentam a questão da *unidade* como valor; b) as políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, Estados: a questão da *dominação* como valor; e c) as políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da *diversidade* como valor. A partir do que a autora explicita, buscamos compreender como se dariam as relações de política linguística entre nações por meio da publicação de gramáticas e dicionários. Entendemos que as duas primeiras posições – unidade e dominação – se encontram interligadas, pois, no caso do DCA, busca-se a unidade linguística portuguesa e brasileira e, com essa tentativa de unificar a língua portuguesa, visa-se à dominação linguística. Referente à terceira posição, Orlandi (2002) afirma que

unidade e diversidade são noções inseparáveis e por isso devem ser tratadas conjuntamente. Mesmo porque, em uma sociedade como a nossa, em sua história, o princípio ético está justamente não em apagar, mas em se trabalhar a contradição unidade/diversidade (Ibid., p 96).

Nos instrumentos linguísticos, em geral, não é isso que se observa, pois eles primam pela unidade em detrimento da diversidade. Conforme Auroux (1992), dicionarizar a língua é gramatizar por meio dos instrumentos linguísticos, mas essa gramatização – e dicionarização – se dá pelo que é da ordem da unidade e não pelo que é da ordem da diversidade. No entanto, no *DCA*, observa-se que, ao abrir espaço para a inclusão de brasileirismos, o dicionário passa a se instituir como lugar também da diversidade, embora por um efeito ideológico se naturalize o diferente no interior do mesmo; não se tem, assim, o outro, é parte do mesmo e indissociável deste.

Para pensar sobre os acordos ortográficos como instrumentos linguísticos, reportamo-nos aos trabalhos de Petri (2011a)²³. Ao trabalhar com dicionários regionalistas, cujo funcionamento se dá de um modo um pouco diferente em relação aos dicionários nacionais em função da língua que veiculam, a autora propõe que desvinculemos o processo de dicionarização do processo de gramatização, tal como o pensou Auroux (1992), pois, segundo ela, talvez seja possível compreender outras materialidades que possam funcionar como instrumentos linguísticos no processo de instrumentação linguística. E é aí que poderíamos pensar nos acordos ortográficos como instrumentos linguísticos, pois eles visam também à normatização, uma vez que estabelecem regras que passarão a ser comuns aos diversos países de língua portuguesa.

Petri (2011a) destaca que, a partir da gramatização de uma língua, promove-se a instrumentação desta língua e ela tem papel fundamental na constituição identitária e linguística de uma nação. Além disso, a autora afirma que, nesta esteira, pensar na instrumentação de uma língua seria bem mais do que tomar apenas as gramáticas e os dicionários como objetos de normatização e de instrumentação das línguas; outras materialidades podem desempenhar essa função. A partir do que a autora propõe, consideramos que os acordos ortográficos seriam uma dessas

²³Texto *Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: uma reflexão sobre o dicionário regionalista* apresentado em conferência na Universidade do Vale do Sapucaí, em Pouso Alegre, MG, no dia 28 de abril de 2011.

materialidades. Talvez eles não tenham sido estabelecidos para gramatizar as línguas, mas a partir das diversas tentativas de acordos entre Portugal e Brasil, o funcionamento que esses acordos ortográficos assumem é o de instrumentar a língua portuguesa, estabelecendo tentativas até de unificação dessa língua nos diversos países que a tem por oficial.

Para exemplificar o que a autora apresenta, observamos que, no espaço de ensino-aprendizagem, os acordos ortográficos têm fundamental importância no que se refere às gramáticas, aos dicionários e aos livros didáticos. Logo após ser estabelecido o acordo ortográfico de 2009, os instrumentos linguísticos foram reeditados, atualizando seu conteúdo de acordo com a reforma ortográfica que entrará em vigor, obrigatoriamente, a partir de 2013. Além da atualização do conteúdo, as capas também apresentam referência ao novo acordo, conforme pode ser observado na figura abaixo.



Figura 1 – Instrumentos linguísticos pautados no novo Acordo Ortográfico.

Nessa esteira dos acordos ortográficos, Souza e Mariani (1996) destacam as diversas propostas de acordo entre Brasil e Portugal no que tange à língua.

Segundo as autoras, “a característica comum a todas as reformas era a busca do ideal ortográfico, ou seja, uma norma definitiva que acabasse com a anarquia e que unificasse a ortografia garantindo o prestígio e a expansão de um idioma nacional” (p. 91). Para tanto, não se buscava destacar e incluir as diferentes línguas em circulação no território brasileiro, segundo as autoras, mas unificar a língua portuguesa independente do modo como ela se constituía em cada um dos países. As tentativas de unificação iniciam ainda no século XIX, quando Marquês de Pombal toma medidas de caráter social e político para alterar a situação do ensino no Brasil, ou seja, ordena que se ensine a/em Língua Portuguesa de modo que se tenha, assim, um primeiro passo para o aprendizado da língua. Em 1897, foi fundada a Academia Brasileira de Letras com a finalidade de cuidar da cultura da língua e da literatura nacional (GUIMARÃES, 2004). Sua primeira iniciativa foi procurar fixar a ortografia. No século XIX, várias são as tendências que se delimitam. Com o Romantismo e a volta às questões nacionalistas, alguns autores, como José de Alencar, buscam uma língua brasileira; outros, mais conservadores, defendem a manutenção da língua como uma herança de Portugal; e outros ainda se preocupam apenas com as questões ortográficas devido às divergências na escrita (SOUZA e MARIANI, 1996). Entretanto, as questões sobre as reformas ortográficas não param por aí. Em 1907, propõe-se uma reforma da ortografia no Brasil tomando por base a *Ortografia Nacional*, publicada em Lisboa, em 1904. Nota-se que, mesmo independente política e economicamente de Portugal, o Brasil ainda continua preso às publicações portuguesas ao seguir os modelos portugueses para estabelecer a ortografia brasileira. Aquela reforma de 1904, em Portugal, e essa de 1907, no Brasil, não tiveram muito respaldo na sociedade, pois eram produções das Academias de ambos os países e não tiveram apoio dos governos. Assim, a publicação se restringia às Academias. Em 1931, as Academias novamente buscaram estabelecer uma ortografia única, porém, dessa vez, apoiadas pelos governos dos dois países. Tinha-se por objetivo solucionar o problema da anarquia (SOUZA e MARIANI, 1996) e, para isso, tornou-se obrigatória a ortografia resultante dessa reforma. É reconhecida, assim, a autoridade que representa a Academia e cabe a ela a feitura do *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa*, publicado em 1932. Segundo Souza e Mariani (1996, p. 87), “o direcionamento das

medidas a serem adotadas e oficializadas fica nas mãos do governo, que não só cuida dos trâmites legais, como também opina e intervém quando acha convincente.” Um exemplo dessa intervenção disciplinadora é o governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas, na década de 1930. Em 1938, Vargas insiste na obrigatoriedade do Acordo de 1931, propondo uma resolução de casos especiais de grafia que não constavam no Acordo estabelecido entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa (cf. Ibid.).

A partir disso, tem início a intervenção de ordem político-jurídica que se torna frequente em relação à questão ortográfica. Em 1943, mais uma tentativa de acordo entre Brasil e Portugal se instaura, pois Portugal, em 1940, publica outro *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Isso leva, conforme as autoras, à necessidade de revisão dos trabalhos produzidos no Brasil face à Academia de Ciências de Lisboa. Para tanto, a comissão designada, no Brasil, para dar continuidade a esses trabalhos, tomou por base o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Academia de Ciências de Lisboa, enriquecendo-o com o acréscimo de termos científicos e de palavras correntes na linguagem do Brasil (cf. Ibid.). A Academia de Lisboa, ao tomar conhecimento das alterações feitas, aprova o acordo e considera que ele representa o perfeito acordo existente entre as duas Academias. Em 1945, Getúlio Vargas nomeia outra comissão para realizar uma reforma ortográfica, a qual foi bastante discutida na Conferência Interacadêmica, realizada em Lisboa, entre a Academia de Ciências de Lisboa e a comissão designada por Vargas. Ao final, o acordo foi composto por três documentos: as conclusões da Conferência, as bases analíticas do Acordo firmado entre os dois países e o protocolo de encerramento da Conferência (SOUZA e MARIANI, 1996). Com a queda de Vargas, em 1945, vários problemas foram destacados no Acordo. Sendo assim, entra em vigor novamente o acordo de 1932 e se revoga o acordo de 1945. Depois desse acordo, a questão ortográfica encontra uma trégua durante dezesseis anos (cf. Ibid.). Somente em 1971, em Brasília, é assinado novo acordo entre os dois países.

A partir da leitura e explicitação dos diferentes acordos ortográficos publicados, as autoras apresentam algumas reflexões sobre a presença de dois discursos: “o acadêmico, propriamente dito, e o político. Ambos sustentados e organizados na forma de textos jurídicos” (SOUZA e MARIANI, 1996, p. 90). Nas

primeiras reformas, quando ainda não havia amparo oficial e legal, o jurídico permeia o acadêmico, pois a Academia tem o direito de regulamentar a ortografia. O discurso acadêmico prima, então, pela verdade, pela cientificidade e pela autoridade. Nas reformas seguintes, quando estas passam a ter amparo oficial e legal, o discurso jurídico se refere à outra autoridade e a outras condições de produção, ou seja, o período é de oficialização e legalização das reformas e a voz do governo prevalece sobre a voz dos acadêmicos (cf. *Ibid.*). As autoras afirmam que o discurso acadêmico ganha possibilidade de ir além dos muros da Academia enquanto autoridade ao se tornar oficial. No entanto, perde na medida em que se submete a uma política de interesses que vai além da política do idioma (*Ibid.*).

Além dos acordos ortográficos que as autoras citam, destacamos o de 1990 e o de 2009. Vargas (2010) desenvolve um estudo sobre estes acordos, dando ênfase ao acordo de 2009, realizado entre os diferentes países que têm a língua portuguesa como oficial: Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste²⁴. A autora aponta que este acordo teria por finalidade a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e, além disso, dar impulso para o prestígio internacional. Este acordo, em sua formulação, remete ao acordo de 1990, o qual deveria ter entrado em vigor em 1994, após os países terem-no assinado. Entretanto, os desentendimentos em relação à língua entre os diversos países vão se alastrando durante quase vinte anos até o acordo ser publicado. Sendo assim, questionamo-nos a respeito dos aspectos políticos que permeiam essas publicações. Qual o sentido de tantos acordos ortográficos serem publicados e revogados entre Brasil e Portugal? Qual o sentido desses acordos em meio à sociedade portuguesa e brasileira se ambas as nações se constituíram de modos distintos uma em relação à outra? Que questões de política linguística permeiam essas publicações?

Na tentativa de refletir sobre esses questionamentos, recorreremos aos trabalhos de Orlandi (2007b). A autora afirma que a descolonização linguística e a descolonização do linguista não podem ser pensadas separadamente, pois, em *Análise de Discurso*, busca-se trabalhar o caráter político que se coloca quando se

²⁴ Ressaltamos, de acordo com o trabalho de Vargas (2010), que a adesão do Timor Leste ainda é uma questão em aberto.

pensa a política linguística como política de línguas. A política de línguas é bastante abrangente, pois nela cabem reflexões que atravessam épocas diferentes, línguas diferentes e situações históricas e sociais bastante distintas (Ibid.). Conforme a autora, quando se trata de política linguística como política de línguas, atribui-se à língua um sentido político, isto é, a língua é desde sempre já afetada pelo político. Uma língua é

um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos (ORLANDI, 2007b, p. 8).

Pode-se observar, sobre os acordos ortográficos, que, em geral, eles buscam a unidade da língua portuguesa por e para sujeitos, mas a forma de os sujeitos se significarem e significarem sua língua se dá de modo diferente em Portugal e no Brasil, pois o espaço político-social é outro e, conseqüentemente, os sentidos também diferem.

Entendemos que a publicação de diversos acordos ortográficos, que buscam fixar uma única língua portuguesa para os diferentes países que a tem por oficial, caracteriza-se pelo processo de colonização, pois Portugal foi colonizador, tanto no âmbito político, social e econômico quanto no âmbito linguístico, do Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste²⁵. Esse processo contribuiu, e continua contribuindo, para que se tente normatizar uma língua portuguesa hegemônica, a de Portugal, com a inclusão de peculiaridades das línguas dos demais países, isto é, um mesmo acordo para línguas diferentes. Conforme destacamos anteriormente, a língua portuguesa de Portugal é diferente da língua portuguesa do Brasil. Mesmo que as tentativas de unificação e as frustrações referentes aos acordos não aprovados tenham sido várias, as publicações brasileiras começam a aparecer ainda no século XIX em função dessa diferença que se observa quanto às duas línguas, bem como em função das discussões que vêm se estabelecendo no decorrer desse século sobre o nome da língua no Brasil.

²⁵ Tendo em vista que nosso enfoque é a relação Portugal/Brasil, não investigaremos o porquê da ausência de outros países falantes de língua portuguesa nos diferentes acordos ortográficos propostos e/ou fixados. Isso poderá ser desenvolvido em outra oportunidade, em outro trabalho.

Entendemos, então, que as gramáticas e os dicionários publicados, assim como os acordos ortográficos propostos pela Academia de Ciências de Lisboa, quando não acatados pelo Brasil, são uma forma de romper com a colonização linguística a que estava submetido o país e, em especial, os instrumentos linguísticos em circulação no território brasileiro. Para ilustrar essa situação, faremos uma explanação da produção de obras brasileiras, a partir do que Guimarães (1996; 2004) e Nunes (2006) explicitam. Segundo Guimarães (1996; 2004), os estudos do português do Brasil passam por quatro períodos.

O **primeiro período**, de acordo com o autor, inicia-se em 1500, com a descoberta, e vai até meados do século XIX. Esse período se caracteriza por não haver ainda estudos da/sobre a língua portuguesa no/do Brasil e seu final coincide com a independência do Brasil, em 1822, e com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. O **segundo período**, conforme destaca Guimarães (1996), inicia-se em meados do século XIX e vai até os anos 30 do século XX. Nesse período começam os estudos e as publicações sobre o português do Brasil. O **terceiro período** tem início com a fundação dos cursos de Letras, em meados de 1930, e, nesse momento, esses cursos se constituem num lugar de pesquisa sobre as questões de linguagem cujos estudos eram, até então, vinculados à língua do Estado, a um padrão literário e ao ensino. Cabe ressaltar que é nesse período, mais precisamente em 1943, que é estabelecido o acordo ortográfico da língua portuguesa do Brasil, o qual difere do de Portugal. É nessa década também que ocorrem muitos debates sobre o nome da língua falada no Brasil (Ibid.). O **quarto período**, a partir de 1965, caracteriza-se pela introdução da disciplina Linguística nos currículos dos cursos de Letras, bem como pela criação de cursos de pós-graduação na área (GUIMARÃES, 2004). A partir da entrada da Linguística nos cursos e da criação dos programas de pós-graduação, vários são os trabalhos que passam a ser desenvolvidos em diferentes áreas, tais como semântica, pragmática, sociolinguística, linguística histórica, análise de discurso, gramática, lexicografia, dicionarização, linguística textual, línguas indígenas, dentre outras.

A seguir, apresentamos um quadro em que buscamos inserir as diferentes edições do *DCA* para ilustrar que, paralelamente à publicação das gramáticas e dos dicionários de língua portuguesa do Brasil (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996),

continuavam a atualização e a reedição do dicionário português objeto de estudo desta dissertação.

Obra	Autor	País e Ano de publicação
Vocabulário Portuguez e Latino	Padre Raphael Bluteau	Portugal 1712
<i>Codigo do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX^o seculo.</i>	Padre José Ignacio Roquette	Portugal – 1845
Diccionario da Lingua Portuguesa	Araújo Corrêa de Lacerda	Portugal -1858
Dicionário da Língua Portuguesa	Antonio de Moraes e Silva	Portugal – 1789
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Portugal – 1881
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Portugal – 1925
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (3ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Portugal – 1948
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (4ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 1958
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (5ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 1964
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (6ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 1974
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (7ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 1980
Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (8ª edição)	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 1986
Minidicionário Caldas Aulete	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 2004
Caldas Aulete – Dicionário escolar ilustrado com a turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 2005
Dicionário Caldas Aulete Digital	F. J. Caldas Aulete	Brasil – 2006

Quadro 1 – Instrumentos linguísticos constitutivos da rede de memória do DCA.

O *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Bluteau, é um dicionário bilíngue português-latim, segundo Nunes (2006), publicado em oito volumes e mais dois suplementos; traz definições e comentários enciclopédicos em português e, ao final do verbete, equivalentes do latim. Segundo o autor, é considerado por alguns o primeiro dicionário de língua portuguesa porque traz as definições já em português. Além disso, conforme ainda destaca o autor, no prefácio, Bluteau dedica 44 páginas

aos leitores; “efetuando antecipações imaginárias, o autor formula, para cada um dos [tipos] de leitores, um discurso de aceitação do dicionário, dizendo a eles o que significa aprender a própria língua” (NUNES, 2006, p. 184). O lexicógrafo aparece como um leitor dos “bons autores” e estes, conforme afirma Nunes (Ibid.), é que legitimam a língua: o dicionarista se coloca em uma relação de fidelidade aos autores. Destaquemos ainda que, no século XVIII, um autor português escrevia também sobre os países colonizados na América, África e Ásia. Sendo assim, é dessa forma que o Brasil começa a ser mencionado nos dicionários. Nessa época, em especial nesse dicionário de Bluteau, a imagem de língua que se constrói é a da prática da eloquência de determinados autores (cf. Ibid.).

Sobre o *Código do bom tom ou regras da civilidade e de bem viver no XIX^o século*, de José Ignacio Roquette, Barbosa (2011) afirma que a arte de adaptar livros ao gosto do público e de acordo com os interesses editoriais era de todo conhecida dos leitores brasileiros e portugueses do século XIX. Um destes livros, conforme a autora, era o manual de civilidade, produzido primeiramente em Portugal e depois no Brasil. Os autores desses manuais desconheciam a ideia de originalidade, pois se pautavam pela cópia, compilação, extração e adaptação de autores e títulos consagrados, que são atualizados tanto pelas formas editoriais como pela comunidade de leitores que deles se aproximam (cf. Ibid.), daí podermos compreender o porquê da crítica feita por Caldas Aulete, no prefácio do *DCA*. O autor pontua que os dicionários anteriores ao de Moraes eram copiados uns dos outros e, principalmente, do de Bluteau, que era o dicionário usado como modelo. Além disso, de acordo com Barbosa (2011), esse manual era caracterizado por temas como cortesia, urbanidade, polidez e civilidade. Eram reunidas várias obras de uso consagrado e de autores importantes em Portugal para a elaboração de novos instrumentos linguísticos.

O *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Araújo Corrêa de Lacerda, caracteriza-se, segundo Holtus et al (1994), por ser uma produção portuguesa influenciada pelos instrumentos linguísticos de Eduardo de Faria, especialmente por um dicionário universal. Segundo os autores, correspondendo à crescente procura do público pela informação histórico-literária “(verificava-se, nesse tempo, uma grande rarefação de lexicografia enciclopédica em Portugal), os editores alargaram a

nomenclatura histórica, literária e enciclopédica em geral, com prejuízo da informação linguística” (cf. Ibid.). Conforme pontuam os autores, o dicionário de Lacerda era dedicado a portugueses e brasileiros e tinha um caráter essencialmente enciclopédico. De acordo com os autores, ainda, embora seja basicamente uma reprodução, esse dicionário teve forte presença no espaço dicionarístico português e pode ser tomado como um “excelente repositório para a história da língua e do vocabulário da técnica e da ciência nos meados do século XIX” (cf. Ibid.).

O Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio de Moraes e Silva, publicado inicialmente em Portugal no ano de 1789, teve várias edições no decorrer do século XIX. No século XX, mais precisamente no ano de 1922, foi publicada uma edição comemorativa aos 100 anos da Independência do Brasil. Segundo Nunes (2008a), essa publicação pode ser considerada a construção de uma memória lexicográfica que é reforçada pela nacionalidade brasileira do autor. Além disso, Nunes (2008a) destaca que trazer à baila uma edição comemorativa do dicionário de Moraes seria a “atualização de um sentido não histórico da língua, de uma visão de clareza e concisão aos moldes iluministas” (Ibid., p. 32). Ao atualizar esse sentido não histórico do qual nos fala o autor, a nosso ver, busca-se dar ênfase às formas da língua em uso na sociedade, às novas práticas de autoria lexicográfica e de divulgação da língua no/do Brasil.

Além dos instrumentos linguísticos elencados no quadro, também destacamos duas publicações que se referem diretamente à normatização da língua portuguesa no/do Brasil. Uma delas é o Acordo Ortográfico de 1943, e outra é a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Conforme já destacamos anteriormente, o acordo ortográfico realizado entre Brasil e Portugal e publicado em 1943 estabelecia a ortografia dos dois países, mas “com diferenças relativamente à ortografia de Portugal” (GUIMARÃES, 2004, p. 34). Isso mostra que se continua buscando uma língua autenticamente brasileira, com instrumentos linguísticos próprios a ela e que seja representativa dos sujeitos que a falam. A consolidação – se assim podemos designar – da língua portuguesa no/do Brasil pode ter ocorrido com a publicação da NGB, em 1959. Conforme explicita Guimarães (2004), nos anos de 1957 e 1958 foi elaborada a NGB, patrocinada pelo Ministério da Educação e Cultura, que estabelece uma organização terminológica sem teoria que a sustente

adequadamente. Contudo, sabe-se que as gramáticas elaboradas a partir de sua publicação passaram a utilizar tal terminologia (cf. *Ibid.*).

Baldini (2009), ao realizar seus estudos de mestrado sobre a NGB, afirma que esta, além de

ser uma tentativa de valorização do que é específico no Brasil, não se filia rigorosamente a nenhuma teoria. Mas o importante é ressaltar o papel do Estado, que, como sabemos, é o lugar da administração dos conflitos. No Brasil, a constituição do Estado é, ao mesmo tempo, a constituição da língua. O Estado age sob o princípio da unidade, a partir de um sistema jurídico centralizado e de um sociologismo que negocia a diversidade. Em outras palavras: no caso específico da língua, as diferenças, embora sejam reconhecidas, anulam-se no processo de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe (p. 34).

Assim, a NGB pode ser considerada tanto um instrumento linguístico quanto um instrumento político. Acreditamos que seja um instrumento linguístico na medida em que normatiza a língua portuguesa no/do Brasil, e um instrumento político, se considerada em sua relação com o Estado; ou seja, o Estado age sob o princípio de unidade, segundo Baldini (2009), a partir de um sistema jurídico centralizado. Desse modo, as diferenças se anulam no processo de constituição da identidade nacional e do sujeito que ela pressupõe (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996).

Ainda sobre a NGB, de acordo com Gonçalves (2009, p. 129),

a obrigatoriedade de unificação, a partir da colocação em prática, da nova nomenclatura no ensino-aprendizagem da língua portuguesa desencadeou a necessidade de os livros didáticos, os manuais e as gramáticas adequarem-se à Nomenclatura Gramatical Brasileira, com a finalidade de padronização, em todo território brasileiro, dos nomes atribuídos aos fatos lingüísticos.

Essa padronização se estende aos diversos e diferentes instrumentos linguísticos. Livros didáticos, manuais, gramáticas e dicionários são publicados e reeditados de acordo com a NGB de 1959.

A partir das explicitações feitas referentes aos acordos ortográficos, bem como sobre alguns instrumentos linguísticos que começam a ser publicados e que circulam no Brasil, podemos afirmar que as tentativas de acordos entre Portugal e Brasil até hoje não atingiram seu objetivo, isto é, o de unificar a língua portuguesa. Acreditamos que isso se deve às diferentes línguas – africanas, indígenas, de

imigração – que constituíram a língua portuguesa no Brasil e em Portugal. Cada uma dessas línguas tem suas peculiaridades e a maneira como cada sujeito se relaciona com sua língua, como tem acesso a ela e qual seu estatuto na sociedade é uma questão de política de língua²⁶. Se por um lado temos a publicação de acordos, por outro os instrumentos linguísticos brasileiros se destacam e ganham espaço na sociedade, constituindo um acervo próprio sobre a língua. Entretanto, conforme pode ser observado no quadro 1, as produções portuguesas também estão presentes e em circulação no Brasil. Sobre o *DCA*, Nunes (2008a) afirma que, ao se publicarem as edições brasileiras, buscou-se adaptar um dicionário português ao contexto brasileiro. Para isso, a editora DELTA, do Rio de Janeiro, reuniu uma equipe de especialistas para adaptar a obra. Essa adaptação se deve especialmente à inclusão de imagens específicas do âmbito brasileiro, conforme o autor, tais como fotos do Ministério da Educação, o Monumento dos Bandeirantes, uma tela pintada por Cândido Portinari que representa o café, enfim, diferentes gravuras que dão um sentido de atualidade e modernidade ao dicionário, bem como buscam a construção de um lugar que represente a nacionalidade brasileira. Segundo o autor, “com as outras reedições brasileiras que se seguiram, o dicionário de Aulete tornou-se talvez o mais adaptado dicionário português no Brasil. Sua aceitação se nota também no domínio público onde são freqüentes as manifestações dos leitores” (Ibid., p. 36).

A partir do que expusemos, gostaríamos de enfatizar que os acordos ortográficos – assim como a publicação de instrumentos linguísticos portugueses destinados a leitores portugueses e brasileiros – parecem, a nosso ver, buscar a consolidação da colonização linguística mesmo que as tentativas não tenham dado resultados positivos quanto à unificação da língua, haja vista os impasses que ainda hoje se instalam. Se por um lado temos a tentativa de estabelecer acordos ortográficos, que não deram certo, por outro há as publicações de autores portugueses, cuja circulação se dá também no Brasil, e de autores brasileiros, que cada vez mais investem no sentido de uma língua nacional no/do Brasil que vá ao encontro da descolonização linguística. Com as publicações brasileiras, a

²⁶ Afirmamos isso porque, conforme destacamos anteriormente, pensar em política de línguas é pensar nas “formas sociais sendo significadas por e para sujeitos” (ORLANDI, 2007b, p. 8); cada escolha do sujeito é um ato político, por isso, considera-se que a relação do sujeito com a sociedade esteja determinada politicamente através da relação que ele estabelece com a língua.

significação na/pela língua encontra seu lugar deste lado do Atlântico, passando a instituir saberes na/sobre a língua em circulação no Brasil, com suas diversidades e peculiaridades frente à língua do colonizador.

Domínio dicionarístico: metodologia de análise e constituição do corpus discursivo

Sobre o domínio dicionarístico

Quando intitulamos esta seção de nosso trabalho domínio dicionarístico, estamos entendendo o dicionário como um lugar, um espaço de circulação de sentidos em que se estabelecem jogos de força para manter certa regularidade. Entretanto, mesmo tendo certa regularidade, entendemos que o dicionário não tem limites precisos. Nunes (2008), ao retomar alguns pontos da reflexão de Aurox (1992) sobre a constituição do saber linguístico – epilinguístico e metalinguístico, afirma que “os domínios constituem as *técnicas*, ou seja, práticas que permitem obter certos resultados desejados e as *competências* específicas, suscetíveis de receber um estatuto profissional em uma sociedade” (NUNES, 2008, p. 83). A partir disso, entendemos o domínio dicionarístico como um conjunto de técnicas que tem por objetivo a gramatização e a instrumentação de uma língua.

Ao inscrevermo-nos na perspectiva teórica da Análise de Discurso na relação com a História das Ideias Linguísticas, cabe ressaltar que lugar é esse de onde falamos. Para tentar explicitar esse lugar, recorreremos aos estudos de Scherer (2008), que aponta três princípios para pensar sobre a noção de lugar.

O primeiro princípio, conforme a autora, toma por base os pressupostos teóricos de Lacan a partir dos quais se entende o lugar como estrutura simbólica em que “há lugar, há lugares: os lugares topológicos, os lugares na ordem da essência, e depois, há o lugar no mundo” (Ibid., p. 132). O segundo princípio proposto pela referida autora é pensar o lugar como domínios e fronteiras. Conforme Scherer (2008), abordar domínios e fronteiras é entender que as repetições têm certa regularidade. A partir disso, o lugar seria “fundante de domínio e de fronteira entre o histórico e o simbólico pela língua” (cf. Ibid., p. 132). No terceiro princípio, o lugar é tomado como “um jogo de força que procura manter uma certa regularização em um certo domínio” (Ibid., p. 132). Essa regularização é entendida como um espaço de estabilidade, pois, segundo a autora citada, as fronteiras atravessam as regularizações e o acontecimento irrompe nos domínios a cada nova circulação. Assim, ainda de acordo com a autora, não se pode tomar o lugar como algo estanque, delimitado por bordas que fixam as fronteiras e os domínios do

conhecimento, mas ele deve ser tomado como um espaço móvel, de retomadas, deslocamentos e rupturas.

Sobre a noção de lugar, nessa mesma esteira, trazemos ainda o que afirma Luz (2010), ou seja, que “o lugar não possui sentido e identidade únicos, não tem limites precisos e contém conflitos internos, isso porque nele funcionam, pelo simbólico, o repetível e os jogos de força na manutenção da regularidade” (p. 83). Assim, o lugar em que nos inscrevemos e em que situamos o nosso trabalho é o de entremeio, pois nos inscrevemos no campo disciplinar da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Nesse lugar as fronteiras não são delimitadas, mas fluidas, porosas, possibilitando diversas relações entre as diferentes disciplinas que dialogam e que possam vir a dialogar com a Análise de Discurso.

Sobre o domínio dicionarístico situado no campo disciplinar da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, destacamos, de acordo com Aurox (1992), que o dicionário é um instrumento linguístico resultante do processo de gramatização que constitui a segunda revolução tecnológica nas Ciências da Linguagem. O processo de gramatização do qual fala o autor se refere à produção de dicionários e gramáticas das línguas existentes, tomando por base a tradição greco-latina.

A partir do que nos aponta Aurox (1992), “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (Ibid., p. 65). Além disso, o autor afirma que são duas as causas da gramatização. A primeira se refere à aprendizagem de uma língua estrangeira, ou seja, quando a passagem de uma língua a outra está relacionada a interesses práticos. Esses interesses podem se referir “i. ao acesso a uma língua de administração; ii. ao acesso a um *corpus* de textos sagrados; iii. ao acesso a uma língua de cultura; iv. a relações comerciais e políticas; v. a viagens; vi. à implantação/exportação de uma doutrina religiosa; vii. à colonização” (Ibid., p. 47). A segunda causa, apontada pelo referido autor, diz respeito à política de uma língua, cujos interesses se centram na organização e regulação de uma língua literária ou

no desenvolvimento de uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

A partir do que explicita Aurox (1992) sobre as causas da gramatização, bem como Nunes (2008a), ao analisar o prefácio da primeira edição portuguesa e da primeira edição brasileira do *DCA*, é possível entender que a atualização do *DCA*, no Brasil, esteja ancorada nas duas causas da gramatização. Na primeira, referente à aprendizagem de uma língua vinculada a interesses práticos, o *DCA* se configura como um método de colonização, pois busca descrever e instrumentar uma língua portuguesa tomando os moldes da língua de Portugal, que visa somente incluir brasileirismos e, de acordo com o que afirmamos anteriormente, imagens que remetem ao Brasil para que sentidos sejam atualizados. Além disso, a publicação/atualização do *DCA* também se constitui como política de língua, pois acreditamos que os interesses da circulação desse instrumento linguístico estejam centrados na organização e regulação da língua portuguesa no/do Brasil, tendo como pressuposto a possibilidade de expandir uma língua a diferentes territórios a partir de teorias que os instrumentos linguísticos veiculam e que, nesse caso, estão mais direcionadas aos interesses portugueses do que aos dos brasileiros.

Conforme Aurox (1992), as teorias sobre as causas da gramatização adquirem um estatuto de dominação e de acesso aos saberes de civilizações outras. Sendo assim, entendemos que o processo de gramatização possa ter contribuído para o linguicídio, pois as línguas menos ou que não foram instrumentalizadas acabaram cedendo lugar para as gramatizadas. Destacamos que a gramatização está relacionada “a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas” (Ibid., p. 74). Contudo, não corresponde a uma transferência independente da cultura de cada povo, pois se deve levar em conta a situação dos sujeitos.

O instrumento linguístico, seja ele a gramática, seja o dicionário, representa a relação dos falantes com a sua língua, atribuindo a esta uma realidade histórica e social e garantindo sua unidade imaginária, conforme afirma Orlandi (2002). A partir disso, afirmamos que o dicionário é um objeto histórico que representa a relação do sujeito falante com sua língua de modo que se atenda à necessidade de dar unidade a essa língua.

Além de entendermos o dicionário como um instrumento linguístico e um objeto histórico, também o compreendemos como um discurso (Ibid.). Segundo a autora, os dicionários são textos produzidos em certas condições e seu processo de produção está vinculado ao imaginário que temos da língua a ser dicionarizada, normatizada.

Orlandi (2002) afirma ainda que, muitas vezes, o dicionário é tomado como o espaço que contém todas as palavras de uma língua, ele é entendido como o lugar da completude. Essa completude, conforme a autora, pode se dar por meio de exemplos de autores consagrados, bem como através da remissão de um verbete a outros verbetes. Esse funcionamento é garantido pela noção de língua imaginária (ORLANDI, 2009). Segundo a autora, esta

é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas da linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. Objetos-ficção que nem por isso deixam de ter existência e funcionam com seus efeitos no real. São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em sua unidade e variações. São construções. Sujeitas a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias (Ibid., p. 18).

A língua imaginária, então, é entendida como a língua sistema, fixada em regras e normas, a língua sistematizada, a língua gramatical, a língua que dá unidade às gramáticas e aos dicionários. É isso que assegura o funcionamento dos instrumentos linguísticos, ou seja, o imaginário de que eles são completos, que comportam todas as palavras que uma língua pode conter.

Entretanto, a remissão de um verbete a outro pode ser dada num processo de “palavra-puxa-palavra, um significante-puxa-outro-significante, em uma cadeia contínua e ininterrupta, marcada por uma aparente fragmentação e dispersão, mostrando-escondendo a presença da alteridade, da memória, da história” (SILVA, 1996, p. 154). Quando o dicionário é tomado como o lugar da completude, é esquecida, de certa forma, a relação que se estabelece entre o sujeito e a sua língua. Pode não haver uma memória que faça ressoar determinados sentidos postos no dicionário, isso talvez porque a história pela qual se deu a constituição do sujeito não seja a mesma que ecoa no instrumento linguístico e do qual emergem os

sentidos. Para melhor compreender, trazemos como exemplo a constituição da nação brasileira, ou seja, a formação da nação por meio de diferentes povos. Conforme trabalho realizado anteriormente (SIVERIS e PETRI, 2010), entendemos que, quando os primeiros imigrantes italianos e alemães chegaram ao Brasil, a língua com a qual esses sujeitos se identificavam não era a língua portuguesa. No entanto, aos poucos foram tomando esta língua como sua e a que estava até então em funcionamento nessas comunidades – italianas e alemãs – foi sendo silenciada de modo que o novo pudesse se estabelecer e, conseqüentemente, se fixar. Estabelecer e fixar uma língua são dois momentos na constituição da nacionalidade de um território. Esses dois momentos não podem excluir a história e a memória dos sujeitos e de suas línguas. Esses processos de estabelecimento e fixação se consolidam para acelerar a construção de uma identidade nacional una e indivisa (SILVA, 1996). Entretanto, as marcas da língua outra (que não a portuguesa) também aparecem no dicionário, estejam elas se mostrando ou se escondendo por um silenciamento de sentidos.

Conforme Petri (2010), a língua é uma “questão nacional, e, por isso, interessa ao Estado uma homogeneização pedagogicamente instituída para que se possa ensinar e aprender a língua nacional, apagando-se as diversidades” (p. 22). Porém, esses mesmos dicionários que buscam a normatização também apresentam saberes outros, isto é, saberes que são da ordem do local, do regional e do nacional; saberes que resgatam aspectos histórico-sociais específicos de um estado ou de uma região. Além disso, apresentam questões voltadas à cultura e aos costumes, a um linguajar específico que é regional, mas também é nacional, pois o estado e/ou a região também constituem a nação.

Assim como Petri (Ibid.) afirma que a língua é uma questão nacional, Silva (2003) ressalta que o dicionário é um objeto de representação da nacionalidade, na medida em que “legitima uma língua nacional, ao registrar as formas, os usos e os sentidos” (p. 110). O sujeito tem o imaginário de que o dicionário é o espaço em que se pode reunir e conter todos os sentidos possíveis de uma língua. No entanto, esse é apenas um efeito de completude (ORLANDI, 2002), uma ilusão necessária ao sujeito para que este possa se constituir enquanto tal na relação com a sua língua.

Na medida em que se tem o “efeito da completude da representação da língua” (Ibid., p. 103) no dicionário, esse instrumento linguístico é tomado, muitas vezes, como um objeto normativo, um espaço sem falhas, sem faltas, sem equívocos; o “espaço imaginário da certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição” (NUNES, 2006, p. 11); é o lugar do saber instituído, imutável. No entanto, nos trabalhos desenvolvidos no decorrer dos anos de 2007, 2008 e 2009, cujos resultados estão reunidos no livro intitulado *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*²⁷, apresentamos uma perspectiva discursiva de como pode ser realizado um trabalho em sala de aula²⁸ com o uso do dicionário. Em nossas experiências, buscou-se “olhar, discutir e questionar: os sentidos, as ‘verdades’, os sujeitos e objetos ‘donos das verdades’” (DELEVATI e PETRI, 2010, p. 51), ou seja, objetivamos mostrar aos alunos que o dicionário também pode ser um espaço lacunar, com falhas e faltas, um lugar em que o instituído, o já-lá, pode ser alterado e mudado quando a língua estiver em funcionamento.

Quando o dicionário é abordado como o lugar dos saberes instituídos, prontos, já dados, um lugar de certezas sobre a língua, sem espaço para o sentido outro, ele se caracteriza por ser um objeto normativo que

divide o real da língua para compor sua unidade que, no caso da língua portuguesa, é a unidade de língua de Estado, de língua nacional. Língua esta dividida pelo fato da colonização, o que faz com que a história da lexicografia no Brasil compreenda obras da lexicografia lusitana, e com que nas obras brasileiras o dizer sobre a língua seja determinado pela relação com Portugal (OLIVEIRA, 2006, p. 18).

A partir dessa citação, entendemos que o dicionário, enquanto instrumento linguístico e normativo, diz respeito também à formação dos Estados nacionais. É a partir da tentativa de conter os sentidos da/na língua que se visa à unidade de um povo, de uma nação. Referente à língua portuguesa do Brasil, dizemos que essa unidade é buscada na relação com a língua portuguesa de Portugal, pois, conforme afirma Oliveira (2006), grande parte das obras brasileiras tem seu dizer na/sobre a

²⁷ PETRI, Verli. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2010.

²⁸ Ressaltamos que o trabalho com o dicionário em sala de aula não é foco de estudo de nossa dissertação, mas a apresentação do trabalho realizado anteriormente é importante para observar que o imaginário que se tem do dicionário, no senso comum, é de um instrumento linguístico disponível para consulta e que comporta todos os sentidos possíveis e dos quais necessitamos.

língua determinado pela relação com Portugal – e, acrescentaríamos, através do processo de colonização/descolonização linguística.

Entretanto, o funcionamento do dicionário não se dá somente como um objeto de normatização. Ele é, antes de tudo, na linha teórica a qual nos filiamos, um objeto histórico e simbólico que possibilita compreender o funcionamento da ideologia no modo como os sujeitos produtores da linguagem se relacionam com a língua. Além disso, ainda em relação à definição de dicionário na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, destacamos o que afirma Garcia (2007), ou seja, que “os dicionários e as gramáticas são objetos de conhecimentos determinados sócio-historicamente” (p. 1)²⁹. A partir do que a autora explicita, entendemos que os dicionários são instrumentos linguísticos que se relacionam com a sociedade e a história, sendo não só determinantes dessas relações, como sendo também determinados por elas, seja em sua constituição, formulação ou circulação.

Nunes (2006), ao tratar o dicionário como discurso, afirma que esse tem uma história, “ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (p. 18). O dicionário é o espaço de circulação de sentidos outros, um lugar em que se dá a relação língua-sujeito-história. Em Análise de Discurso, sujeito e sentido se constituem simultaneamente, logo, no dicionário, os sentidos também são tomados na relação indissociável com os sujeitos.

Ao trabalhar sob a perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas em articulação com a Análise de Discurso, Nunes (2006a) ressalta que o dicionário, e também a gramática, são vistos como “unidades textuais. Isso conduz a examinar o estatuto desta unidade, de um lado, na história do saber lingüístico e, de outro, enquanto indício de discursividades.” (p. 8). Ou seja, entende-se que o dicionário é analisado como tendo um lugar na história do conhecimento linguístico, bem como se constitui como o lugar de observação dos modos de produção de sentidos, nos quais intervêm filiações teóricas e a memória discursiva.

²⁹Citação do texto *Discurso lexicográfico: os dicionários no século XIX*, de Dantielli Assumpção Garcia. O texto foi publicado nos Anais do Seminário de Teses em Andamento, realizado pela UNICAMP, em 2007.

Além disso, o autor aponta que o dicionário considerado como um instrumento linguístico é uma “alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, educação e divulgação de dicionários” (NUNES, 2006, p. 43). O dicionário se configura como um objeto simbólico exterior ao sujeito, o qual faz parte da relação que este sujeito mantém com sua língua.

Isso remete ao que afirma Aurox (1992) sobre a gramática e o dicionário. Este autor aponta que

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües (Ibid., p. 69).

Entende-se, a partir da citação, que a produção de instrumentos linguísticos altera as práticas linguísticas dos sujeitos, modificando também a relação desses com sua língua. É a partir disso, então, que o autor mencionado desenvolve o conceito de gramatização.

Conforme já afirmamos anteriormente, os dicionários constituem o que Aurox (1992) denomina de segunda revolução tecnológica nos estudos da linguagem, isto é, a da gramatização. Com esse processo de gramatização das línguas, começam as mudanças quanto aos estudos lexicográficos. Segundo o autor, a lexicografia tem início com listas temáticas de vocabulário, as quais constituem os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. Após, surgem as listas de palavras antigas e difíceis, que existem desde os gregos. Dando sequência a essas produções, surgem os glossários mono, bi ou n-língües (Ibid.); esses glossários são instrumentos usados, inicialmente, para o ensino e aprendizagem do latim como segunda língua. Os dicionários monolíngües, tal como os conhecemos hoje, aparecem mais tarde. Aurox (1992) pontua que

O dicionário monolíngüe de uso dos nacionais, cujas entradas, pelo viés das definições, ligam-se entre si, é herdeiro incontestado desse trabalho lexical, mas corresponde a uma outra finalidade prática que é a mesma da

gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas (Ibid., p. 73).

No âmbito brasileiro, Nunes (2001) estabelece quatro períodos/momentos que ele considera importantes quanto à história do saber lexicográfico. O primeiro tem início na colonização, com os relatos de viajantes que descreviam as coisas e os habitantes do Brasil. O segundo período, afirma o autor, refere-se à elaboração de dicionários bilíngues português-tupi e tupi-português por jesuítas. O terceiro momento é caracterizado pela produção do primeiro dicionário monolíngue do português, em 1789, por Antônio de Moraes e Silva. O quarto, e último período, concerne à produção de dicionários brasileiros no século XIX, a qual é desenvolvida paralelamente à produção portuguesa (Ibid.).

No presente trabalho, a ênfase será dada ao último período, tendo em vista que o nosso objeto de análise é produzido no século XIX e reeditado no século XX. Nunes (2001), ao explicitar algumas questões referentes ao quarto período, afirma que “a língua nacional portuguesa, uma vez consolidada, emerge mais claramente para os brasileiros como uma alteridade que eles incorporam ou distinguem conforme o caso” (p. 80), ou seja, os sujeitos falantes da língua portuguesa do Brasil podem não se identificar com essa língua portuguesa que eles encontram nos dicionários e que, em sua maioria, representa a relação que o sujeito português tem com sua língua. Isso se dá especialmente em relação às primeiras edições ainda publicadas em Portugal.

Ao encontro do que o autor explicita sobre o quarto período, temos a noção de heterogeneidade linguística, desenvolvida por Orlandi (1994). A autora apresenta essa noção mostrando que no Brasil e em Portugal fala-se a mesma língua, mas diferentemente. Ou seja, ela considera a heterogeneidade linguística no sentido de que “joga em nossa língua um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga, no entanto, um ‘outro’, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’” (Ibid., p. 31). A língua portuguesa – o mesmo – parece ser a mesma em Portugal e no Brasil, mas não é, porque há “um outro” – a variedade brasileira no português de Portugal.

Continuando na esteira da noção de heterogeneidade, recorremos a outras duas noções abordadas por Petri e Surdi (2010) que a esta se relacionam. Essas autoras, ao realizarem um estudo sobre a gramática, apontam para duas noções que tornam possível entender os instrumentos linguísticos como objetos normativos e também como espaço de funcionamento do sentido outro. Essas noções são designadas pelas autoras como “mesmo” e “diferente”. Quando fazem “referência ao diverso, ao heterogêneo, ao variado, ao mutável” (Ibid., p. 1), utilizam o termo “diferente” e, quando se referem ao que é da “ordem do homogêneo” (Ibid., p. 2), empregam o termo “mesmo”. Ao buscarmos nessas autoras as noções de mesmo e de diferente, procuramos mostrar que o *DCA* não difere muito em relação à gramática analisada por elas. Explicitemos nosso ponto de vista. Qualquer que seja o instrumento linguístico – gramática ou dicionário – em nosso entendimento, constitui-se enquanto objeto normativo, centrado na busca pela unidade da língua. Assim, “a gramática [e o dicionário] é [são] resultado de um projeto de unicidade/unidade da língua, mas ela não é imune às características próprias da língua que comporta o mesmo e o diferente” (Ibid., p. 11). Sob este estatuto de mesmo e diferente, de unidade e diversidade na/da língua, buscaremos analisar a noção função-autor nos prefácios das diferentes edições do *DCA*. Partiremos do princípio de que nesse instrumento linguístico também se estabelece a relação entre o mesmo e o diferente, uma vez que se observa, nas edições brasileiras, uma língua veiculada que segue os moldes da língua portuguesa de Portugal, mas também uma língua que é atualizada em território brasileiro e, por isso, submetida a padrões brasileiros.

Em nosso trabalho, conforme já afirmamos, tomaremos como corpus de análise o prefácio das diferentes edições do *DCA*. Antes de darmos sequência ao texto e explicitar o que entendemos por prefácio, consideramos que seja primordial buscar em Nunes (2006) as diferentes partes que constituem um dicionário. Quando se desenvolve um trabalho de análise do domínio dicionarístico, sob a perspectiva discursiva, leva-se em conta a historicidade e os sentidos que perpassam a constituição das discursividades. Desse modo, mesmo que não analisemos todos os domínios que serão por ora explicitados, algumas observações podem ser feitas a respeito não só porque podem ser necessárias para compreendermos a constituição

de um dicionário, mas também porque podem remeter a noções que mobilizaremos em nossas análises, mesmo que não especificamente a partir desses domínios, mas sim a partir do prefácio. Para o presente estudo, tomamos como objeto o *DCA*, mas por questões metodológicas, e tendo em vista nossos objetivos, tomamos para análise o prefácio, embora todos os domínios do dicionário sejam constitutivos, tais como verbete, nomenclatura, definição, contextualização, etimologia, marcações, dentre outros.

O verbete, segundo Nunes (2006), permite compreender o processo de produção, as remissões de um a outro, as paráfrases; a análise desse domínio permite entender a unidade de língua ou de descrição das coisas; além disso, a configuração interna dos verbetes produz um discurso, isto é, a presença ou não de representação da oralidade, presença de marcas etimológicas, de diferentes formas de definição, entre outros. A nomenclatura é o conjunto de palavras-entrada de um dicionário; ela inclui as subentradas e as locuções e pode variar de um instrumento linguístico a outro; pode ser analisado também o processo de lematização, que designa a representação de um conjunto lexical, por exemplo, o uso do infinitivo para representar todas as formas flexionadas e o masculino singular para todas as formas do nome (Ibid.). A análise da definição possibilita explicitar os processos de deslocamento de sentidos em um corpus; através desse domínio, é possível explicitar as filiações às formações discursivas e os processos interdiscursivos. Nunes (2006) afirma que “o enunciado definidor, assim, é considerado em uma rede de relações parafrásticas com outros enunciados, no qual se estabelecem os limites e as fronteiras das formações discursivas” (Ibid., p. 36). Quanto à contextualização, o autor explicita que existem vários tipos, tais como citação, exemplificação, comentários, entre outros. Essa contextualização é feita a partir do uso de mitos indígenas, de discursos religiosos, da inclusão de exemplos literários; é isso, na visão do autor mencionado, que leva a refletir sobre os gestos de leitura de arquivo. Com a etimologia é possível explicitar a origem e o funcionamento das significações que eram buscados em várias línguas. Geralmente, nesse domínio, a ênfase é dada ao latim. E, por último, o que gostaríamos de destacar é o domínio das marcações. Nunes (2006) afirma que a marcação gramatical é a mais recorrente nos dicionários e pode estar distribuída no interior dos verbetes ou então no início; além dessa, em

alguns dicionários também pode ser observada a marcação da homonímia, que destaca a diferença de significação de um termo no Brasil em oposição à que é atribuída em Portugal.

Após apresentadas essas breves considerações sobre os diferentes domínios que estão presentes e constituem o dicionário, passemos às considerações sobre o prefácio, ao qual é dada ênfase no desenvolvimento desta dissertação. Estabelecemos como recorte de análise o domínio dicionarístico prefácio. Essa seleção não se deu de modo aleatório. Selecionamos esse domínio, por acreditarmos que é a partir dele que se pode analisar o imaginário de colonização e/ou de descolonização linguística, bem como a relação que se estabelece entre função-autor e função-leitor. Na perspectiva discursivista em articulação com a História das Ideias Linguísticas, entendemos que o prefácio seja um texto de apresentação; um texto que antecede o principal. É o lugar em que é possível observar as condições de produção do discurso, o sujeito que produz o texto, as concepções teóricas que permeiam a obra e, no caso do dicionário, foco do nosso estudo, também a imagem dos sujeitos leitores desse instrumento linguístico.

Segundo Nunes (2006, p. 33), “sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização”. Sendo assim, o prefácio se constitui como o lugar em que se pode conhecer a história, o momento de produção, o sujeito que o produz, o público leitor da obra. No caso específico de nosso trabalho, os prefácios das diferentes edições do dicionário vão atualizando sentidos, sejam eles sobre a língua, sejam sobre os sujeitos produtores.

Conforme afirma Petri (2009), o prefácio tem um funcionamento muito próprio, ou seja, ele antecede o texto ou a obra que vem na sequência. Além disso, a autora pontua que “nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo” (p. 330). Nesse sentido, entendemos que aquilo que não pode ser dito é silenciado e pode ser analisado por si mesmo. O silêncio, em nosso entendimento, não pode ser reduzido à ausência de palavras, pois elas são carregadas de sentido, seja ele explícito ou interditado. Ao falar, o sujeito seleciona determinadas palavras para constituírem seu discurso. Ao analista de discurso cabe analisar quais os sentidos

presentes e quais os sentidos silenciados na enunciação desse sujeito. Ancorados em Orlandi ([1992] 2007a), explicitemos o que é o silêncio na perspectiva discursiva. Segundo a autora, “o silêncio não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa” (Ibid., p. 68). O silêncio é uma condição da significação, ele é resultado da incompletude da linguagem, pois, ao falar, por exemplo, não podemos elencar todas as palavras de uma rede parafrástica; são feitas escolhas de algumas em detrimento de outras. Entendemos que a noção de silêncio é determinada, de certo modo, pela noção de formação discursiva. Explicitemos o que se entende por essa relação: na medida em que o sujeito se inscreve em determinada formação discursiva, sentidos são mobilizados em seu discurso. Contudo, nem todos os sentidos são possíveis em dadas formações discursivas. Alguns sentidos são interditados, silenciados porque não fazem parte da rede parafrástica desta formação discursiva em que se inscreve o sujeito naquele momento. Nem por isso os sentidos interditados deixam de significar. Orlandi ([1992] 2007a) afirma que “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Ibid., p. 73). Em nossa compreensão, então, ocorre o silenciamento (o que não impede que em outro momento seja dito) porque os sentidos continuam inscritos no interdiscurso e disponíveis nesse eixo vertical da constituição. Para nós, então, alguns sentidos são silenciados nos prefácios para que outros possam se instituir.

Referente à produção do prefácio, destacamos que ele pode ser produzido pelo autor, pelos editores ou por terceiros. Conforme Petri (2009), no momento em que esses sujeitos elaboram o prefácio têm um objetivo específico. No caso do autor, o objetivo maior é estabelecer uma relação de interlocução com o sujeito-leitor, segundo a autora; no caso dos editores, buscar vender a obra e, por fim, referente a terceiros, observa-se maior descrição da obra e apresentação do autor.

Tendo em vista que é o prefácio que possibilita entender o processo histórico de constituição do dicionário como um todo, tomamos esse domínio dicionarístico como um arquivo. Sobre esta noção trazemos à baila, inicialmente, o que explicita Foucault ([1969] 2000). Segundo o autor, o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade, pois ele é fragmentado, dividido em regiões, em níveis. Além disso, o

autor ainda destaca que o arquivo “define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados” (p. 150), diríamos uma multiplicidade de discursos a serem lidos, descritos e interpretados, embora não na sua totalidade.

Guilhaumou e Mالدidier (1997) afirmam que “todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série.” (p. 164). Entretanto, em *Análise de Discurso*, essa identificação não é o suficiente para abarcar e mostrar o funcionamento do arquivo, segundo os autores. Então, caberia a nós tomarmos o arquivo não como algo que reflete a realidade institucional, mas como algo que tem “materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (cf. *Ibid.*, p. 164).

Segundo Pêcheux (1997a), em seu texto *Ler o arquivo hoje*, o arquivo é considerado um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p.57). No nosso caso, esses textos introdutórios constituem o campo de documentos na medida em que são eles que possibilitam o nosso gesto de leitura e de interpretação.

Para Orlandi (2002), referente à constituição histórica de um saber da/sobre a língua,

O arquivo em análise de discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência da linguagem (cf. *Ibid.*, p. 11).

Para a construção desse arquivo, é necessário um método. O método que será utilizado é determinante dos gestos de interpretação, tendo em vista que a própria seleção do corpus (o que vem a constituir nosso arquivo) já é resultado de uma seleção das fontes, já direciona os sentidos de modo a estabelecer uma memória.

De acordo com Nunes (2007, p. 374), “o arquivo não é visto como um conjunto de ‘dados’ objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas

como uma materialidade discursiva que traz as marcas de constituição dos sentidos”. Sendo assim, o arquivo está sujeito a interpretações, inclusive a confrontos de diferentes gestos de leitura; constitui-se como um espaço polêmico e de tensão em que se opõem diferentes posições de interpretação.

Petri (2000), ao se referir à leitura de arquivo, afirma que esta deve ser um “ato político no interior de um espaço polêmico, onde se produzem e se reproduzem discursos” (p. 122). Entendemos, a partir disso, que o arquivo resulta de uma seleção prévia das fontes, de um gesto de leitura e de interpretação, no qual o político funciona promovendo o processo de negociação dos sentidos possíveis.

A partir do que a autora expõe, torna-se necessário explicitar o que é, para nós, a noção de político em Análise de Discurso. Para tanto, inicialmente, buscamos entender, a partir de Orlandi ([2001] 2005a), essa noção. A autora explicita que “o político corresponde aqui à divisão inexorável do sentido, cuja direção tem a ver com as injunções que derivam da forma como a sociedade tomada na história de um mundo que funciona, entre outras coisas, pela significação.” (p. 110). Entende-se que a divisão do sentido esteja relacionada ao modo como cada sujeito, inscrito em determinadas formações discursivas, afetado pela conjuntura social e determinado pela história, atribui sentidos ao discurso que é produzido. Daí dizermos que o político se constitui como negociação de sentidos. Em dadas formações discursivas, alguns sentidos são silenciados, de acordo com o que explicitamos anteriormente. Sendo assim, ao interpretar, o sujeito atribui sentidos que considera estarem de acordo com aquilo que é enunciado. A significação, então, se instala, mas isso não quer dizer que os sentidos atribuídos pelo leitor, por exemplo, correspondam ao sentido atribuído pelo autor, pois o sujeito não tem controle sobre seu dizer. E, por isso, acreditamos que “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição” (ORLANDI, [1996] 2007, p. 21-22). Sentido dividido na medida em que ele sempre pode ser outro, mas não qualquer um.

Sob essa mesma perspectiva, Vargas (2008, p. 192) afirma que “o político subjaz como constitutivo de quaisquer produções de sentido/linguagem, pois diz respeito à organização das sociedades e tudo que se diz sobre esse real de divisões

vivenciado é irremediavelmente construído pela/na linguagem”. É a partir disso que compreendemos o prefácio como um lugar em que se dá o funcionamento do político. Esse funcionamento está diretamente vinculado à relação entre sujeito-autor e sujeito-leitor que se estabelece nesse espaço. Se entendermos que o político é negociar sentidos, estamos afirmando que os sentidos que o sujeito-autor, ao elaborar seu discurso, pensa produzir no sujeito-leitor nem sempre têm o efeito esperado. Mais do que isso: se buscamos analisar os prefácios das edições do *DCA* é para compreender quais formações imaginárias são estabelecidas pelo sujeito-autor ao se dirigir ao seu público leitor em diferentes épocas. Assim, o político é constitutivo de sentidos na/pela linguagem na medida em que se inscreve em conjunturas sócio-históricas e coloca em relação diferentes sujeitos.

Tendo em vista que o nosso arquivo é constituído pelos prefácios das diferentes edições do *DCA*, realizaremos a leitura, a descrição e a interpretação do corpus de análise de modo que seja possível explicitar o funcionamento das noções função-autor e função-leitor, considerando as condições de produção das diferentes edições dos dicionários, bem como a formação discursiva em que se inscreve o sujeito-autor para que possa projetar imagens de seu sujeito-leitor. Consideramos os prefácios como o nosso arquivo, tendo em vista que neles podemos observar discursos referentes a um tema³⁰, ou seja, o funcionamento das noções de função-autor e função-leitor nos prefácios das diferentes edições do *DCA*.

Para além da noção de arquivo, tomamos do trabalho de tese de Petri (2004) outras noções que se tornam indicadores do modo como podemos desenvolver as análises. A partir do trabalho da autora, observamos que as noções de corpus discursivo e de sequência discursiva precisam ser explicitadas. Delimitamos, no início de nosso trabalho, o objeto de análise, ou seja, o dicionário. Após, foi necessário delimitarmos o arquivo, no nosso caso, os prefácios das diferentes edições do *DCA*. Além disso, a necessidade de explicitar e de delimitar o corpus de análise, bem como as sequências discursivas também se instaurou.

³⁰ Destacamos, conforme Guilhaumou e Maldidier (1997), que essa noção “supõe a distinção entre o ‘horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação dada – e o acontecimento discursivo” (Ibid., p. 166).

Conforme Courtine (2009), entende-se por corpus discursivo um “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso” (p. 114). Essas sequências discursivas são já o resultado do gesto de análise; o “corpus discursivo se constrói, na verdade, em resposta aos objetivos da pesquisa, fazendo emergir algumas sequências discursivas em detrimento de outras, que constituem o espaço discursivo considerado” (PETRI, 2004, p. 67). Sendo assim, partindo do que explicita a autora, entendemos que nosso corpus discursivo seria constituído por sequências discursivas das quais seja possível depreender sentidos capazes de revelar aspectos da colonização e da descolonização linguística, pensando aí nas noções de unidade e diversidade da língua, que se encontram no prefácio, bem como sequências discursivas que possibilitam compreender a relação entre sujeito-autor e sujeito-leitor. Entretanto, no presente texto, não abordaremos a noção de sequência discursiva, mas a de recorte discursivo. Conforme Courtine (2009), “toda sequência discursiva deve ser apreendida enquanto objeto tomado num processo discursivo de reprodução/transformação dos enunciados no interior de uma dada FD” (p. 84). Entendemos que, quando utilizamos a noção de sequência discursiva, estamos remetendo o discurso a diferentes formações discursivas. Por isso, tendo em vista a noção de recorte discursivo, entendemos que a partir dele seja possível analisar enunciados/discursos que estejam inscritos em uma mesma formação discursiva. Sobre a noção de recorte discursivo destacamos o que apresenta Orlandi (1984). Para a autora, “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Ibid., p. 14). A autora dá prosseguimento às suas explanações afirmando que “o recorte é naco, pedaço, fragmento. Não é segmento mensurável em sua linearidade” (Ibid., p 16). Sendo assim, podemos estabelecer alguns recortes de acordo com nosso objetivo de análise e não necessariamente temos que seguir uma ordem cronológica e linear. Nossos recortes serão delimitados na medida em que buscamos responder nossa questão de pesquisa.

Sobre o autor e o objeto de análise

Conforme já explicitamos em diferentes momentos no decorrer desta dissertação, nosso objeto de análise é o *DCA*. A autoria desse dicionário é atribuída a Francisco Júlio Caldas Aulete (1826 – 1878), lexicógrafo português, escritor, político e jornalista. Em sua vida, dedicou-se principalmente ao ensino. Foi professor da Escola Normal Primária de Marvila, da Escola Académica e do Liceu de Lisboa. Escreveu *Cartilha Nacional*, método para aprender simultaneamente a ler, a escrever, a ortografar e a desenhar, em 1873 (4ª ed.); *Selecta Nacional*, curso prático de literatura portuguesa em três volumes: Literatura (1875), Oratória (1875) e Poesia (1877), todos publicados em Lisboa; *Gramática Nacional (Curso Elementar)*, adotada pelo Conselho Geral de Instrução Pública, também publicada em Lisboa, em 1864, seguida de uma nova edição em 1875, sendo esta aprovada oficialmente para as escolas públicas; organizou, além disso, a *Enciclopédia das Escolas Primárias*, juntamente com José Maria Latino Coelho, em 1869³¹.

O *DCA*, nosso objeto de análise, tem os textos introdutórios³² das edições portuguesas apresentadas pelo autor (na primeira edição) e por terceiros (na segunda e terceira edições). As edições brasileiras, por sua vez, apresentam vários textos introdutórios, sejam eles produzidos pelos editores, sejam produzidos por terceiros.

Embora Caldas Aulete tenha falecido em 1878, o instrumento linguístico que é tomado para análise nesta dissertação é publicado sob o nome de Caldas Aulete até hoje³³. A primeira edição desse dicionário data de 1881 e foi publicada pela livraria editora Parceria António Maria Pereira, de Lisboa. A essa edição se seguem mais duas, a de 1925 e a de 1948, também publicadas em Portugal, pela mesma editora.

³¹ Informações obtidas no site <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario>.

³² Ao nos referirmos a textos introdutórios, estamos entendendo que sejam todos os textos que antecedem o texto principal. No caso dos dicionários, esses textos correspondem aos prefácios, às notas introdutórias, às notas dos autores e dos editores, enfim, todos os textos que constituem “material fundamental para análise das condições de produção” (NUNES, 2006, p. 33), por exemplo. Além disso, conforme ainda destaca Nunes (Ibid.), “sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização” (cf. Ibid.) Sendo assim, toda vez que nos referirmos a textos introdutórios estamos tomando-os como sinônimos de prefácio, pois são eles que contextualizam o texto dicionarístico.

³³ Esse dicionário ganhou também uma versão mini, em 2004; uma versão ilustrada, em 2005; e uma versão digital, em 2006.

A primeira edição portuguesa é publicada em um volume e apresenta dois textos introdutórios, um de apresentação do dicionário e outro intitulado “Plano”, no qual podem ser observados os objetivos da elaboração dessa edição. Destacamos também que essa edição apresenta o seguinte subtítulo: *feito sobre um plano inteiramente novo*. A segunda e a terceira edições são publicadas em dois volumes e apresentam cada uma um prefácio. Nessas duas edições, o subtítulo é diferente: *feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete*.

No Brasil, esse dicionário é editado pela primeira vez em 1958 e essa edição é seguida por mais quatro – 1964, 1974, 1980 e 1986 – ambas publicadas pela editora Delta, do Rio de Janeiro. Essas edições brasileiras são todas publicadas em cinco volumes. Na primeira edição brasileira, destacamos o subtítulo: *atualizada, revista e consideravelmente aumentada pela introdução dos vocábulos em uso no Brasil, pelo registro completo dos termos³⁴ técnicos e científicos e pela averbação sistemática dos étimos*.

Na segunda edição brasileira, o subtítulo é o seguinte: *novamente revista, atualizada e aumentada pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo exaustivo³⁵ registro dos vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices*. Nas demais edições brasileiras, o subtítulo é igual com a supressão de um termo: “exaustivo”.

Conforme indicação nas páginas iniciais do dicionário, em suas edições brasileiras, essa revisão, atualização e ampliação foi realizada por Hamílcar de Garcia. Essas edições também apresentam, em seus textos introdutórios, sob a responsabilidade de Antenor Nascentes³⁶, *estudos sobre a Origem e Evolução da*

³⁴ Manteremos a ortografia dos termos conforme constam no DCA.

³⁵ Cf. análise na p. 101.

³⁶ Conforme informações obtidas no site <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/autor%20nascentes%20antenor.htm>, Antenor de Veras Nascentes nasceu no Rio de Janeiro, em 1886, e faleceu em 1972 na mesma cidade. Foi Bacharel em Ciências e Letras e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Dedicou-se ao estudo da língua portuguesa e aos problemas linguísticos brasileiros, além de estudos na área de fonética – dentre os quais o estudo da pronúncia do Rio de Janeiro. Desenvolveu atividades como professor, filólogo, lexicógrafo e ensaísta. Como professor ministrou aulas no Colégio Pedro II, na Escola de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, na Faculdade Fluminense de Filosofia e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro. Como filólogo participou da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo. Também foi membro do *Comité International des Linguistes*, da Sociedade dos Romanistas e da Comissão da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira).

*Língua Portuguesa, sua Expansão no Brasil e uma Exposição da Pronúncia Normal*³⁷ Brasileira. Após essas breves considerações, passemos, então, à descrição da metodologia de nosso gesto de interpretação.

Sobre o percurso metodológico: a constituição do processo de análise

Ao apresentarmos o percurso metodológico de nosso estudo, reiteramos o fato de que nosso ponto de apoio está centrado em Pêcheux ([1983] 2006) e em outros autores que o seguem, o que nos conduz a inscrever nosso trabalho na perspectiva discursiva. Acreditamos que não basta mobilizar noções que são constitutivas da Análise de Discurso; torna-se necessário também desenvolver as análises pautadas em pontos fundamentais designados por Pêcheux (Ibid.) como exigências: a descrição e a interpretação.

A exigência da descrição que o autor destaca consiste

em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 50).

Desse modo, entende-se que descrever e interpretar são duas instâncias diferentes. No caso deste trabalho, podemos dizer que a descrição consiste na “entrada” do analista na base linguística dos processos discursivos; nela se apresenta também o que é da ordem do real da língua, ou seja, as rupturas, os equívocos, as faltas.

Outra exigência apontada pelo autor mencionado é entender que toda descrição está exposta ao equívoco da língua, isto é, de acordo com Pêcheux (Ibid., p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Há pontos de deriva possíveis que oferecem lugar à interpretação.

A nosso ver, descrição e interpretação são dois processos distintos, mas que não podem ser separados completamente quando se trata de Análise de Discurso.

³⁷ Cf. análise na p. 102.

Entendemos que a descrição e a interpretação se constituem alternadamente; a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência (cf. *Ibid.*); a interpretação se torna possível devido ao outro (sujeito) situado na história e na sociedade, o qual se abre à possibilidade de interpretar. Segundo Pêcheux (*Ibid.*), “o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição” (p. 54), isto é, descrição e interpretação, em nosso entendimento, não são fases consecutivas, mas sim um movimento de ir e vir, como da teoria às análises, conforme pontua Orlandi ([1999] 2005). Descrever e interpretar correspondem, assim, ao discurso-outro enquanto presença virtual que marca o lugar do outro (sujeito) como espaço social e como memória histórica.

No decorrer deste trabalho, vimos apresentando algumas considerações acerca dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, articulando-os com a História das Ideias Linguísticas, para que possamos dar conta do nosso objetivo, qual seja, analisar o funcionamento da noção função-autor no *DCA*, de Francisco Júlio Caldas Aulete.

Para a realização das análises, delimitamos nosso objeto de estudo, nosso arquivo e nosso corpus. O objeto sobre o qual nos deteremos é o *DCA*, o arquivo que constituímos para análise se restringe aos textos introdutórios das oito edições do dicionário, publicadas inicialmente em Portugal e posteriormente no Brasil, e o corpus corresponde aos recortes discursivos selecionados. As edições do *DCA* datam de 1881, 1925, 1948, 1958, 1964, 1974, 1980, 1986, das quais as três primeiras são publicações portuguesas e as demais brasileiras.

A Parte III do presente texto reúne as análises que realizamos, bem como nosso gesto de interpretação sobre os prefácios, a fim de responder nossa questão de pesquisa: como se dá o funcionamento da função-autor no prefácio do *DCA*, levando em conta que a autoria é atribuída a Caldas Aulete, embora ele tenha falecido antes mesmo de ter sido publicada a primeira edição?

Por uma questão de organização metodológica de nossas reflexões, as análises estão divididas em três seções, embora não as concebemos de modo

fragmentário, que se relacionam entre si. Em cada uma das seções, buscamos delimitar alguns recortes discursivos que consideramos importantes para observar como se dá o funcionamento da noção função-autor. A primeira seção, intitulada *A constituição dos dicionários em redes de memória*, visa explicitar como se dá o funcionamento do DCA, partindo de outros instrumentos linguísticos, que são retomados e dos quais o sujeito lexicógrafo parte para atualizar e constituir o instrumento linguístico objeto de nosso estudo em suas diferentes edições. Na segunda seção, denominada *O funcionamento do DCA no processo de colonização/descolonização linguística no Brasil*, apresentamos alguns pontos referentes à língua portuguesa, mais precisamente às questões sobre a unidade e a diversidade linguística presentes nas diferentes edições. A terceira seção, *Constituição, formulação e circulação do DCA: por uma relação entre função-autor e função-leitor*, apresenta como se dá o funcionamento das noções de constituição, formulação e circulação para que possamos entender também a relação entre função-autor e função-leitor. Tais partes não são concebidas de modo fragmentário, conforme já afirmamos, elas se relacionam entre si; a subdivisão proposta se dá no intuito de organizar nossas reflexões e dar maior especificidade ao que observamos apoiadas no dispositivo teórico-analítico.

PARTE III

MOVIMENTOS DE ANÁLISE: O GESTO DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O DISCURSO DICIONARÍSTICO

A constituição dos dicionários em redes de memória

A produção do **DCA**³⁸, no Brasil, assim como outros dicionários portugueses em circulação neste território, é tomada por diferentes autores como uma atualização de um instrumento linguístico português. Cada nova edição publicada remete de alguma forma à anterior, de modo também a explicitar que a edição mais recente é mais completa, possui mais verbetes e apresenta maior número de definições.

No caso da primeira edição portuguesa (1881), edição esta que inaugura a publicação dessa obra que se estenderá por mais de cem anos, parece não haver um discurso fundador, um discurso de origem, mas sim a retomada de instrumentos linguísticos que antecedem a obra. Aulete (1881), sempre nomeado como autor do dicionário, no texto introdutório designado como *Plano*, ressalta que:

Os diccionarios portuguezes geralmente adoptados no uso e no ensino são machinalmente copiados uns dos outros, tomando para base o Vocabulario portuguez do padre Rafael Bluteau, que tem proximo de dois seculos de existencia. O resultado é que transcrevem para os termos technicos as definições que lhes deu aquelle laborioso lexicographo, segundo os preconceitos scientificos da sua epocha, e para os mais vocábulos accepções, umas vezes errôneas, outras deficientes, omitindo, aquellas a que o progresso os tem applicado, e que são hoje moeda corrente.

Recorte discursivo 1 – 1ª edição – 1881

Observa-se, no Recorte discursivo 1, que o sujeito-autor, ao tomar posição e elaborar o dicionário, faz críticas aos dicionários que o antecedem, pois estes seriam cópias uns dos outros. A partir disso, entendemos que se busca não só a atualização de um dicionário, mas também algo novo, diferente, que ainda não tenha sido feito; busca-se atualizar o dicionário de acordo com o progresso das ciências. Observamos também a crítica feita a Bluteau, nesse recorte, pelo fato de em seu dicionário ele atribuir *accepções, umas vezes erroneas, outras deficientes, omitindo*

³⁸ Destacamos em itálico e em negrito o título dos dicionários que constituem nossas análises nesta Parte III.

*aquellas a que o progresso os tem applicado*³⁹. Entretanto, conforme Nunes (2006), no dicionário de Bluteau, observa-se que a “presença do velho e do novo, das ‘riquezas’ e dos ‘enfeites’ se traduz em verbetes enciclopédicos, com uma linguagem barroca” (p. 187). Além disso, o autor destaca que, no dicionário de Bluteau, há uma mistura de autores, de falares e de línguas “reunidos em um espaço contraditório no qual diferentes vozes explicam as significações das palavras” (cf. Ibid.). Assim, tendo em vista que diferentes autores contribuem para a elaboração dos verbetes no **Vocabulário Portuguez e Latino**, a crítica feita por Caldas Aulete ao instrumento linguístico de Bluteau pode residir nisso; devido às várias vozes, aos vários sujeitos participantes do processo de elaboração, sentidos foram omitidos, seleções e escolhas foram feitas em detrimento de outras. Em nosso entender, a crítica se efetiva pelo funcionamento ideológico que remete a uma tomada de posição discursiva.

Além disso, para explicitar a tomada de posição de lexicógrafo que procura apresentar algo novo, no texto introdutório designado como *Plano*, retoma três autores de dicionários: *Roquette*, *Lacerda* e *Moraes*:

Para que os leitores melhor possam avaliar o que deixámos dito sobre os actuaes dictionarios portuguezes, e reconheçam a justiça da nossa apreciação, transcrevemos em seguida a primeira pagina do dictionario de Roquette, á vista dos termos identicos que se encontram nos dictionarios de Lacerda e de Moraes, - os tres vocabularios melhormente reputados e geralmente admittidos no ensino official e no uso commum, - acompanhando essas transcripções de breves notas, para chamar a attenção do leitor, muitas vezes desattento, aos pontos em que as definições são errôneas ou deficientes, ou em que pelo modo de dizer podem induzir a erro os menos experientes. Apresentâmos a primeira pagina de cada um, para que não possamos ser taxados de menos leaes n'esta franca informação do estado dos trabalhos lexicographicos, que até hoje, entre nós, se têm publicado.

ANALYSE DAS PRIMEIRAS PAGINAS DOS DICCIONARIOS

ROQUETTE
AAS, s.f. pl. azas.

LACERDA
AAS, s.f. pl.(antiq.) o
mesmo que azas.

MORAES
AAS, (antiq.) AZAS. *Aguia de grandes aas (D. Hil. Vaz, 4, 18 (de alas), como maas de malas.*

Recorte discursivo 2 – 1ª edição – 1881

³⁹ O itálico, nesta Parte III da dissertação, corresponde aos recortes discursivos feitos dos textos introdutórios.

Ao retomar esses autores, o sujeito-autor critica-os pelo fato de seus dicionários serem cópias do **Vocabulário Portuguez e Latino**, de Raphael Bluteau, publicado em 1712, e por não levarem em conta o desenvolvimento das ciências, pois são publicados em diferentes épocas⁴⁰, mas apresentam semelhantes definições de verbetes. Sendo assim, entendemos que, em toda produção dicionarística, há remissão de um dicionário a outro, constituindo uma rede de memória.

Petri (2008), ao estabelecer algumas relações entre o dicionário Aurélio e um dicionário de Regionalismos, explicita como se daria a constituição deles em rede. A autora afirma que esses são “dois dicionários, sérios e importantes instrumentos linguísticos, guardadas as especificidades de cada um” (p. 237), e que apresentam também diferentes posições-sujeito que revelam diferentes modos de inscrição do sujeito na língua (cf. Ibid.). Além disso, ao tratar do *Dicionário Aurélio*, a autora destaca que há um diálogo desse dicionário com sua tradição de existir, com as edições anteriores, com outras edições de outros dicionários de língua portuguesa, com outros dicionários do mesmo porte do mundo inteiro. O *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, por sua vez, dialoga, segundo a autora, com um passado mitológico, com a tradição de um povo que evoca sua diferença linguística como marca identitária, dialoga com o estrangeiro, com ideologias separatistas, com a literatura regionalista, com outros dicionários, vocabulários e glossários de cunho regional (cf. Ibid.). Conforme a autora apresenta, há aí diferentes posições-sujeito e modos distintos de os sujeitos se inscreverem na língua; o *Dicionário de Regionalismos* é elaborado como um lugar de preservação da língua, nele a língua representa um grupo social específico, que dá ao dicionário um estatuto de conservador do passado mitológico, histórico e linguístico-cultural (Ibid.); o *Dicionário Aurélio*, por sua vez, preocupa-se com a atualização da língua, com a tarefa de reunir verbetes da língua viva, atualizada cotidianamente, buscando controlar os sentidos que as palavras podem produzir na língua portuguesa (Ibid.). A partir desta reflexão proposta pela autora, percebemos que mesmo na

⁴⁰ 1ª edição portuguesa: 1881; 2ª edição portuguesa: 1925; 3ª edição portuguesa: 1948; 4ª edição (1ª brasileira): 1958; 5ª edição (2ª brasileira): 1964; 6ª edição (3ª brasileira): 1974; 7ª edição (4ª brasileira): 1980; 8ª edição (5ª brasileira): 1986.

contemporaneidade em que vivemos não se pode conceber um dicionário como independente da rede de memória que ele constitui e que o constitui também. Isso se aplica ao **DCA**, mas também é atual.

Ao analisarmos as edições do **DCA**, observamos que também há diferentes posições-sujeito, diferentes formas de esses sujeitos se inscreverem na língua. Na primeira edição portuguesa há uma breve apresentação da obra, feita por um terceiro, que destaca a importância da obra e a necessidade de ser publicado um dicionário de língua portuguesa, que *satisfizesse ás exigências e necessidades do estado actual a que a levou a sua natural evolução e progresso e o maior desenvolvimento dos conhecimentos humanos*; bem como traz o *Plano* da obra do lexicógrafo, do qual deveria resultar o **DCA**. Neste *Plano*, é explicitado o objetivo da produção deste instrumento linguístico, ou seja, proporcionar a todos que necessitarem o acesso ao *lexicon da lingua, para resolver alguma d'essas dificuldades philologicas que frequentemente surgem sobre a orthographia, pronunciação, significação ou emprego syntactico de um ou de outro termo*; também é feito um breve estudo sobre *o estado em que se acham os estudos da sciencia lexicologica*. Nesse estudo são apresentados os dicionários de *Roquette*, *Lacerda* e *Moraes*, os quais são criticados pelo sujeito lexicógrafo por serem cópias uns dos outros e por não apresentarem as definições dos verbetes de acordo com o desenvolvimento da língua, conforme a atualização desta no decorrer da história.

Na primeira edição brasileira, por sua vez, destacam-se diferentes textos introdutórios, todos apresentados por terceiros. Nesta edição a posição-sujeito é outra em relação à primeira edição portuguesa. O sujeito, ao tomar sua posição nesses textos introdutórios, volta-se às questões linguísticas brasileiras, não apagando a língua portuguesa de Portugal, mas procurando apresentar diferenças entre as duas línguas – português do Brasil e português de Portugal.

Em um dos textos introdutórios do **DCA**, intitulado *O que vale o 'Dicionário Contemporâneo' de Caldas Aulete*, há remissão a outro dicionário, o de *Moraes*. O sujeito que toma posição e assume a função-autor, responsabilizando-se pelo texto que produz (ORLANDI, [2001] 2005a), afirma que *a língua portuguesa tem dois dicionários: o de Moraes e o de Caldas Aulete*. E continua: *o de Moraes serve*

principalmente para tudo que antecede o século XIX. Com o progresso, tornou-se deficiente e mesmo inexato em alguns pontos. Mas isso é sina a que os dicionários não podem escapar. Nesse recorte, destacamos o termo *sina*. Segundo a definição dada por Aulete (1948), *sina* é “sorte ou destino que qualquer tem de seguir fatalmente; fado”. Para Houaiss (2009), *sina* corresponde à “fatalidade a que supostamente tudo no mundo está sujeito; destino, sorte, fado”. Sendo assim, entendemos que todo dicionário que é produzido já está destinado a se tornar obsoleto, deficiente e inexato, conforme apresentado no recorte. Ao pensar no dicionário como algo que se torna obsoleto com o passar do tempo, podemos estabelecer uma relação com a rede de memória da qual falamos em nosso trabalho, ou seja, entendemos que esta rede se configura como um emaranhado de discursos, como uma teia, em que estão interligados diferentes discursos, diferentes sentidos, diferentes condições sócio-históricas. Assim, ao afirmar que todo dicionário tem sua *sina*, pode-se dizer que os sentidos atribuídos aos verbetes podem ser, quando retomados, alterados, modificados e até transformados (embora não o sejam, na maioria dos casos), conforme as condições histórico-sociais de cada produção dicionarística. Além disso, entendemos que, ao retomar os dicionários já publicados em Portugal e que tiveram circulação também no Brasil, o diálogo, as relações que se estabelecem entre os diferentes dicionários, até entre as diferentes edições, é o que configura uma rede, ou seja, cada dicionário a ser elaborado parte de outros já existentes; um sempre retoma outros, retoma discursos, retoma sentidos e, até mesmo, retoma determinados dicionários. É esta a *sina* dos dicionários: servir de “modelo” para outros que serão elaborados, pois nenhum dicionário é uma produção independente; e, por se tornarem obsoletos, permitem a publicação de dicionários novos, outros, atuais. Cada instrumento linguístico sempre retoma outros já produzidos, constituindo a rede de memória de que falamos (mesmo que esta retomada seja para criticar e observar como não se deve fazer/elaborar um dicionário). E é assim também com o **DCA**.

A partir disso, entendemos que há retomada dos dicionários já publicados em Portugal e que tiveram circulação também no Brasil, não apenas ficando restritos aos domínios de Portugal. Além disso, os estudos que vimos realizando possibilitam afirmar, ainda que de forma breve, que as distintas posições-sujeito que se tem nas

diferentes edições estão relacionadas ao modo de conceber a língua portuguesa na relação entre Brasil e Portugal. Nas edições publicadas em Portugal, prima-se pelo discurso sobre a unidade linguística portuguesa, tomando como uma só a língua portuguesa falada e em circulação no Brasil e em Portugal. No caso das edições brasileiras, esses discursos são alterados, eles sofrem mudanças, pois os sentidos sobre a língua portuguesa passam a ser outros; busca-se dicionarizar a língua portuguesa levando em conta a diversidade linguística brasileira. Sendo assim, a partir do que o sujeito-autor explicita, entendemos que os dicionários se constituem em rede, uma vez que a primeira edição portuguesa é produzida tomando por moldes os dicionários que a antecederam; nele vão sendo retomados sentidos e discursos, assim como outros dicionários já publicados. No caso das edições brasileiras, a própria retomada do **DCA**, produzido em Portugal, já nos remete ao que entendemos por rede de memória.

Conforme já afirmamos, a rede de memória que estamos tentando explicitar neste trabalho se configura como um emaranhado de discursos, como uma teia. Na constituição do dicionário de Caldas Aulete, o ponto de partida é o dicionário de Bluteau (1712). A partir deste instrumento linguístico, o sujeito lexicógrafo do **DCA** retoma e desloca sentidos, estabelece relações entre os dicionários que se seguem ao **Vocabulário Portuguez e Latino** e que antecederam a produção do **DCA**, especialmente o dicionário de Roquette, o de Lacerda e o de Moraes. A relação que o sujeito-autor que assume a função-autor estabelece com os dicionários destes autores remete a críticas às formas errôneas como são definidos os verbetes. O sujeito-autor do **DCA** toma como exemplo as publicações de Roquette, Lacerda e Moraes, mas como exemplo a não ser seguido, como ponto negativo na elaboração de um instrumento linguístico. Nota-se que as críticas feitas são em relação às cópias realizadas, às vezes de forma equivocada, e não às influências de outros dicionários. Isso porque, em geral, os instrumentos linguísticos são, de alguma forma, elaborados a partir de outros já existentes e influenciam a produção de outros subsequentes. Apesar da crítica feita a esses dicionários, nota-se um efeito de contradição, pois, mesmo criticando os instrumentos linguísticos, não se observa algo muito diferente no **DCA**; o ponto de partida são outros dicionários que permitem a alteração, a mudança, a transformação, mas também a manutenção de sentidos

estabelecidos. Se levarmos em conta as oito edições do **DCA**, poucas alterações são observadas, principalmente nos textos introdutórios das edições brasileiras; algumas chegam a ser iguais, cópias fiéis umas das outras. Embora o plano da obra (do dicionário), em sua primeira edição, seja o de apresentar as mudanças e as alterações (de sentidos), conforme é destacado no prefácio da primeira edição do **DCA**, não é isso que acontece, talvez porque todo instrumento linguístico tenha uma sina, um destino: servir de “base”, de “modelo”, para outros instrumentos linguísticos e se tornar obsoleto com o passar do tempo. Nenhum dicionário será uma origem absoluta, a fonte dos sentidos.

Por isso, entendemos esse processo de constituição do dicionário de Caldas Aulete, podendo se estender aos demais dicionários, como uma rede, em que um instrumento linguístico remete a outro, como fios de discursos que se entrelaçam, se entrecortam, se inter-relacionam. Essas redes de memória podem ser consideradas também processos de projeção para a frente e para trás, conforme afirma Orlandi ([1993] 2003), podendo fazer intervir e também estabelecer o novo como permanente, produzindo, assim, um efeito presente no intradiscurso e que se fixa na memória discursiva, fazendo parte dos saberes inscritos no interdiscurso. Saberes e sentidos já-lá, nos outros dicionários, conseqüentemente no interdiscurso, podem ser rememorados ou, então, saberes e sentidos novos podem ser mobilizados no intradiscurso, serem estabilizados e também tomarem seu lugar no interdiscurso. É esse movimento de ir e vir, de um dicionário já publicado e consagrado pelo uso, como o é de Bluteau (1712), ao que está sendo publicado, de uma memória – interdiscurso, a uma atualidade – intradiscurso, que configura uma rede de memória dicionarística.

Além disso, a partir do fragmento *Com o progresso, tornou-se deficiente e mesmo inexato em alguns pontos. Mas isso é sina a que os dicionários não podem escapar*, entende-se que a produção dos efeitos de sentidos depende do “batimento velho/novo e novo/velho”, pois

o velho é o que está posto, já instituído e o novo é o que polemiza, desaloja os sentidos estabilizados, fundando um lugar para o diferente no interior do mesmo, embora o que é o diferente hoje será o mesmo de amanhã que já estará dando lugar a um outro diferente, e assim infinitamente. (PETRI, 2004, p. 18)

Pensar na produção dos sentidos, então, é pensar na relação entre o velho e o novo, porque, conforme destaca Petri (Ibid., p. 52), o segundo (o novo) emerge do interior do primeiro (velho); o novo atualiza o velho, o já-lá.

Entretanto, no momento em que um dicionário é publicado e entra em circulação na sociedade, esse novo (o próprio dicionário com seus verbetes) já não é mais novo, pois ele é “um efeito que só se apreende momentaneamente, porque imediatamente depois do seu surgimento ele passa a configurar a instância do já instituído” (cf. Ibid., p.60), do já-lá na rede do interdiscurso, a partir do qual os sentidos serão retomados, atualizados e deslocados.

Conforme destacamos na Parte I, nessa rede de retomadas e remissões, tecem-se discursos, colocando a história em relação a diferentes memórias e diferentes tradições, mas que se retomam, se repetem, se reconfiguram e acabam contribuindo para a elaboração/produção/publicação de diferentes dicionários. Assim, entendemos que a noção de rede de memória que apontamos se caracteriza por ser esse espaço de deslocamentos, de disjunções, de retomadas, de conflitos, segundo Pêcheux ([1983] 2010). Esses deslocamentos se dão, em especial, devido às diferentes condições sócio-históricas que determinam a produção de cada um dos instrumentos linguísticos. As diferentes edições do **DCA** são determinadas também por diferentes condições de produção, o que pode ser observado já nos diferentes subtítulos das edições do dicionário, especialmente nas edições brasileiras. Da primeira edição portuguesa destacamos que o dicionário é *feito sobre um plano inteiramente novo*, ao passo que nas duas edições seguintes, uma de 1925 e outra de 1948, consta que são *feitas sobre o plano de F. J. Caldas Aulete*. A partir desses subtítulos das edições portuguesas, não há uma referência direta às mudanças que são feitas de uma edição a outra, nem quais as condições sócio-históricas que determinam essa produção. No entanto, a partir das análises realizadas, destacamos que as três edições portuguesas se constituem em um período de intenso debate sobre a especificidade da língua portuguesa de Portugal e da língua portuguesa do Brasil, sobretudo no Brasil, conforme aponta Pfeiffer (2001).

No Brasil, o **DCA** é reeditado em 1958 e essa edição é seguida por mais quatro – 1964, 1974, 1980 e 1986. A principal alteração realizada nessas edições é o deslocamento da produção de Portugal para o Brasil; logo, notamos aí também um

deslocamento da função-autor. O sujeito que assume essa posição não é mais português, mas brasileiro, pois é ele que determina o que será ou não introduzido na nova edição, o que será ou não publicado. Esse dicionário, então, deixa de ser publicado naquele país e passa a se constituir como um instrumento linguístico brasileiro. Além disso, na primeira edição brasileira, destacamos o subtítulo: *atualizada, revista e consideravelmente aumentada pela introdução dos vocábulos em uso no Brasil, pelo registro completo dos termos técnicos e científicos e pela averbação sistemática dos étimos*. Na segunda edição brasileira, o subtítulo é o seguinte: *novamente revista, atualizada e aumentada pela introdução de termos da tecnologia recente, pelo exaustivo registro dos vocábulos usados no Brasil e pela extensão dos apêndices*. Nas demais edições brasileiras, o subtítulo é igual com a supressão de um termo: *exaustivo*. Sobre isso questionamo-nos: qual o sentido depreendido de um termo como este em um dicionário? Qual a importância de sua presença em um subtítulo?

Na tentativa de sanar essas inquietações, buscamos no *Dicionário Houaiss* (2009) e no **DCA** (1948) a definição deste verbete. Segundo Houaiss (2009), *exaustivo* é aquilo “que esgota ou se destina a esgotar, que abrange até os mínimos pormenores”. Sendo assim, no processo de palavra-puxa-palavra, buscamos também em Houaiss (2009) a definição de *esgotar*, que significa “gastar(-se) inteiramente; exaurir(-se); extenuar(-se); não ter mais o que dizer sobre; tratar a fundo”. Conforme Caldas Aulete (1948), *exaustivo* quer dizer “que esgota ou serve para esgotar” e *esgotar* corresponde a “tirar até à última gota”. A partir dessas definições, entende-se que, no âmbito do discurso dicionarístico, ao definir o termo dessas maneiras, busca-se dar ao dicionário um sentido de completude, é uma tentativa de conter todos os sentidos possíveis em um dicionário através de um trabalho que nada deixa despercebido, que *trata a fundo e abrange os mínimos pormenores*.

Ademais, nessas edições também estão presentes, em seus textos introdutórios, *estudos sobre a Origem e Evolução da Língua Portuguesa, sua Expansão no Brasil, e uma Exposição da Pronúncia Normal Brasileira*. Acerca disso, perguntamo-nos: qual seria a *pronúncia normal*? Qual a sua característica? Em

busca de respostas, encontramos no próprio texto introdutório do **DCA** o que é considerado a *pronúncia normal* do Brasil. Observemos os recortes:

“A pronúncia normal brasileira é a da cidade do Rio de Janeiro.”

“Causas históricas concorreram para que o Rio de Janeiro fôsse o lugar onde melhor se fala a língua.”

- “Estabelecida em Salvador a sede do Governo geral em 1549, já em 1573 ela é mudada para o Rio de Janeiro”.

- “Em 1763 o Brasil é elevado a vice-reinado e a sede continua no Rio de Janeiro.”

- “o príncipe regente D. João, mais tarde rei D. João VI, dirigiu-se para o Rio de Janeiro onde criou estabelecimentos de ensino superior e ensino artístico, jornais, museus, etc.”

- “Durante a monarquia bragantina, foi a residência dos dois imperadores”.

“Era, pois, natural que para o Rio de Janeiro aconcesse o que de mais seletivo houvesse nas províncias.”

A partir disso, nota-se que a preocupação do **DCA** com o discurso técnico e científico em detrimento dos conhecimentos da Academia de letrados ou mesmo com o vocabulário do povo faz emergir questões históricas, culturais e de relações com o governo. A partir do recorte, é possível entender que a pronúncia normal é a do Rio de Janeiro. Entretanto, o que pode ser considerado *normal*? Na busca por compreender essa noção, ancoramo-nos no trabalho de Petri (2010c), quando a autora tece algumas reflexões a respeito do epistemólogo francês Georges Canguilhem. Conforme ressalta a autora, sobre o normal e o patológico, tema abordado na tese de doutoramento de Canguilhem, o autor “chega a afirmar que ‘uma saúde perfeita contínua é um fato anormal’, bem como ‘o patológico não é anormal’. Portanto, ‘a pessoa é doente não apenas em relação aos outros, mas em relação a si mesma’”. (cf. Ibid., s.p). Sendo assim, afirmar que a pronúncia normal é a do Rio de Janeiro é colocar esta pronúncia em *relação às*⁴¹ demais e em *relação à* própria pronúncia do Rio de Janeiro. Notar-se-á, a partir desse colocar em relação à, que não existe uma homogeneidade na pronúncia do Rio de Janeiro, porque a sociedade, a partir da qual é possível estabelecer o que é o normal, é constituída por sujeitos, sujeitos que falam a língua portuguesa, a qual sofre influência de diferentes grupos sociais. Afirmar que a pronúncia normal é a da cidade do Rio de Janeiro

⁴¹ Expressão cunhada por Georges Canguilhem.

significa dizer que a rede de memória está nos dicionários porque está primeiro na língua. No entanto, nos dicionários não há espaço para a heterogeneidade; faz-se necessário eleger um lugar, um normal e a partir dele construir algo com efeito de homogeneidade e de completude.

O funcionamento do *DCA* no processo de colonização/descolonização linguística no Brasil

Partindo das questões expostas referentes aos acordos ortográficos entre Brasil e Portugal, procuraremos apresentar análises sobre a unidade e a diversidade linguística no processo de colonização e de descolonização linguística no Brasil, via edições do ***DCA***.

No século XIX, sobretudo nas últimas décadas, quando foi publicada a primeira edição do ***DCA*** em Portugal, estava sendo amplamente discutida a questão da língua nacional brasileira, conforme já afirmado na seção anterior. Nesse período, as polêmicas giravam em torno dos diferentes sentidos para essa língua nacional. Essas discussões e polêmicas advêm de questões voltadas à implantação das primeiras universidades brasileiras, bem como das publicações que estavam sendo realizadas de gramáticas e de dicionários no/do Brasil. Conforme Dias (2009), a implantação das primeiras universidades no Brasil se deu mais de um século após a Independência do Brasil, em 1822, e décadas após a implantação da República Brasileira, em 1889. Entre o final do século XIX e o início do século XX, os Colégios representavam

lugares de formação e elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresentando-se como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade lingüística (nacional) e de domínio da 'boa língua', da 'boa retórica', da 'boa escrita' (ORLANDI, 2002, p. 179).

Além disso, a autora destaca que os Colégios são lugares de formação dos representantes brasileiros na política, no direito, nas humanidades e nas ciências em geral (cf. Ibid.). Dias (2009) ainda afirma que a publicação das primeiras gramáticas, e acrescentaríamos também dos primeiros dicionários, torna possível a emancipação da produção do conhecimento linguístico brasileiro. Nesse movimento, a autoridade de dizer como é esta língua é deslocada para os gramáticos e lexicógrafos brasileiros. Orlandi (2007b) explicita que “o processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a língua e suas especificidades e processa a historicização da língua no território nacional, brasileiro” (p. 55). Há aí a emancipação linguística no/do território brasileiro.

Segundo Pfeiffer (2001, p. 169), inicialmente, observamos “o funcionamento de uma unidade lingüística referencial dada pela língua portuguesa de Portugal, fruto de seu estatuto de unidade já legitimada”. Entretanto, no decorrer do século XX, a unidade linguística referencial portuguesa cede cada vez mais espaço à diversidade linguística no/do Brasil. Em nossos estudos, observamos o funcionamento da unidade linguística na primeira edição do **DCA**.

Acceitando este principio, formulámos a tabella dos sons⁴² da lingua portugueza que inserimos no fim d’este plano, e sujeitámol-a á discussão dos professores de linguistica mais distinctos e homens de letras, tidos por mais bem falantes, não só portuguezes mas brasileiros.

Recorte discursivo 3 – 1ª edição – 1881

A partir desse recorte, observa-se que, ao estender essa *tabela dos sons*⁴³ também aos brasileiros para que seja avaliada, tenta-se unificar a língua portuguesa na medida em que se busca dar conta dos sons da língua portuguesa de Portugal e do Brasil. Entendemos que a tentativa de unidade dessa língua pode ser ilustrada ao nos remetermos a essa tabela mencionada no *Recorte discursivo 3*; ela não apresenta distinções entre o português do Brasil e o português de Portugal. Assim, entende-se que ambas se configuram como uma mesma língua; a língua portuguesa é tomada em sua unidade, logo, não aberta à variação brasileira.

Do mesmo modo como o *Recorte discursivo 3*, o *Recorte discursivo 4* também explicita a tentativa de unidade. Observemos:

O nosso intuito foi coordenar um diccionario portatil para a maioria das pessoas que falam a lingua portugueza; um vocabulário que represente a lingua portugueza como ella é hodiernamente, contendo as palavras que são do domínio da conversação.

Recorte discursivo 4 – 1ª edição – 1881

Nesse caso, não se faz distinção entre as diferentes línguas portuguesas que circulam na metrópole ou nas colônias; o dicionário é elaborado para todos os que falam a língua portuguesa, seja ela o português de Portugal ou o português do Brasil.

⁴² Destacamos que a fonética é outro elemento importante que diferencia o português do Brasil do português de Portugal, mas não será objeto de análise neste trabalho.

⁴³ Conforme Anexo 1.

Observamos, além disso, no *Recorte discursivo 4*, que o dicionário elaborado é considerado *portátil*, acessível para todos. Para tentar entender o sentido do vocábulo *portátil*, buscamos a definição no próprio *DCA*. Segundo o autor, portátil é “o que se pode transportar com facilidade: um volume portátil; que pelo seu pequeno volume e pequeno peso é susceptível de facilmente se transportar ou guardar: um livro portátil” (AULETE, 1948). Para tentar entender o sentido do termo *portátil* hoje, buscamos em Houaiss (2009) a definição. De acordo com este autor, portátil é o “que não é fixo a determinado lugar; pequeno e fácil de transportar; que se pode desmontar e transportar”. Tendo em vista essas definições, como pode ser portátil um dicionário constituído por dois volumes, inicialmente, e, no decorrer das edições, por cinco? Como levar de um lado a outro esse dicionário? Como transportá-lo, manuseá-lo? Será que esse aumento poderia ser pensado como um dicionário enciclopédico? Talvez possamos entender esse termo como possibilidade de um efeito de unidade, de homogeneidade, reiterado, pois o domínio do português de Portugal sobre o português do Brasil, tendo em vista que é uma publicação portuguesa, pode se dar através da disposição desse dicionário português também aos brasileiros; talvez possamos compreender o termo portátil como algo não restrito somente ao domínio português, mas disponível aos falantes brasileiros, um dicionário que pode ser levado ao Brasil para que os sujeitos falantes que necessitem consultar termos da língua portuguesa possam ter acesso a ele, independente dessa língua ser portuguesa de Portugal ou do Brasil. Dessa forma, podemos pensar que se produz o efeito de unidade linguística, uma tentativa de Portugal manter o Brasil sob seu domínio, não mais territorial, mas linguístico e também cultural.

A partir da segunda edição portuguesa, publicada em 1925, notam-se pequenas alterações referentes à língua portuguesa do Brasil. Vejamos o *Recorte discursivo 5*.

Procedeu á ampliação e actualização do seu léxico. Por fortuna, há hoje boas vontades a auxiliarem os lexicógrafos: das provincias de Portugal, dos Estados do Brasil, amigos das letras enviam centos de vocábulos não registados ainda nos dicionários. Já se não corre o risco da luta com más vontades.

Nessa edição, começa-se a dar mais ênfase aos brasileirismos. Há inclusão de *vocabúlos não registrados ainda nos dicionários*. A partir da inclusão de brasileirismos, será que teríamos o começo de uma autonomia da língua portuguesa do Brasil em relação à língua portuguesa de Portugal? Entendemos que, se há autonomia, ela é relativa, pois até hoje acordos ortográficos estão sendo elaborados e publicados para unificar a língua, ao menos na escrita, dos dois países. Busca-se, ao elaborar o dicionário, a contribuição de pesquisas brasileiras para o registro dos termos em uso neste país. É o funcionamento da rede de memória que contribui na elaboração de um instrumento linguístico.

No *Recorte* a seguir, o destaque é dado ao termo *planeou*.

Por todos estes atributos temos a consciência de apresentar a público uma obra digna do nome de quem a planeou – F.J. de Caldas Aulete – e de contribuir, como é missão do editor, para o prestígio da cultura nacional.

Recorte discursivo 6 – 3ª edição – 1948

Planejar, que corresponde a planejar, tem sentido diferente de elaborar. Conforme se observa no *Recorte* 6, o planejamento, o plano de elaboração do dicionário é de Caldas Aulete, embora, como já apresentado em outro momento deste trabalho, este tenha falecido antes mesmo de ser elaborado o dicionário. Sendo assim, qual o funcionamento da função-autor no dicionário se o sujeito a quem é atribuída a autoria não participou da elaboração do instrumento linguístico? Estaria a função-autor relacionada, nesse caso, exclusivamente ao plano do dicionário? Embora não se tenha uma resposta definitiva a esta pergunta, nossa reflexão aponta para o fato de que o nome de Caldas Aulete estaria relacionado ao dicionário, desde a primeira até a última edição, por ter elaborado o plano e também porque estaria relacionado a isso o processo de individua(liza)ção do sujeito, de que fala Orlandi (2002).

Conforme a autora, esse processo se caracteriza por dois momentos. No primeiro, tem-se a “interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia” (cf. *Ibid.*, p. 71), ou seja, é o passo para que o indivíduo, afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito e se subjetive. Desse modo, pode-se afirmar que o sujeito é, ao mesmo tempo, livre e submisso. A forma-sujeito resultante desse processo de interpelação do indivíduo em sujeito é denominada forma-sujeito histórica. O segundo momento

diz respeito ao processo de “individua(liza)ção do sujeito em relação ao Estado” (Ibid., p. 71). Neste processo, o Estado, por meio de suas instituições, individualiza a forma-sujeito histórica que será livre e responsável e passará a responder como sujeito jurídico, portador de direitos e deveres (cf. Ibid). Assim, entendemos que atribuir a autoria a Caldas Aulete é responsabilizar, pela elaboração/produção/publicação de um instrumento linguístico, um sujeito que apenas planeja a obra, na tentativa de dar ao dicionário um estatuto de unidade, de instrumento linguístico que preserva a tradição de seu idealizador.

A partir dessas reflexões, arriscamo-nos a trazer à baila uma nomenclatura um pouco diferente da já proposta por Orlandi ([2001] 2005a); trata-se da noção função-idealizador. Entendemos que talvez esta noção esteja mais relacionada com a função que antecede a autoria mesmo e que depois pode ser tomada como uma espécie de sinônima; como se o que foi função-idealizador passe a ser tomada como função-autor e isso se reproduza indefinidamente.

Além disso, acreditamos que seja a partir desse sujeito idealizador que se produz o efeito de autoria; é com o sujeito Caldas Aulete (que apenas planeja a obra, mas não participa da elaboração) que o sujeito-leitor se relaciona; é nele, nesse sujeito idealizador da obra, que se estabelece a relação de confiança, pois este é um sujeito conhecido/reconhecido, um renomado lexicógrafo, escritor, político, jornalista, professor e conhecedor da língua portuguesa. É nesse sentido que estamos propondo um cotejamento entre a função-autor e a função-idealizador, considerando que em cem anos de produção dicionarística a segunda se funde e se confunde com a primeira.

Ademais, conforme destacamos na Parte I desta dissertação, as edições do **DCA** publicadas a partir de 1958, no Brasil, são uma atualização das edições portuguesas. Entretanto, embora sejam atualizações, espera-se que a tentativa de unidade que se visava nas edições portuguesas tenha dado lugar ao diferente, às diversidades, às peculiaridades na/da língua em circulação no território brasileiro.

Patrimônio comum dos povos que nela se expressam, a língua portuguesa sempre teve, nas sucessivas edições atualizadas dêste dicionário, o índice mais elevado da sua lexicografia. Ideado em Portugal, cercado desde o início pelo carinho e pela compreensão de prestimosos editores, bem cedo passou o “Dicionário Contemporâneo” a irradiar no Brasil as suas generosas luzes. E cada nova edição trazia, sôbre o trabalho básico, os acrescentos que daqui lhe mandavam os nossos melhores filólogos. Cresceu assim em volume, informação e ciência, compôs um todo luso-brasileiro e tornou-se, como a própria língua, um valioso e comum acervo de duas pátrias.

Recorte discursivo 7 – edições brasileiras

Conforme podemos observar no *Recorte discursivo 7*, ao contrário do que se espera de um dicionário publicado no Brasil, ou seja, a inclusão das diferentes variedades, a unidade linguística continua sendo privilegiada. Toma-se a língua como *patrimônio comum* dos diferentes povos, mesmo que cada um dos países que tem a língua portuguesa por oficial seja constituído por diferenças. No caso do Brasil, como se pode pensar em uma língua única se há muitas variedades linguísticas no próprio território? E como pensar em *um todo luso-brasileiro* se Brasil e Portugal são duas nações distintas, com línguas peculiares e culturas diferentes?

De acordo com estudo de Giacomini (2006), a partir da primeira edição brasileira, pode-se observar que a língua portuguesa do Brasil começa a tomar forma distinta da língua portuguesa de Portugal. Realizando a leitura dos prefácios das edições brasileiras, encontramos algumas diferenças, embora ainda muito sutis.

Apresentar a obra, na sua disposição e contextura, sob o duplo ponto de vista brasileiro e português, isto é, interpretando como preferência de tal ou qual zona lingüística o uso – menor, maior ou exclusivo – de uma ou de muitas unidades do vocabulário hoje pertencente ao acervo comum da língua.

Recorte discursivo 8 – edições brasileiras

Por este recorte, percebe-se que o diferente, a heterogeneidade da língua e a variante brasileira começam a ganhar espaço; emergem, aos poucos, nessa produção que se dá no Brasil. Conforme Orlandi (2005b), nesse período começam os deslocamentos de uma memória portuguesa para uma memória local, brasileira; a memória da língua começa a se gestar no Brasil, na prática linguística brasileira. Segundo a autora, é aí que desempenham papel fundamental os instrumentos linguísticos, pois “são eles que darão forma ao modo como a língua se institucionaliza e tem desenhada sua vida social” (cf. Ibid., p. 67). A publicação de

instrumentos linguísticos constitui a representação da língua na sua relação com a sociedade e com as diferentes nações.

Além disso, nesse mesmo prefácio, encontramos a seguinte indicação:

As locuções familiares e populares, nos seus diversos matizes, receberam particular atenção, evidenciando-se as diferenças e até as discrepâncias de emprego aquém e além-mar.
--

Recorte discursivo 9 – edições brasileiras

Observa-se, nesse recorte em específico, que as tentativas do Brasil se tornar independente, também linguisticamente, estão cada vez mais presentes. Contudo, como mencionado anteriormente, são apenas tentativas de ter uma língua brasileira totalmente independente da língua de Portugal, pois, nas edições brasileiras, ainda encontramos uma imagem de língua única, uma imagem de *acervo comum* dos povos, isto é, do Brasil e de Portugal.

Os recortes selecionados para análise nesta seção da dissertação nos dão pistas de que a colonização/descolonização linguística é um processo longo e demorado. O que se pode observar é que, durante a colonização, a memória em funcionamento no dicionário é a portuguesa, que busca significar a língua portuguesa de Portugal e seus falantes. Na descolonização – consideramos que esta se instaura com a inclusão de brasileirismos, inicialmente – a memória que passa a significar é a local, a do Brasil.

Constituição, formulação e circulação do *DCA*: por uma relação entre função-autor e função-leitor

A partir das considerações apresentadas sobre as duas primeiras seções desta Parte III, gostaríamos de ressaltar que essas contribuem para compreendermos a relação que se estabelece nesta terceira seção, de modo que nos permita compreender o funcionamento da noção função-autor. Para isso e a partir das duas seções anteriores, realizamos alguns recortes que possibilitam analisar o imaginário de função-autor e de função-leitor, o qual contribui para compreender também o espaço de circulação do instrumento linguístico analisado e compreender quem ou o que representa a função-autor no ***DCA***.

Ao buscar compreender o espaço de circulação do *DCA*, encontramos em Orlandi (2008) o que se entende por constituição, formulação e circulação. No processo de *constituição* dos sentidos, conforme a autora, temos o trabalho da memória (interdiscurso), a interpelação do indivíduo em sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos que produz a partir de sua posição-sujeito; no processo de *formulação*, temos a relação do discurso com o texto que atualiza a memória em presença, a individua(liza)ção do sujeito pela sua função-autor; na *circulação*, temos o funcionamento das circunstâncias de enunciação e a experiência de mundo como elementos desencadeadores e os sujeitos sociais que assumem a função-autor em seus percursos, nos diferentes lugares (cf. Ibid.). Estes três processos funcionam simultaneamente e tanto o sujeito como o sentido são afetados por eles. Um sentido é como ele se constitui, como se formula e como circula (Ibid.). O sujeito, em sua posição de função-autor, é afetado pelo lugar em que se constitui e do qual fala. Entender essas três noções é ponto fundamental para desenvolver as análises relativas à função-autor.

Conforme as considerações apresentadas sobre a seção 2, há no ***DCA*** a fundição da função-idealizador na função-autor. Entretanto, pensando na rede de memória que vimos apontando em nossa dissertação, pode-se pensar na equipe de sujeitos lexicógrafos (e dicionaristas) que produz um dicionário e não tem a autoria revelada empiricamente com nomes, embora o instrumento linguístico como um todo sempre seja responsabilidade de Caldas Aulete, o idealizador, pelo fato da relação que se estabelece com o sujeito-leitor.

Assim, no *Recorte discursivo 10*, observa-se que o sujeito, por meio da individua(liza)ção do Estado⁴⁴, é colocado como responsável pelo discurso produzido no **DCA**, pois se institui um lugar, responsabilizando-se um nome instituído – o de Caldas Aulete. A inscrição do nome desse sujeito no dicionário, conforme se pode observar a seguir, se dá para *representar qualquer erro ou deficiência que nele possa haver*. Sendo assim, esse sujeito é responsável pelo que é explicitado no dicionário, bem como por seu começo, meio, progressão, não contradição e fim (ORLANDI, [2001] 2005a).

Coadjuvação valiosíssima e honrada que elle recebeu dos homens mais eminentes portuguezes e brasileiros que nos coadjuvaram, servindo apenas a inserção do nosso nome n'este livro para representar qualquer erro ou deficiência que n'elle possa haver.

Recorte discursivo 10 – 1ª edição – 1881

Esse sujeito que toma a posição de função-autor seleciona, no interdiscurso, determinados dizeres que passam a constituir seu discurso. Esses dizeres são linearizados e atualizados, por sua vez, no intradiscurso (formulação). Quando passam a circular, os dizeres são determinados pelas instâncias discursivas, ou seja, são determinadas pelas condições sócio-históricas em que se inscrevem os sujeitos. Na tentativa de ilustrar o que temos apresentado, destacamos um ponto que é recorrente em três recortes discursivos apresentados em nossos movimentos de análise:

RD5 = *provincias de **Portugal**, dos Estados do **Brasil**;*

RD8 = *ponto de vista **brasileiro** e **português**;*

RD10 = *homens mais eminentes **portuguezes** e **brasileiros**.*

Ambos os recortes destacam a relação entre Brasil e Portugal, mas gostaríamos de ressaltar a ordem em que aparecem os termos: no *Recorte discursivo 5*, o qual se refere à segunda edição portuguesa, assim como no *Recorte discursivo 10*, referente à primeira edição portuguesa, os termos **Portugal** e **portuguezes** são indicados antes dos termos **Brasil** e **brasileiros**. No *Recorte discursivo 8*, por sua vez, o qual diz respeito às edições brasileiras, observamos uma alteração na ordem: antes aparece **brasileiro** para posteriormente se destacar o termo **português**. Além

⁴⁴ Conforme explicitado na seção anterior.

disso, *províncias de Portugal* remete à unidade, ao sentido de pertencimento dessas províncias ao reino de Portugal; *estado do Brasil*, por sua vez, caracteriza-se pela fragmentação, toma-se as partes pelo todo, o que constitui o processo metonímico. A partir dessas observações, alguns questionamentos surgem: que funcionamento político se tem com essa ordem dos termos? Que imaginário de função-autor se projeta? Que imaginário de função-leitor daí se depreende? Como explicitar essas alterações de um território a outro ao se publicar um dicionário em Portugal e posteriormente atualizá-lo no Brasil?

Na tentativa de responder a essas perguntas, realizamos a análise e a interpretação, o que nos levou ao seguinte ponto: as edições portuguesas visam a disponibilizar um dicionário que possa servir de instrumento de consulta a todos os sujeitos falantes de língua portuguesa, independente se forem sujeitos habitantes de Portugal ou dos demais territórios que se caracterizam como ex-colônias da metrópole portuguesa. Já as edições brasileiras visam a um público mais específico inicialmente, os habitantes do Brasil, para posteriormente se dirigirem aos demais falantes de língua portuguesa. Desse modo, entendemos que há uma diferença na tomada de posição de sujeito quando se trata de autoria do **DCA** no Brasil; o sujeito-autor, ao assumir sua posição de função-autor, tem seu duplo no sujeito-leitor, na função-leitor (ORLANDI, [2001] 2005a), pois, na publicação das edições portuguesas, ao se dirigir aos portugueses, o sujeito-autor se refere primeiro a estes para depois se dirigir aos brasileiros. Nas edições brasileiras, por sua vez, o sujeito-leitor brasileiro, inicialmente, é interpelado para posteriormente se fazer referência ao sujeito-leitor português. Orlandi ([2001] 2005a) denomina esse funcionamento de mecanismo de antecipação. Segundo a autora, por esse mecanismo, o sujeito-autor “projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta, e, assim, ‘guiado’ por seu imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo” (Ibid., p. 61). É por esse mecanismo de antecipação que o sujeito-autor das edições portuguesas projeta imaginariamente um leitor virtual português, um leitor que conhece a língua portuguesa e que pode precisar de um instrumento linguístico para consultar. O mesmo se dá com a função-autor das edições brasileiras. Ao determinar uma ordem para apresentar os termos – **brasileiro e português** – e não o inverso, isso mostra, em nosso entendimento, que

a produção de sentidos se dá nessa relação entre função-autor e função-leitor, determinada pelas condições de produção dos discursos bem como pelas conjunturas histórico-sociais em que se inscrevem os sujeitos. Além disso, tem-se aí o político funcionando, uma negociação de sentidos entre sujeito-autor e sujeito-leitor; negociação de sentidos essa que possibilita alterar a ordem dos termos ao se inscrever em determinada conjuntura sócio-histórica e ideológica, alterando também o sentido.

Além disso, ainda nesses recortes discursivos, outro ponto que se destaca é o emprego da conjunção aditiva *e*. Questionamo-nos sobre qual a sua contribuição no processo de constituição desse discurso. Sob o viés da gramática, buscamos em Bechara (2010) o suporte teórico necessário para abordar essa questão. Segundo o autor, a conjunção aditiva indica que “as unidades que une (palavras, grupos de palavras e orações) estão marcadas por uma relação de adição” (Ibid., p. 322). Entretanto, a nosso ver, no caso da elaboração do *DCA*, o funcionamento da conjunção aditiva se dá de forma diferente, embora continue sendo uma conjunção aditiva. Ancorados no que afirma Bechara (Ibid.), compreendemos que, mesmo gramaticalmente o *e* seja uma conjunção aditiva, semanticamente não haveria, nesse caso, a soma de ideias, mas a oposição, pois

graças ao significado dos lexemas envolvidos na adição, o grupo das unidades coordenadas permite-nos extrair um conteúdo suplementar de ‘causa’, ‘consequência’, ‘oposição’, etc. estes sentidos contextuais, importantes na interpretação do texto, não interessam nem modificam a relação aditiva das unidades envolvidas’. (BECHARA, 2010, p. 322)

Então, *brasileiro e português, portugueses e brasileiros*, unem-se por uma relação gramatical de adição, embora a oposição semântica existente entre eles apresente um *sentido suplementar*⁴⁵ de oposição. E qual sua contribuição no processo de constituição desse discurso dicionarístico? O sujeito que toma a posição discursiva de função-autor sob as condições sócio-históricas portuguesas projeta seu leitor virtual. Esse sujeito, em sua posição de função-autor, imaginariamente constitui seu duplo, a função-leitor que é portuguesa, tendo em vista que o dicionário como um todo é publicado para falantes de língua portuguesa em geral, mas que é

⁴⁵ Cf. Bechara (2010).

constituído, formulado e circula primeiro em Portugal para depois ser estendido também ao Brasil. O mesmo se dá com as publicações das edições brasileiras, pois o imaginário de função-leitor que se tem é de um sujeito brasileiro.

Outro importante ponto a ser destacado no *Recorte discursivo 10* se refere à seleção lexical feita pelo sujeito-autor. Esse sujeito, ao tomar sua posição de função-autor, agradece a **coadjuvação** *valiosíssima e honrada que elle* [o dicionário] *recebeu dos homens mais eminentes portugueses e brasileiros que nos coadjuvaram*. O que se pode compreender a partir dessa reiteração do termo coadjuvar? Para explicitar esse funcionamento, buscamos em Aulete (1948) a definição desses termos:

Coadjuvação = ato de coadjuvar, colaboração, cooperação.

Coadjuvar = ajudar, prestar auxílio a, colaborar com.

A partir dessas definições dadas ao verbete, entendemos que o sujeito-autor busca explicitar que os brasileiros e os portugueses, que contribuíram com a produção do dicionário, não apenas forneciam os termos de um ou outro território, mas também participaram da elaboração, definição e explicitação dos sentidos de cada termo, no sentido de cooperação, dado na definição do verbete coadjuvação.

Retomando, ainda, na esteira das considerações sobre sujeito-autor e sujeito-leitor, se por um lado temos a função-autor, por outro, emerge a função-leitor na relação que este estabelece com aquele. Observemos o seguinte recorte discursivo:

Os dictionarios colligidos por tal plano são principalmente destinados áquelles que se dedicam á profissão das letras, e nós dirigimo-nos em geral a todos que necessitam de consultar o lexicon da lingua, para resolver alguma d'essas difficuldades philologicas que frequentemente surgem sobre a orthographia, pronunciação, significação ou emprego syntactico de um ou de outro termo.

Recorte discursivo 11 – 1ª edição - 1881

Neste *Recorte discursivo 11*, o sujeito-autor, pelo complexo das formações imaginárias de que trata Pêcheux ([1969] 1997), antecipa seu leitor, projeta uma imagem dele. É isso que acontece também nos *Recortes discursivos 8 e 10*, conforme já apresentamos; o sujeito-autor altera a ordem dos vocábulos – *brasileiro* e *português* – na medida em que se dirige a um ou a outro, tendo em vista o espaço

de circulação do dicionário. No *Recorte discursivo 11*, observamos que a imagem do sujeito-leitor é um público específico – os que se dedicam à profissão das letras, e também um público geral, falantes (ou não) de língua portuguesa, mas que a compreendem – todos os que necessitam consultar o léxico da língua.

As considerações realizadas sobre o **DCA** nesta dissertação apontam o dicionário como um lugar profícuo para estudar as relações entre língua, sujeito, história e sociedades. Acreditamos que esse lugar pode não só possibilitar o estudo das relações explicitadas como também pode revelar peculiaridades sobre a língua e sobre a constituição de diferentes povos.

CONSIDERAÇÕES EM BUSCA DE UM PONTO FINAL

Ao chegarmos neste ponto de nosso trabalho, deparamo-nos com o quanto ainda está por ser feito; incursões teóricas e analíticas que ainda necessitam ser mais desenvolvidas, embora não nesta dissertação, mas em outro momento, pois é chegada a hora do ponto final, do ponto que encerra este texto. A necessidade de estabelecer o ponto final é crucial para toda e qualquer materialidade discursiva, pois, como afirma Orlandi ([2001] 2005a), cada sujeito ao assumir a função-autor é responsável por um texto que apresente, ao menos imaginariamente, começo, meio, progressão, não contradição e fim. E esse fim é necessário, embora o caminho de pesquisa que contemple este trabalho ainda seja longo e, talvez, jamais encontraremos seu 'verdadeiro' final, pois a incompletude sempre se fará presente.

Ao redigir esta dissertação, buscamos desenvolver um texto que possibilitasse ao(s) leitor(es) tomar(em) a posição de função-leitor e fazer(em) a sua leitura, embora soubéssemos do risco que corríamos, tendo em vista que os sentidos são variados, dispersos, descontínuos, cuja unidade é imaginária, mas os quais tentamos conter. Os sentidos que procuramos delinear tiveram como suporte teórico-metodológico os conceitos advindos da Análise de Discurso de linha pechetiana, bem como algumas articulações com a História das Ideias Linguísticas, conforme desenvolvida na França e trabalhada no Brasil.

A partir das leituras realizadas sobre essa linha teórica a qual nos filiamos, delimitamos nosso objeto de pesquisa, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (DCA)*, de Caldas Aulete, em suas diferentes edições. Delimitado o objeto, nossa questão de pesquisa se instaurou: como se dá o funcionamento da noção função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete? Em busca de respostas para nossa questão de pesquisa, selecionamos como arquivo os prefácios das oito edições do dicionário e como corpus de análise os recortes discursivos. Selecionado o corpus da pesquisa, analisamos os textos introdutórios das diferentes edições visando ao nosso objetivo central que girou em torno da noção de função-autor.

Nosso gesto de interpretação sobre os prefácios visava à compreensão do funcionamento da função-autor, tendo em vista que o dicionário tenha sido publicado durante mais de cem anos sob o nome de Caldas Aulete, o qual faleceu antes

mesmo de findar a elaboração dos verbetes referentes à letra A. O gesto de interpretação nos conduziu a duas seções primordiais de análise para a compreensão do funcionamento da função-autor: a primeira seção se refere à constituição dos dicionários em redes de memória e, a segunda, ao processo de colonização/descolonização linguística no Brasil. Ambas contribuíram para que pudéssemos chegar à terceira seção de análise, que é central para responder nossa questão de pesquisa.

Nos estudos discursivos, ao buscar analisar o discurso dicionarístico em instrumentos linguísticos de língua portuguesa, pensamos que este seja o lugar onde sujeitos marcam sua posição, um espaço em que sujeitos, na sua relação com a língua e a história, tentam unificar/homogeneizar a língua portuguesa a partir do imaginário que têm de seus leitores. É por ser, ao mesmo tempo, livre e submisso, conforme Pêcheux ([1975] 2009), que o sujeito assume uma posição a qual determina os sentidos de seu dizer/enunciar. Além disso, o sujeito tem a ilusão da literalidade do sentido, isto é, ele acredita que aquilo que está dizendo/enunciando só pode ser desse modo, que o sentido só pode ser esse e não outro, e a ilusão de que é a origem do dizer, ou seja, ele acredita ser a fonte do sentido, quando na realidade só retoma sentidos preexistentes, o que corresponde aos esquecimentos número um e número dois propostos pelo autor.

Pensar, então, os esquecimentos propostos por Pêcheux ([1975] 2009) nos leva a entender que a noção de sujeito é a de um lugar, uma posição assumida no discurso, necessária para que o sujeito possa dizer/enunciar, afetado pelo inconsciente e atravessado pela ideologia. Desse modo, podemos afirmar que o sujeito lexicógrafo assume uma posição, quer dizer que ocupa um lugar na produção do dicionário que pode ser, dentre outras, a posição de sujeito-autor. Segundo Nunes (2006, p. 23), “quando pensamos o autor, não se trata do sujeito empírico, mas sim da forma histórica do sujeito-autor em diferentes conjunturas. Esta função pode ser ocupada por um ou outro sujeito empírico.” Sendo assim, observamos, no decorrer de nossas explanações, que o sujeito lexicógrafo coincide com o sujeito-autor e, além disso, podemos ainda afirmar, a partir do que explicita Nunes (2006), que há um sujeito empírico (Caldas Aulete) que se coloca na posição de sujeito lexicógrafo e de sujeito-autor, pois assume uma função (de autor) que é a de tomar

a posição de produtor da linguagem, produzindo um efeito imaginário de unidade, começo, meio e fim, segundo Orlandi ([2001] 2005a).

Além disso, as análises realizadas permitem afirmar que o funcionamento da noção função-autor está relacionado ao processo de colonização/descolonização linguística do Brasil. As edições portuguesas do *DCA* primam pela homogeneidade linguística do português, pois se procura a gramatização de uma só língua, a portuguesa, independente de abrangerem ou não as diferentes variedades que existem. As edições brasileiras, por sua vez, são determinadas pela diversidade, pois, ao analisarmos os prefácios, observamos que há, em alguns casos, a inclusão de brasileirismos e, em outros momentos, a gramatização de uma língua pautada nos moldes brasileiros. Nesse processo, ganha destaque a função-autor assumida no *DCA*. Na medida em que se tem a elaboração de um dicionário, visa-se também a sua constituição, formulação e circulação, como afirmado anteriormente; é nessas relações que entra em funcionamento a noção função-autor, pois, no processo de constituição dos sentidos, temos a interpelação do indivíduo em sujeito, a constituição de sua forma histórica e os efeitos que produz a partir de sua posição-sujeito assumida no discurso; no processo de formulação, temos a relação do discurso com o texto que atualiza a memória em presença, a individua(liza)ção do sujeito pela sua função-autor; na circulação, temos o funcionamento das circunstâncias de enunciação e os sujeitos sociais que assumem a função-autor em seus percursos, nos diferentes lugares, seja em Portugal seja no Brasil. Essas formas de individua(liza)ção determinam a produção dicionarística de Caldas Aulete, no caso analisado – o *DCA*, pois o nome do autor, individualizado pela forma-sujeito histórica, livre e responsável, passa a responder como sujeito jurídico, de direitos e deveres. É o funcionamento da função-autor no *DCA* que possibilita a produção do dicionário.

Ademais, a constituição dos dicionários em redes de memória também determina o funcionamento da noção função-autor, pois, em nosso entendimento, na medida em que outros e novos instrumentos linguísticos vão sendo constituídos e publicados, outras e novas são também as posições de função-autor assumidas. Isso se deve aos diferentes discursos em circulação na sociedade, às diferentes

condições de produção desses discursos, bem como à forma de o sujeito se significar e significar a sua língua.

Nessa perspectiva dos instrumentos linguísticos, os acordos ortográficos, tomados enquanto tal, também capazes de instrumentar uma língua, estão relacionados à produção de gramáticas e de dicionários, pois, conforme observado, os dicionários e as gramáticas são reeditados, buscando atualizar o conteúdo a partir dos acordos ortográficos implantados. E essa atualização, por sua vez, está relacionada à noção de função-autor, uma vez que os sentidos, ao serem atualizados, requerem a responsabilidade de um sujeito que possa assumir a elaboração/produção/publicação de novos e outros instrumentos linguísticos.

Ao reeditar um instrumento linguístico atualizando-o, entra em funcionamento a noção de memória que, em Análise de Discurso, não é entendida como memória psicológica, tomada como uma “esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria homogêneo” (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 56), mas um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Ibid., p. 56). Segundo Orlandi ([2001]2005a), a memória

é o que chamamos interdiscurso, o saber discursivo, a memória do dizer, e sobre a qual não temos controle. Trata-se do que foi e é dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso já esquecemos como foi dito, por quem e em que circunstâncias e que fica como um já-dito sobre o qual nossos sentidos se constroem (p. 180).

Pensar a noção de memória como interdiscurso é compreender que algo fala antes, em outro lugar e independentemente, conforme diz Pêcheux ([1975] 2009). Entende-se, no caso dos dicionários que se constituem em redes, que nenhum instrumento linguístico é uma origem absoluta; os sentidos mobilizados, a cada nova produção, já estão inscritos em uma rede de memória, no interdiscurso. Sendo assim, conforme afirma Pêcheux ([1983] 2006), “o discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (p. 56). Isso pode ser observado em relação ao processo de colonização/descolonização linguística. Quando o *DCA* é publicado

em Portugal, determinados sentidos da rede de memória são mobilizados em detrimento de outros; busca-se sentidos que visam à unidade da língua portuguesa nos países que a tem por oficial. Quando a publicação/atualização se realiza no Brasil, há uma desestruturação-reestruturação dessa rede de memória e outros sentidos são acionados, de modo que se possa incluir também o diverso, o diferente da língua portuguesa no dicionário.

Além disso, Orlandi (2011), “ao falar de história e política” afirma que “não há como não considerar a memória como feita de esquecimentos, mas também de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (p.61). Isso pode ser estendido também à constituição de dicionários, em especial ao *DCA*, pois, conforme as condições sócio-históricas de produção, é preciso esquecer, silenciar para fazer algo novo, embora não se faça algo tão diferente, novo, principalmente quando tomamos para análise as edições brasileiras, que são atualizações das edições portuguesas no presente caso analisado.

A constituição do *DCA* se dá a partir de um plano elaborado por Caldas Aulete, a quem é atribuída a autoria. Historicamente, as diferentes edições publicadas no Brasil e em Portugal remetem a autoria a ele. Observa-se aí o funcionamento de uma história e de uma memória que sempre retornam, a cada nova publicação do dicionário. Conforme explicita Davallon ([1983] 2010), “a história resiste ao tempo; o que não pode a memória” (p. 26). No caso do *DCA*, história e memória são constitutivas do processo de elaboração do dicionário, em especial à atribuição da autoria a Caldas Aulete, resistem ao tempo e retornam sempre, pois há uma memória que promove o retorno do nome do autor, já estabilizado historicamente como nome também do dicionário; há uma memória que produz efeitos de sentidos que voltam a qualquer tempo e lugar, desde que inscritos no interdiscurso.

Ao trabalharmos a noção de memória discursiva como o lugar que permite o acesso ao funcionamento do interdiscurso, no qual estão todos os saberes já formulados, retomados, esquecidos e silenciados, remetendo-nos à constituição dos dicionários, entendemos que essa constituição se dá em redes de memória. Ao

remeter aos dicionários de Roquette, Lacerda e Moraes como instrumentos linguísticos que seriam cópias do *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Bluteau, estabelece-se uma rede de memória que, assim como a história, resiste ao tempo, dialoga com a tradição de existir desses dicionários, bem como se estabelecem relações entre as diferentes edições do *DCA*. Ao retomar esses autores, constituem-se redes de memória, tecem-se discursos, coloca-se a história em relação a diferentes memórias e diferentes tradições, mas que se retomam, se repetem, se reconfiguram e acabam contribuindo para a elaboração/produção/publicação de diferentes dicionários. Entendemos que a noção de rede de memória trabalhada nesta dissertação se caracteriza por ser esse “espaço de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos, conforme apresenta Pêcheux ([1983] 2010).

REFERÊNCIAS

- AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1948.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli. Orlandi. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.
- BALDINI, Lauro José Siqueira. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua**. Campinas: RG, 2009.
- BARBOSA, Socorro de Fátima P. A arte de adaptar livros no século XIX: o novo secretário português ou o código epistolar, por J.I. Roquette. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 8, nº 2. Maio-Julho de 2011. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/>. Acesso em 09 jan. 2012.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2009.
- DAVALLON, Jean. (1983) A Imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 3 ed. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010.
- DELEVATI, Daiane da Silva; SIVERIS, Daiane. Algumas considerações sobre imagens de leitores no prefácio do *Minidicionário Luft*. In: SCHERER, Amanda E.; COSTA, Maria Iraci Sousa. **Fragmentum Nº 28**. Celso Pedro Luft: um saber linguístico no sul. Jan./Mar. Santa Maria, 2011.
- _____.; PETRI, Verli. O uso do dicionário na sala de aula: condições para as contradições. In: PETRI, Verli. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2010.
- DIAS, Juciele Pereira. **O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do Discurso**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- FOUCAULT, Michel. (1983) **O que é um autor?** 3 ed. Trad. António Cascais e Eduardo Cordeiro. Editora Passagens, 1992.
- _____. (1969) **A Arqueologia do saber**. 6 ed. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. (1970) **A ordem do discurso**. 7 ed. Trad. Laura F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2001.
- GADET, Françoise et al. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET,

Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

_____.; PÊCHEUX, Michel. (1981) **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2. ed. Trad. Bethania Mariani e Maria de Mello. Campinas: RG, 2010.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Discurso lexicográfico: os dicionários no século XIX. In: **Anais do SETA – Seminário de Teses em Andamento**, 2007.

GIACOMINI, Giovana Ilíada. O discurso do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. V. 4, n. 6, 2006.

GONÇALVES, Susana da Silveira. **A história de instrumentos linguísticos no sul: o lugar de Celso Perdo Luft**. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

GUILHAMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos de arquivo: a análise do arquivo no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. (2006) Apresentação. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Brasil: país multilíngüe (Apresentação). In: **Revista Ciência e Cultura**. Vol 57, nº 2. São Paulo, 2005.

HENRY, Paul. (1984) A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al. (orgs.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. (1969) Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

HOLTUS, Günter et al. Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL). In: **Revista Band**. Vol. VI, nº 2, 1994. Disponível em: <http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/lexicografia.pdf>. Acesso em 10 jan. 2012.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. In: **Organon/UFRGS**. Nº 35. Vol. 17. Porto Alegre: Instituto de Letras, 2003.

LUZ, Mary Neiva Surdi da. **Linguística e ensino**: o discurso de entremeio na formação de professores de língua portuguesa. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

MARIANI, Bethania. **Colonização Lingüística**: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MILNER, Jean-Claude. (1978) **O amor da língua**. Trad. Angela Cristina Jesuino. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MORALES, Blanca de Souza Vieira. **A dependência de drogas no discurso do psicólogo**: efeitos de sentido. 2002. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro**: imaginário da leitura no Brasil Colonial. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

_____. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, Eni. Puccinelli. (org.) **História das Idéias Lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Dicionários no Brasil**: análise e história. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. Projeto Documentação linguística: arquivo, instrumentação, divulgação. In: **Trabalhos de Análise de Discurso**. Nº 3. São José do Rio Preto: IBILCE/UNESP, 2006a.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (orgs.) **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias lingüísticas. In: **Letras**. Nº 37. Santa Maria: Ed. PPGL, 2008.

_____. Os dicionários portugueses e a descolonização linguística. In: **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Nº 20. Campinas: Pontes, 2008a.

_____. Prefácios de dicionários: as imagens de leitor. Disponível em: <http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/texto%20jhn%20prefacios%20de%20dics%20as%20imagens%20do%20leitor>. Acesso em 08 de junho de 2011.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes, RG, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: **Série Estudos**. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: questões e controvérsias), 1984.

_____. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

_____. A língua brasileira. In: **Trabalhos em Lingüística Aplicada**. Nº 23. Jan/jun de 1994.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (1993). (Org.) **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3 ed. Campina: Pontes, 2003.

_____. (1999). **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6 ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. (2001). **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Rose Brum de. **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. (1988). **Discurso e leitura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (1996). **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. (1992) **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007a.

_____. (org.) **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007b.

_____. Silêncios: presença e ausência. In: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=38&id=456>. 2008. Acesso em 27 de junho de 2011.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

_____. Língua e Nação: uma questão e seu quadro de referencia teórico. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Nº 23/24. 2010. Disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html. Acesso em 16 de janeiro de 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Hacia el análisis automático del discurso**. Madrid: Gredos, 1975.

_____. (1977) Remontemos de Foucault à Spinoza. Trad. Maria do Rosário Gregolin. (mimeo)

_____. (1982) Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Nº 19. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

_____. (1969). Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997a.

_____. (1983) **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

_____. (1975) **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: ed. UNICAMP, 2009.

_____. (1983) Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 3 ed. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2010.

_____; FUCHS, Catherine. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

PETRI, Verli. Por um acesso fecundo ao arquivo. In: **Letras**. Nº 21. Santa Maria: Pallotti, 2000.

_____. **Imagário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Ciro Martins. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. In: **Letras**. Nº 37. Santa Maria: Ed. PPGL-UFSM, 2008.

_____. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro.; MITTMANN, Solange. (orgs.) **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

_____. Os dicionários merecem que lutemos por eles. In: PETRI, Verli. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2010.

_____. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Nº 23/24. 2010a. Disponível em: http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

_____. De 'Garganta do Diabo' para 'Ponte sobre o Vale do Menino Deus': reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. In: **Rua** (UNICAMP), v. 16, 2010b.

_____. Georges Canguilhem e a História das Idéias Lingüísticas. In: **Fragmentos**. Florianópolis: ed. UFSC, 2010c. (mimeo).

_____. Leitura, descrição, interpretação. Texto apresentado no **Seminário Aberto: Leitura, descrição e interpretação**. Campinas, 2011. (mimeo)

_____. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: uma reflexão sobre o dicionário regionalista. Texto apresentado em **Conferência** na Universidade do Vale do Sapucaí. Pouso Alegre, 2011. (mimeo)

_____. SURDI, Márcia Ione. Língua: o "diferente" no interior do mesmo na gramática. In: **Revista de Letras**. Nº 12. 2010. Disponível em www.dacexutfpr.edu.br/12. Acesso em 16 de junho de 2011.

PFEIFFER, Claudia C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.) **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Ed. UNEMAT, 2001.

SCHERER Amanda Eloina. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. (orgs.) **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. **Atravessamento de saberes nos estudos sobre a linguagem no/do Brasil nos anos 50**. 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Instrumentos linguísticos: língua e memória. In: **Letras**. Nº 27. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2003.

SIVERIS, Daiane; PETRI, Verli. O dicionário e a sala de aula: possíveis relações. In: PETRI, Verli. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: PPGL-UFSM, 2010.

SOUZA, Tânia C. C. de; MARIANI, Bethania. Reformas Ortográficas ou Acordos Políticos? In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (orgs.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

VARGAS, Rejane Maria Arce. **Ponte para o devir: um trajeto por entre saberes discursivos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

_____. Política de línguas e historicidade: notas sobre um (des)acordo. In: **Revista de Letras**. Nº 12. 2010. Disponível em www.dacexutfpr.edu.br/12. Acesso em 16 de junho de 2011.

Obras analisadas

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1881.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1925.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1948.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1974.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1

Tabela dos sons da língua portuguesa

Sons	Figuração dos sons	Em português	Em francês	Em italiano	Em inglês	Em alemão
a agudo	á	pá	départ, ma	pace	father	Schlaf
a circunflexo	â	ramo	• jeans	• ér (piemontez)	• love	• Hölle
a acento	ã	corôa, allvío	• le duo	• ôr (piemontez)	again, dear	• Tage
e agudo	ê	sê, pô	procta	estro	• air	• Väter
e circunflexo	ê	paredê	bonté	regola	ôficial	See
e acento	ë	reculê	devoir	• supp (') llcare, e (') gnus (bolonhez)	the count	leben
o agudo	ó	opera	encore	opera	• saw	• Sonno
o circunflexo	ô	avô, amon	chose	polva	• so	• Sie
i agudo	í	ira	git	mira	• see	glücklich
i acento	î	acacia, poética	oblation	poética, chieza	event	• you
u agudo	û	uva, perá	gout	muto	cerno, word	• Uhu
u, o acentos	u	puêza, poder, suave	couper, zouave	• Danto	• dung	• lung
an, am, â	an	antigo, amparo, irmã	chacun	• ampo (adj.)	• strength	• streng
en, em	en	ento, tempo	ingrat	• recinto	• strong	• sonder
in, im	in	lúnia, jardim	innocent	• mondo	• lampoon'd	• Sprung
on, om	on	onda, som	sons	• mzione	pie	frei
un, um	un	atum, unção	Souda	ahl, ajo	• hanging	• sprang ich
se, si	ai	aiyca, pai	• ail (parisense)		children	• sch' ich
se, em	an-e	mêe, bem	• main innocente		• fair yard	• sch' ich
on, final	ê-ne	germen, abdomen	• mens		• say	• See und
ei, com e agudo	ê-i	paiseis	ayuns		• gray wing	• sch' und
ei, com e circunflexo	ê-i	rei	• ail (parisense)		• fair word	• sie und
eu	eu	meu, deu	• aliud ou non		boy	• heroisch
eo	ô-u	ceo, vuo	• ch-out		herois	pfui
fu, fo	fu	fugli, rio	out ou non		do you	• sprang nud
oi	ô-i	heros	• trapézoidal		cat	• frenud
ui	ui	ful	• Un domino ícl		dourish	Kotto
ão	ão	orgão, irmão	fouiller (parisense)		• rhum	Mutter
õe	õe	põe	• Laon (seccautando o a)		question, diajoin	• Herren
e, co, ch, guttural, q.	k	cabo, secco, chimica, quiz	• dolt on y aller		rad	lassen
r, brando	r	aroma	cable		• rosa	Schirma
r, forte	rr	ramo, terra	mouralt		rosa	flora
s, x, chiantes	s	estar, meano, texto	mouralt		gum	ganz
ç, c, s, ss, sibilantes fortes	ss	apo, cidade, sino, passo	schira		azure	Legs (francez)
ç, ch, chiantes	ss	xarope, chapéu	chir		fit	fiuden
s, s, sibilantes, brandos	s	aza, rosa	guerra		very	Opinion
g, guttural	gh	gonima	jasmin, gôla		opinion	Mittion
j, g, chiantes	j	famim, gelo	face			
f, ph	f	face, phrase	va			
v	v	vou	montagne			
nh, palatal	nh	sonho	cuellitr (França meridional)			
lh	lh	filho				